



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 220

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 08 DE DEZEMBRO DE 2021

ANO X

SUMÁRIO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS.....	Capa
TAQUIGRAFIA.....	3820
SEC. DE PLAN. E ORÇAMENTO.....	3866
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES.....	3867

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº3450/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

ADRIANA MEDEIROS DE OLIVEIRA CUSTODIO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Jean Mendonça, a contar de 01 de dezembro de 2021.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº3452/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

CLOTILDE ALVES BENETTI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-25, no Gabinete do Deputado Jean Mendonça, a contar de 01 de dezembro de 2021.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº3454/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.28 do §4º da LC nº 1056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

PRORROGAR

A Comissão de Trabalho Temporária para apuração de possível descumprimento contratual, referente ao Contrato nº 014/2020, ao respectivo Processo Físico nº 18757/2019-15 e Processo Eletrônico nº 688/2020-e, instituída pelo Ato nº 1765/2021-SRH/P/ALE, Publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 097 de 02/06/2021, no período de 30 (trinta) dias, a contar de 03 de dezembro de 2021

Porto Velho, 08 de dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

MESA DIRETORA

Presidente: **ALEX REDANO**
1º Vice-Presidente: **JEAN OLIVEIRA**
2º Vice-Presidente: **MARCELO CRUZ**

1º Secretário: **JAIR MONTES**
2º Secretário: **CIRONE DEIRÓ**
3º Secretário: **ALEX SILVA**
4º Secretário: **JHONY PAIXÃO**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Carlos Alberto Martins Manvailer*
Departamento Legislativo - *Miranilde Rodrigues do N. Robles*
Divisão de Publicações e Anais - *Eloy Santana Leôncio Almeida*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO

ATO Nº3449/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

GILMAR FELBERG, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Jean Mendonça, a contar de 01 de dezembro de 2021.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº3453/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

L O T A R

O Servidor **JORGE BEZERRA GORAYEB**, matrícula 300038443, ocupante do Cargo de Agente Penitenciário, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, no Gabinete do Deputado Anderson Pereira, a contar de 01 de dezembro de 2021.

Porto Velho, 08 de dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº3447/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Jean Mendonça, a contar de 01 de dezembro de 2021.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº3446/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

STANISLANY DE SENA BRITO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-26, no Gabinete do Deputado Eyder Brasil, a contar de 01 de dezembro de 2021.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº3451/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

URIETE PRADO VELOSO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-15, no Gabinete do Deputado Jean Mendonça, a contar de 01 de dezembro de 2021.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº3448/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

VICTOR WALLACE TRINDADE DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Especial de Gabinete, código DAG-06, no Gabinete do Deputado Eyder Brasil, a contar de 01 de dezembro de 2021.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 764/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias, no período de 08 a 12/12/2021, ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de: Porto Velho/RO a Guajará Mirim/RO conduzir o veículo, averiguar as emendas destinadas, bem como realizar levantamento em visitas nas associações de agricultores rurais, conforme processo nº 44275/2021-e.

Matrícula	200166059
Nome	Gilmario Moura Ferreira
Cargo	Chefe Gab. Deputado
Lotação	Dep. Lebrão

Porto Velho - RO, 06 de Dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 765/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias, no período de 08 a 12/12/2021, ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de: Porto Velho/RO a Guajará Mirim/RO acompanhar o Chefe de Gabinete, nas averiguações das emendas destinadas, bem como realizar levantamento em visitas nas associações de agricultores rurais, conforme processo nº 44275/2021-e.

Matrícula	200168747
Nome	Joao Cavalcante Guanacoma
Cargo	Assistente Técnico
Lotação	Com.Defesa dos Dir. Indiv. e Colet.

Porto Velho - RO, 06 de Dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 766/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias, no período de 06 a 07/12/2021, ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de: Porto Velho/RO a Buritis/RO, acompanhar o Deputado Estadual Alan Queiroz, em visita a Prefeitura e Vereadores, com o objetivo de alinhamento dos recursos parlamentares, cumprimento de agenda, bem como conduzirá o veículo, conforme processo nº 44194/2021-e.

Matrícula	200169088
Nome	Jose Roberto Basilio de Sousa
Cargo	Chefe Gab. Deputado
Lotação	Dep. Alan Queiroz

Porto Velho - RO, 06 de Dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 767/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias, no período de 06 a 07/12/2021, ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de: Porto Velho/RO a Buritis/RO, acompanhar o Deputado Estadual Alan Queiroz, em visita a Prefeitura e Vereadores, com o objetivo de alinhamento dos recursos parlamentares e cumprimento de agenda, conforme processo nº 44194/2021-e.

Matrícula	200169813
Nome	Felipe Souza de Carvalho
Cargo	Assessor Militar
Lotação	Sec. de Seg. Instit.

Porto Velho - RO, 06 de Dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 768/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 07 a 09/12/2021, ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de: Ji-Paraná/RO a Porto Velho/RO, acompanhar o Deputado Estadual Laerte Gomes, em cumprimento de agenda, conforme processo nº 44429/2021-e.

Matrícula	200168029
Nome	Danilo Lopes Nunes

Cargo Assessor Militar Especial
Lotação Sec. de Seg. Instit.

Porto Velho - RO, 07 de Dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 769/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias, no período de 06 a 10/12/2021, a servidora relacionada, que irá via transporte terrestre de: Porto Velho/RO aos municípios de Primavera/RO, São Felipe/RO, Santa Luzia/RO e Espigão do Oeste/RO, participar de reuniões representando o Deputado Estadual Geraldo da Rondônia, em associações rurais e também nas câmaras municipais, conforme processo nº 44240/2021-e.

Matrícula 200170074
Nome Suianny Priscila Grazilio Coelho
Cargo Assist. Parlamentar
Lotação Dep. Geraldo da Rondônia

Porto Velho - RO, 07 de Dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 770/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, bem como considerando o Memorando nº 258/2021 (e-DOC F63255AB).

RESOLVE:

Excluir do ATO Nº 731/2021-SRH/D/SG/ALE, de 30.11.2021, publicado no DO-e-ALE/RO, nº 215, pág. 3755, de 01/12/2021, o servidor Johnny Fernandes de Avila, constante no Processo nº. 43210/2021-e.

Porto Velho - RO, 07 de Dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 771/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias, no período de 07 a 11/12/2021, ao servidor relacionado, que irá via transporte aéreo de: Porto Velho/RO a Foz do Iguaçu/PR, assessorar o Deputado Estadual Luizinho Goebel, no Fórum Nacional - CONFAP, conforme processo nº 43210/2021-e.

Matrícula 200168142
Nome Elton de Moura
Cargo Assistente Parlamentar
Lotação Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 07 de Dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 772/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, bem como Memorando nº 367/GDIC/2021 (e-DOC 3FFA49D4), constante no processo nº 44089/2021-e.

RESOLVE:

Tornar sem efeito os ATOS Nº: 755 e 756/2021-SRH/D/SG/ALE, de 03/12/2021, publicado no DO-e-ALE/RO, nº 217, de 03/12/2021, págs. 3799-3800, que concederam diárias ao Deputado Estadual Ismael Crinspin Dias e ao servidor Jean Batista Ferreira.

Porto Velho - RO, 07 de Dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 773/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 07/12/2021 a 10/12/2021, aos servidores relacionados, que irão via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Nova Mamoré/RO, assessorar o Deputado Estadual Jair Montes no município relacionado, onde serão realizadas entrevistas e depoimentos sobre os benefícios das emendas parlamentares destinadas para a região com objetivo de realizar a divulgação das ações parlamentares, conforme Processo nº 44623/2021-e.

Matrícula 200166247
Nome Herbert Lins de Albuquerque
Cargo Assessor Técnico
Lotação Gab. Dep. Jair Montes

Matrícula 200168036
Nome Jose Augusto Pereira Santana
Cargo Assessor Militar
Lotação Sec. de Seg. Institucional

Matrícula 200166247
Nome Marcia Vargas de Souza Silva
Cargo Assessor Técnico
Lotação Gab. Dep. Jair Montes

Porto Velho - RO, 08 de Dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 774/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 10/12/2021 a 12/12/2021, ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao Distrito de Extrema/RO, conduzir veículo e acompanhar o Deputado Estadual Dr. Neidson, o qual fará visita in loco ao Hospital Regional de Extrema, conforme Processo nº 44631/2021-e.

Matrícula 200164297
Nome Alberto Jorge Valle
Cargo Assessor Militar
Lotação Sec. de Seg. Institucional

Porto Velho - RO, 08 de Dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 775/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 10/12/2021 a 12/12/2021, ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao Distrito de Extrema/RO, acompanhar o Deputado Estadual Dr. Neidson, o qual fará visita in loco ao Hospital Regional de Extrema, conforme Processo nº 44631/2021-e.

Matrícula 200166343
Nome Jose Evaristo da Silva
Cargo Assistente Técnico

Lotação Com. Esp. Turismo e Lazer

Porto Velho - RO, 08 de Dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 776/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 08/12/2021 a 09/12/2021, à servidora relacionada, que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de São Felipe D'Oeste e Primavera de Rondônia/RO, representar o Deputado Estadual Cirone Deiró em reuniões em Associações e nas Câmaras de Vereadores, afim de acompanhar e dar celeridade aos recursos enviados pelo Parlamentar, além de verificar acerca das necessidades da região, conforme Processo nº 44810/2021-e.

Matrícula 200165534
Nome Mary Teresinha Braganhol
Cargo Chefe Gabinete Dep.
Lotação Dep. Cirone Deiró

Porto Velho - RO, 08 de Dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 777/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária para o dia 12/12/2021, ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de Vilhena/RO a Pimenteiras do Oeste/RO, acompanhar e assessorar a Deputada Estadual Rosângela Donadon na Copa Regional de Futebol 7 Society - Cone Sul, conforme Processo nº 44763/2021-e.

Matrícula 200169702
Nome Manoel Ayres
Cargo Assistente Técnico
Lotação Comis.Def.da Criança, Mulher, Idoso

Porto Velho - RO, 08 de Dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral ALE/RO

TAQUIGRAFIA**11ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CADEIA PRODUTIVA EXTRATIVISTA DA CASTANHA-DO-PARÁ E SEU PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO**

EM: 29.11.2021

INÍCIO: 09h36min

PRESIDENTE: SR. ISMAEL CRISPIN

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ismael Crispin, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a cadeia produtiva extrativista da castanha-do-pará e o seu processo de industrialização e a comercialização.

Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, no Youtube e pela TV Assembleia canal 7.2.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ismael Crispin, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Daniel Pereira, Superintendente do Sebrae; Senhor Diogo Martins, Diretor de Governança Climática e Bioeconomia da Sedam, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental; Senhor Antônio Carlos Alencar, representando a Sefin, Secretaria de Estado de Finanças; Excelentíssimo Senhor José Cícero, Secretário Municipal da Agricultura de Nova Mamoré; Senhor Charles Gomes, Secretário Executivo da Associação Rondoniense de Municípios - Arom; Doutor Marcelo Ferronato, biólogo da Ecoporé - Ação Ecológica Guaporé; Senhor Sandro Souza da Silva, Presidente da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Rondônia; Senhor Dielisson Fortunato, Coordenador Técnico da Reca - Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado; Senhor Elielson Oypakomip, Presidente da Associação do Povo Paiter Garahitin; Senhor Sávio Gomes, Vice-Presidente do Pacto das Águas.

Neste momento, Sua Excelência, o Deputado Estadual Ismael Crispin, procederá à abertura desta solenidade.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a cadeia produtiva extrativista da castanha-do-pará e seu processo de industrialização e comercialização.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Céus de Rondônia (Letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Doutor José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podeis assentar.

Nós também gostaríamos de agradecer a presença, nesta Casa de Leis, das autoridades presentes: o Senhor Avenilson Trindade, Coordenador Técnico, representante da Sedi (Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura); Senhor Jorge Lourenço, Técnico de Floresta Plantada, da Seagri (Secretaria de Estado de Agricultura); Senhor Edjales Benício, Conselheiro da Kanindé; Senhor Rossoni Rodrigues Reis, da empresa Castanha Amazônica; Senhor Ricardo De Rosa, da empresa Amazon; Senhor João Batista, Presidente da Cooperativa de Agroextrativismo do Médio e Baixo Madeira; Senhor Edmar Aruá, Presidente da Cooperativa Indígena Rio Branco – COOPIRB; Senhora Isabela de Lima, Secretária-Geral, representando a Câmara Setorial do Agroextrativismo de Rondônia; e o Senhor Paulo Wadt, pesquisador representante da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Neste momento, passamos a palavra ao Deputado Ismael Crispin, que conduzirá a presente Audiência Pública.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Senhoras e senhores, muito bom dia a todos. Sejam bem-vindos à Casa do Povo. Me sinto muito feliz e agradecido por propor a esta Casa o Requerimento que dá origem a esta Audiência Pública, que, a nosso sentir, é importantíssima para o setor.

Faço um agradecimento aqui ao Sebrae, em nome do seu Superintendente Daniel Pereira, ao amigo Rossoni, que são responsáveis pelo convencimento deste parlamentar de que esta reunião, de fato, era importante, de que precisávamos ter uma iniciativa proativa. E agradeço aos servidores da Casa que nos auxiliaram nesse processo para que a Audiência pudesse estar acontecendo, assim como agradeço aos meus colaboradores também, os servidores do nosso gabinete que trabalharam e fizeram contato com os senhores e as senhoras para que nós estivéssemos aqui no dia de hoje.

O nosso entendimento é de que nós estamos tratando de um momento muito oportuno para Rondônia. Rondônia, que tem, na sua essência, as atividades primárias, mas que segue para um outro momento da sua história, que é o momento da chegada da industrialização. E nós precisamos ter um olhar um pouco mais distante, enxergar que chegamos a este momento. No entanto, precisamos ser muito responsáveis com o equilíbrio ambiental. E por isso, nós aproveitando, cumprimentar os representantes que aqui à Mesa já estão, que já foram todos nominalmente identificados pelo nosso Mestre de Cerimônias, cumprimento todos. Fico muito feliz de ter os senhores e poder ladeá-los aqui nesta Mesa.

Nós vamos abrir, fazer aqui a demonstração da dinâmica que vamos tratar, até para ser objetivo, vamos abrir uma breve saudação para os componentes que estão à Mesa; depois nós vamos abrir uma palavra para o nosso Superintendente do Sebrae, que vai fazer uma demonstração do panorama que envolve a questão da castanha em Rondônia. E depois nós vamos para a intervenção da plenária, aqueles que queiram fazer uso da palavra, e para os encaminhamentos.

Eu tenho sempre uma grande preocupação com Audiência Pública, porque, a meu ver, nós precisamos ter início, meio e fim. Tem que ter propositura. Não adianta a gente se

reunir aqui, e findar, e dar tchau, e não ter nenhum encaminhamento. Nós precisamos ter encaminhamento daquilo que é a visão dos senhores, daquilo que se pensa do tema que nós estamos tratando, o que nós temos que encaminhar para o Governo de Rondônia para tomar iniciativas, e como que a Assembleia Legislativa também participa desse processo.

Então, nós vamos iniciar com a fala. Convido, para a sua saudação, o Senhor Elielson Oypakomip — um sobrenome um pouquinho complicado para mim —, Presidente da Associação do Povo Paiter Garahatin. Para a sua saudação.

O SR. ELIELSON OYPAKOMIP – Olá a todos. Cumprimento o Deputado Ismael Crispin e os que estão presentes aqui.

Primeiramente eu queria me apresentar. Meu nome é Elielson Oypakomip Suruí. Sou da etnia Paiter Suruí, e hoje estou aqui representando o meu povo e, principalmente, a organização da minha comunidade. Eu fico muito feliz por estar aqui presente neste momento.

Então, eu queria iniciar primeiro trazendo as demandas das famílias necessitadas, das indígenas que moram nessa localidade. Nós temos uma potencialidade muito grande de extrativismo de castanha na nossa Reserva. O que mais dificulta dentro são equipamentos adequados e máquinas necessárias para o transporte. Então, o que mais dificulta a nossa produção é isso. A maioria das vezes, a gente tem um trabalho dificultoso para ter essa produção da gente.

Então eu queria, primeiramente, falar sobre essas necessidades indígenas para que a nossa produção seja valorizada. Muitas vezes, por essas necessidades, a gente perde muita produção. Hoje, nós, povos indígenas temos essa demanda muito grande. Então, eu queria que o Senhor Deputado Ismael atendesse essas demandas dos indígenas e apoiasse as demandas.

E também eu queria citar o que dificulta também aqui: é a comercialização dentro da nossa comunidade. Hoje, a comercialização no mercado é muito baixa. Então, o que mais dificulta dentro da nossa comunidade é também a comercialização dentro do mercado. Então, hoje, muitas vezes, geralmente nós, povos indígenas, vendemos o nosso produto para atravessadores, onde a gente recebe muita mixaria no preço.

Então, hoje a gente quer uma comercialização boa para que a gente possa ter essa produtividade muito valorizada e, cada vez mais, avançar no extrativismo de castanha-do-pará. Obrigado e agradeço pela presença.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Muito obrigado ao Elielson.

Passo a palavra ao Vice-Presidente da Associação Pacto das Águas, Sávio Gomes.

O SR. DOMINGOS SÁVIO GOMES – Bom dia a todos. Primeiramente agradecer o convite desta Casa, da Casa do Povo, para a nossa instituição. Cumprimentar o Deputado Ismael Crispin pela iniciativa. Cumprimentar também Excelentíssimo Senhor Daniel Pereira, Superintendente do Sebrae e os demais colegas da Mesa.

Bom, já me apresentaram aqui. Sou Sávio Gomes, represento essa instituição Pacto das Águas. Há mais de 13 anos, 9 anos temos trabalhado com a castanha-do-brasil e com outros produtos da sociobiodiversidade aqui no Estado. Eu estou aqui em Rondônia desde 2010 e é a primeira vez que eu vejo esta Casa trazendo esse tipo de discussão, que eu acho importantíssima. Porque o mundo está olhando para isso, e por que Rondônia, que tem 63% do seu Estado com floresta, não olha? Nós temos um potencial belíssimo desses produtos da bioeconomia. Daqui a pouco, a gente vai ter outras apresentações que vão falar um pouco mais desses números que são primordiais para a gente poder pensar estratégias de inovação, tecnologia e melhorias para essas cadeias. Mas aqui o foco é a castanha-do-brasil.

Então, o Pacto das Águas tem como foco a estruturação dessas cadeias em todos os elos, desde a floresta, até a parte de comercialização. A gente entende então que, para estruturar essas cadeias, são necessárias quatro engrenagens fundamentais, que são os pilares que nos guiam. A primeira coisa é a gente olhar para o manejo e a qualidade produtiva e apoiar os caras que estão lá na ponta, que são os castanheiros. Veio aqui um Suruí. Esses caras que trabalham, esses caras que sabem, esses caras que estão lá na floresta, eles que trazem a produção para cá. Tem os seringueiros, que vivem nas Reservas Extrativistas. Aqui no Estado nós temos 25 Reservas Extrativistas e acredito que são 30 terras indígenas. Então, a gente vê que essas unidades, essas áreas protegidas possuem essa riqueza, a maioria dessa produção vem de lá.

Então, quando a gente olha para a castanha-do-brasil, nós temos que olhar para todos os elos, porque todos os elos precisam estar fortalecidos.

Então, a primeira coisa que a gente tem que saber é: quem são os castanheiros? Onde eles estão? Existe um cadastro? Nós sabemos a quantidade desses castanheiros? Qual o nome deles? Eles possuem DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)? Eles possuem nota fiscal? Eles possuem algum incentivo? Eles possuem alguma assessoria técnica? Eles possuem algum padrão de qualidade desse produto, que eles possam seguir? Hoje o Pacto das Águas trabalha com 800 castanheiros. São mais. Estão aqui as nossas técnicas, elas ficam rodando nas áreas, dando assessoria técnica para esses castanheiros, para que eles possam produzir com qualidade, trazer o produto — estou vendo o Ricardo De Rosa aqui, que é um dos maiores compradores de castanha-do-brasil — para que a castanha desses povos chegue a esses compradores com qualidade, porque essa castanha vai para alimentação, na maioria das vezes, não é?

Nós precisamos saber onde estão as áreas protegidas, as áreas de produção, as áreas produtivas. Qual a capacidade dessas áreas? Nós sabemos desses dados hoje? Nós acabamos de fazer um diagnóstico, está fresquíssimo, junto com a Câmara Setorial do Agroextrativismo, informações que me surpreenderam. A mim, que trabalho há mais de 13 anos com a castanha, me surpreenderam os dados, Deputado. O senhor vai ver daqui a pouco, os outros colegas vão trazer.

Hoje, nós fazemos mapeamento das áreas. Nós estamos com mais de 200 castanhais mapeados, Daniel. Os próprios indígenas vão com os celulares deles, mapeando esses castanhais, e eles estão fazendo todo o perímetro do castanhal

e contando castanheira por castanheira para saber qual a real produção do Estado. Isso nós estamos fazendo só em 5 áreas. Imagine as 30 que eu falei, as 25 que eu falei. Quanto trabalho precisa ser feito.

Nós trabalhamos — eu já falei para vocês — a questão das boas práticas. Só que nós trabalhamos só com 800 castanheiros. E quantos mais tem que precisam desse trabalho que precisa ser feito. Daqui a pouco a gente vai ver nas discussões. Nosso colega Suruí trouxe aqui acesso. É uma das principais dificuldades. Não é a logística, que o cara carrega a... Tem gente que carrega, mais de 2 horas, paneiro nas costas, muitas vezes, 80 quilos. Como é que a gente faz para humanizar mais esse trabalho? Quem é que vai pegar pelo braço e fazer isso? Nós estamos fazendo, levando quadriciclo, levando barco, mas não é suficiente. É necessário ter mais coisa, mais incentivo, outros atores. Para não se falar nas estradas. Vai numa época dessa para os castanhais para ver se você passa com uma moto lá, com um carro normal. Os caras carregam nas motinhos deles, nas costas, no rabetinha, e aí passam quanto tempo ali para chegar essa produção. Qual o custo dessa castanha de Rondônia que vem dessas áreas? Nós sabemos? Nós não sabemos.

E, às vezes, a gente acha que a castanha está cara, como o amigo falou, mas, ele mesmo diz: é insuficiente esse preço para mim. Como que nós vamos valorizar isso? E como é que nós vamos levar mais equipamentos para essas pessoas, para esses castanheiros, porque se não sair essa castanha de lá, como é que vai ter agroindústria? Como nós vamos beneficiar? Como é que nós vamos falar de tributação, de ICMS? Como a gente vai fazer isso?

Bom, existe um padrão de armazenamento. Então, aqui eu estou falando de estrutura física para armazenar esse produto. Se esse produto vem de lá com qualidade, mas chega e vai armazenar na cozinha — onde tem cachorro, tem gato, tem papagaio —, como é que essa castanha vai manter a qualidade dela? Será que esses caras têm capacidade de fazer essas estruturas de armazenamento? Eu acho que não. Porque nós, que temos um projeto financiado pelo Fundo Amazônia, não temos condições de fazer o suficiente para essas áreas. Imagina quem não tem esse tipo de apoio, esse tipo de projeto.

Então, é necessário que nós invistamos em estrutura e armazenamento adequados e que tenha alguém para ir lá registrar, regularizar essas estruturas. Temos aqui, eu acho, representantes da Seagri, da Sedam. É necessário que esses órgãos estejam junto com a gente.

Chegamos na parte da industrialização. Temos aqui os representantes das agroindústrias. Mas essas agroindústrias estão preparadas e qualificadas para o mercado nacional e internacional? Eu sei que no Estado de Rondônia a Inovam é uma empresa que já está regularizada para exportação, e as outras que têm esse objetivo. Hoje os povos estão recebendo agroindústria, que o próprio Estado forneceu os equipamentos, não é? Mas e aí, só é dar esses equipamentos para eles? E nós vamos regularizar? É necessário que nós possamos também investir nisso. Quem que vai fazer? A Emater? A Seagri? É o Pacto das Águas? É outra instituição que está aqui presente?

Então, é necessário a gente investir em tecnologia, Deputado, trazer a tecnologia para que essa cadeia possa, de fato, ser competitiva, mais do que já é. Rondônia gera milhões

de recursos com a castanha, mas é necessário que nós possamos investir mais em tecnologia e inovação para essa cadeia, porque ela gera empregos. Se você for olhar, não é só para os castanheiros — hoje tem mais de 15 mil castanheiros —, mas ela está em todos os elos. Transporte, nas próprias agroindústrias, são as pessoas que vendem.

Falando de mercado, para onde a gente está vendendo? Parece que nosso mercado é pulverizado. Nós não temos aqui grandes empresas que vêm aqui comprar, e tem um peso, não é? Nós temos a concorrência aqui com os nossos irmãos bolivianos. Como nós vamos fazer para conversar com elestambém, para que a castanha do Estado de Rondônia não saia de forma irregular? Porque o que a gente sabe é que a maior parte da castanha de Rondônia sai de forma irregular, não passa pela tributação do Estado. Imagine se tributasse, se passasse por aqui. Como é que seria?

Mas tem um grande desafio, e eu acho que o nosso parente não trouxe, que é capital de giro, que é crédito. Esses caras da ponta não possuem isso. E hoje as agroindústrias de Rondônia também não possuem, elas têm dificuldade. Como que nós vamos levar crédito para essas pessoas, para essas agroindústrias? Como nós vamos poder abrir isso e deixar isso mais fácil para eles? Então, eles acabam, de certa forma, caindo na mão de pessoas que querem se aproveitar disso, querem fazer dinheiro — não é errado —, mas muitas vezes deixam para a ponta o que realmente tem que ser feito.

Então hoje, se a gente falar em questão de tributação, para a castanha, a gente tem aí de 12% a 22%. Isso para um pequeno produtor, para um empreendimento de base comunitária, o lucro já ficou aí, não é? Como a gente vai fazer, então, para talvez diminuir essa questão dos impostos, ou ter uma isenção ou negociar isso com as agroindústrias, com os empreendimentos comunitários?

Eu estava vendo, esses tempos, que Rondônia não tem um preço mínimo para a castanha descascada, para a castanha em amêndoas. Por que não tem? Como é que a gente vai calcular um preço ou uma tributação se a gente não tem um preço mínimo para castanha em amêndoas? É preciso a gente olhar mais. Lembro que em 2015 o Daniel Pereira era vice-governador, chamou uma discussão para saber, "gente, a gente precisa saber um pouco mais sobre a castanha, é um potencial aqui no Estado. Nós precisamos saber. Pacto das Águas, Seagri, façam o levantamento sobre isso, a gente precisa identificar.". Nós acabamos de fazer. E o potencial é grande. E vocês vão se surpreender. Eu me surpreendi. E precisamos investir.

Quero dizer para vocês que o trabalho com a bioeconomia hoje, não é uma disputa com outros modelos econômicos. Na verdade, nós precisamos nos unir, porque o foco é o Estado de Rondônia, não é? O foco é tornar Rondônia referência na produção de castanha. Não dizer se o agronegócio é o melhor ou a floresta em pé é melhor. Não, não é isso. Não é isso que queremos. O que queremos é unir os diferentes atores que aqui estão — eu acho que se não tivesse esse propósito, não estariam aqui — para a gente poder construir e estruturar e consolidar, de fato, essa cadeia, porque ela tem potencial muito grande. E com isso a gente vai poder, também, estender para outras cadeias, como a borracha, que está aí, não é? A gente tem resultados belíssimos para a borracha. O açaí e tantos outros.

Por fim, quero agradecer a oportunidade. E a gente está à disposição para debater ainda mais.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Sávio. Aproveito para cumprimentar, já com assento na Mesa, meu amigo aqui de Parlamento, 1º Secretário desta Casa, Deputado Jair Montes. Seja muito bem-vindo. Daqui a pouco nós vamos ouvir também. Quero cumprimentar com muita alegria também o Ricardo, que é empresário do Estado de São Paulo. Trabalha exatamente com os produtos da castanha. E eu fico muito feliz, Ricardo, de te receber em Rondônia e te receber nesta Audiência Pública. Para que o público saiba, muita gente já o conhece, mas é alguém que tem vontade de investir mais em Rondônia. Isso nos deixa, assim, muito à vontade neste momento.

Eu aproveito para dizer aos participantes da plenária, aqueles que tiverem interesse em participar dando a sugestão, nosso pessoal Cerimonial está por aí, umas meninas bonitas que estão vestidas de preto, tá? Quem quiser se manifestar, dê um sinal. Ela vai aí, vai pegar seu nome para a gente, depois, no momento que abrir o debate, poder passar a palavra a vocês.

Convido para o uso da palavra o Coordenador Técnico do Reca (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) Dielisson Fortunato. Vou pedir aos nossos oradores para que sejam breves, para que a gente tenha condições de abrir e ampliar e ouvir a plenária e fazer os encaminhamentos com muita tranquilidade.

Dielisson.

O SR. DIELISSON FORTUNATO - Bom dia a todos. Meu nome é Dielisson Fortunato. Hoje eu estou representando aqui 260 famílias do Projeto Reca. E a gente agradece muito, nós agradecemos. Nós, a família Reca agradece essa oportunidade de discutir um tema tão importante para a gente, que é a nossa segunda maior economia hoje, dentro das nossas famílias, é a castanha. Nós temos, no Projeto Reca, nós temos dois estilos de extrativismo de castanha: nós temos o extrativismo de castanha da mata nativa e o extrativismo de castanha da agrofloresta — agrofloresta plantada —, que nós temos mais de mil hectares de SAFs (Sistemas Agroflorestais), onde tem em torno de cinco mil pés de castanha plantados produzindo. Nós temos SAFs com mais de trinta anos.

Então, a castanha, para a gente, vai além do debate florestal, ela vai do debate ecológico e o debate de reflorestamento. Então, nós temos que tratar a castanha não como produto apenas, sim como um bioativo — que está o meu colega ali, Antônio Carlos, que a gente está debatendo sobre a questão do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), reduzir o ICMS, e a gente tem toda a questão do biativo da Cadeia do SAFs e da floresta.

Temos também dentro do projeto Reca (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) um projeto de carbono. Hoje, a gente tem 79 propriedades dentro de um projeto de carbono que somam mais de 3 mil hectares, a gente recebe por serviço ambiental. Então, essa questão da castanha, que a gente debate hoje nesta Plenária, ela tem que somar com, pensando desde a base, que os nossos colegas já falaram aqui, vai até dos varadouros até a agroindústria.

Nós processamos a nossa castanha, nós processamos 100% da castanha dos nossos associados e os agroextrativistas, ela sai como óleo, que vai para a indústria de cosméticos.

Então, a cadeia tem que ser olhada como um todo, olhada como os nossos produtores que carregam — que em uma hora dessas, enquanto eu estou falando aqui, eles devem estar quebrando castanha no mato, porque a castanha já está caindo —, e os meus colegas que trabalham na agroindústria devem estar processando o óleo, uma hora dessas.

Então, enquanto a gente não olhar a castanheira, o produto da castanha como um ativo econômico, e um ativo social e um ativo ecológico, nada vai sair do papel.

Aproveito para cumprimentar também o Daniel Pereira, a gente já, nós do Reca chamamos ele de “um amigo”. E eu queria agradecer a oportunidade e falar para todos vocês que estão presentes aqui hoje, que a família Reca, os produtores do Reca se sentem orgulhosos só de estarem presentes aqui, hoje, está bom? Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito Obrigado ao nosso representante da Reca e convido para a palavra o Sandro Souza da Silva, que é Presidente da União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Rondônia.

O SR. SANDRO SOUZA DA SILVA – Bom dia a todos e todas. Quero inicialmente parabenizar o Deputado Ismael Crispin pela iniciativa, acho que é uma iniciativa bastante importante para o Brasil, para a região amazônica e, sobretudo, para Rondônia — não é, Sávio? A gente sabe do potencial que é a cultura da castanha para a economia local, para a economia de um grupo de produtores, de extrativistas e que essa economia gira no Estado e, às vezes, normalmente, essa economia não está sendo reconhecida. E é uma pena, deputado e as demais autoridades aqui presentes, o Brasil — uma pesquisa recente feita por um grupo de consultores nossos —, no final dos anos 70, início dos anos 80, o Brasil chegou a produzir mais de 100 toneladas de castanha e, em 2019, estávamos em torno de 32 mil toneladas. Uma redução significativa, isso pela falta de investimento que o Brasil tem feito na cultura.

E quando não se investe, quando reduz essa produção, nos mostra que um grupo de pessoas que tem a sua sobrevivência à base da economia da floresta, da castanha, também estão sendo prejudicados. Acho que nós precisamos ter investimento urgente, desde o setor produtivo, desde o castanheiro indígena, o ribeirinho, que está na base, que tem a sua dificuldade no processo de coleta — ontem conversando com o Elielson, ele disse que anda até 40 km dentro da floresta para coletar a castanha e para vender, em determinados momentos, a R\$ 3,00 ou R\$ 4,00 o quilo. A gasolina, hoje, no município de Andreazza está R\$ 7,05. É impossível a gente tentar mostrar para um indígena que é importante a coleta da castanha se ele não tem resultado. Então, a gente precisa fazer. E, possivelmente, para quem está na outra ponta da cadeia, na comercialização, também deve ter as suas dificuldades. Então, são investimentos que a gente precisa fazer em toda a cadeia.

Por outro lado, a Bolívia, que era um país incipiente, hoje é um dos principais produtores porque investiu, inclusive, em controle de qualidade, investiu em certificação. Eu acho que o Brasil e o Estado de Rondônia precisam investir muito nesse processo e entender que a castanha é importante para a nossa economia.

Eu aqui, enquanto representante de um grupo de cooperativas, inclusive aqui com alguns participantes presentes. Vou citar aqui a Coomade (Cooperativa do Baixo e Médio Madeira), na pessoa do Presidente Batista; o Elielson, que é de uma Associação que a gente tem buscado empoderar no município de Andaraia; o Edmar, que é o representante aqui de uma cooperativa na Terra Indígena Rio Branco. E esses representantes cooperativistas e associativistas representam um grupo de pessoas que estão, na sua base, lutando para que essas pessoas continuem nas suas terras, gerando economia, renda e que possam manter as suas famílias. Então, o investimento é indispensável. O Estado precisa reconhecer a cultura da castanha como fonte de emprego e renda e, sobretudo, de valorização da economia local. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Muito obrigado ao Sandro.

Convido para a palavra o Doutor Marcelo Ferronato, biólogo da Ecoporé, Ação Ecológica Guaporé.

Enquanto o Doutor Marcelo chega à tribuna, eu quero fazer uma saudação muito especial às mulheres que estão presentes aqui. E acho até que os homens que aqui estão precisam saudá-las com uma salva de palmas muito grande, porque poucas vezes as mulheres participam tanto de eventos importantes como esses. Bancada linda. E eu vou convidar a Giselle, que está lá atrás perto do pai dela, perto do Rossoni, tem uma cadeira aqui, Giselle. Eu queria que você sentasse aqui, perto dessas mulheres para abrilhantar mais aqui a nossa Audiência Pública. Parabéns e agradeço por vocês estarem presentes aqui. O Rossoni pode ficar lá atrás, a Giselle vai vir para cá.

Com a palavra o Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO FERRONATO – Bom dia a todos e todas. Quero agradecer ao Antônio Carlos Alencar, da Sefin, em nome da Mesa, pelos dados fornecidos para uma ampla pesquisa que nós podemos fazer. Graças a esses dados da Sefin, nos trouxe uma dimensão muito importante quando fomos analisar. E quero agradecer também ao Rossoni, por nos ter recebido lá em Vista Alegre do Abunã, por ter nos servido almoço e complementado muito a nossa pesquisa. E às comunidades indígenas Terra Indígena Rio Branco e Igarapé Lourdes que também estão presentes.

Os produtos florestais não madeireiros são todos aqueles que não são madeira e estão na nossa floresta à nossa disposição como grandes bioativos. Na Amazônia, eles geraram R\$ 842 milhões em valor de produção em 2019 e esses dados do IBGE são certamente subestimados. Deste total, o açaí é o produto florestal não madeireiro com maior participação em valor, representa 70% dessa produção. A castanha é o segundo, que representa 16% desse valor de produção. A produção de açaí chegou ao pico em 2019. Atingiu 222 mil toneladas e o valor de sua produção aumentou de R\$ 179 milhões em 2010,

para R\$ 589 milhões, em 2019. Ou seja, a cadeia do açaí tem feito muito bem o dever de casa.

A produção de castanha diminuiu de 40 mil toneladas, em 2010, para 32 mil toneladas, em 2019. Porém, o valor de produção aumentou de R\$ 55 milhões, em 2010, para R\$ 135 milhões, em 2019. Ou seja, o valor agregado da castanha aumentou, apesar de a produção ter reduzido, e isso graças ao trabalho de muitos que estão operando a cadeia e muitas vezes assumindo diversos riscos.

A gente precisa compreender mais, de modo profundo e organizado, como é operada a cadeia de valor da castanha na Amazônia, principalmente no Estado de Rondônia. Um mercado que, em 2019, gerou riqueza da ordem de R\$ 30 milhões, ou seja, 22% do total da Amazônia.

Quando a gente foi analisar os dados de comercialização da castanha, com as informações comerciais fornecidas pela Sefin, entre 2017 e agosto de 2021, o saldo geral de todas as movimentações de entradas no Estado, 2,3 mil toneladas, e 33 mil toneladas de saída, restou positivo um saldo de 31 mil toneladas de castanha comercializada no Estado. Esse volume proporcionou uma receita líquida à Rondônia de R\$ 165 milhões. Todos nós ficamos bastante surpresos com esse dado, porque ele é muito diferente dos dados oficiais apresentados pelo IBGE.

A gente precisa considerar, portanto — e aí eu vou para os encaminhamentos —, como atividade econômica geradora de riquezas e que incrementa o Produto Interno Bruto do Estado (PIB). Como encaminhamentos eu sugiro, enquanto pesquisador, que a gente precisa fortalecer as instituições de ciência, tecnologia e inovação, que já desenvolvem as pesquisas e que precisam ser fortalecidas, principalmente conhecendo a capacidade de produção, a área e a mão de obra disponível. Se a gente olhar só para a área e para o potencial de produção, a gente pode estar errando na nossa medida.

Existem milhares de trabalhadores invisíveis na cadeia da castanha. Pessoas que não aparecem, que não estão dentro das comunidades, que são trabalhadores temporários da castanha. Então, é importante saber qual o potencial e o valor dessa mão de obra.

A gente precisa olhar para a castanha como igual — com equidade — às outras cadeias. Se algumas cadeias têm algumas isenções para exportação, por que não a castanha? É importante fazer essa reflexão. Tem cadeias que têm isenções para compra de insumos, por que não a cadeia da castanha? É importante olhar para isso.

A castanha tem uma enorme importância para a conservação dos ecossistemas e os serviços ambientais que geram. E elas precisam ser destacadas. Estamos num momento de crise climática. O mundo se volta a essa discussão. Rondônia precisa fazer a sua parte. E a castanha e outras cadeias, florestais ou madeireiras, têm enorme importância nisso.

Existem pelo menos cinco boas organizações e grandes organizações do terceiro setor que estão fazendo um papel, muitas vezes sem apoio do Estado, buscando externamente e trazendo recursos, tecnologia, mão de obra, qualificando mão de obra, para que essa cadeia se fortaleça.

Quanto aos entes públicos — tanto estaduais como federais —, eles precisam incluir a castanha nos seus planos de ação, e fazer isso de forma integrada. O que a gente viu, de maneira geral, é que muitos entes públicos têm políticas, mas

não estão coordenadas ou integradas. Muitas vezes são concorrentes. A gente precisa conectar essas políticas públicas à Política Estadual de Governança Climática e pagamento por serviços ambientais, aprovado no parlamento em 2018, e que até hoje não foram regulamentadas, principalmente no que diz respeito ao pagamento dos serviços ambientais, que é uma oportunidade de complementar o valor pago à castanha. O prazo da regulamentação vence em 17/12/2021.

A gente precisa valorizar os empreendimentos empresariais e comunitários, que assumem boa parte do risco das oscilações de preço do mercado. Eles precisam ser impulsionados e incentivados. As comunidades tradicionais também precisam ter as suas garantias e salvaguardas, reduzindo as discrepâncias, as concorrências, a exploração do trabalho e dos territórios tradicionais, ou seja, trabalho com dignidade.

Chegando ao final. O incremento da produção da castanha para dar suporte à implementação de um parque industrial mais amplo, precisa olhar para duas vertentes, que são obviamente imediatas. Conter imediatamente o desmatamento, que está afetando áreas de castanhais, reduzindo a produção e afastando os locais de produção e coleta das áreas de comercialização, encarecendo a logística e podendo inviabilizar algumas plantas industriais. E em médio prazo, enriquecimento das Reservas Legais e plantios em áreas de recuperação.

Nossas equipes de campo da Ecoporé agora, neste momento, estão entregando mais de 20 mil mudas de castanheiras, dentre 350 mil mudas florestais para povos indígenas de Rondônia. Nos últimos 10 anos, sozinhos, ultrapassamos 80 mil mudas distribuídas. E é com base nessa capacidade técnico-operacional, conhecimento, que eu coloco aqui o conhecimento da Ecoporé à disposição e toda a nossa estrutura.

E agradeço aqui ao Pacto das Águas também, por ter encomendado essa pesquisa e a financiado. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Muito obrigado ao Dr. Marcelo.

Convido, para a sua breve saudação, o Charles Gomes, que é Secretário Executivo da Associação Rondoniense de Municípios - Arom.

Enquanto o Charles se direciona à tribuna, aproveito para saudar aqui o Senhor Josias Gavião, Presidente da Associação do Povo Gavião – Assiza (Associação Indígena ZavidjajDjigúhr), e da Cooperativa de Castanha Indígenas.

O SR. CHARLES GOMES – Deputado, se me permitir falar aqui da Mesa, para a gente ganhar tempo...

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Fica à vontade.

O SR. CHARLES GOMES – Eu queria cumprimentar o Deputado Ismael Crispin e parabenizar por esta propositura. Cumprimentar aqui o Deputado Jair. Em nome do nosso Superintendente, Ex-Governador Daniel Pereira, cumprimentar todos da Mesa. E em nome do nosso amigo Rossoni, cumprimentar todos os senhores e senhoras.

Nós estamos aqui representando a entidade Arom – Associação Rondoniense dos Municípios, que congrega os 52 municípios. O Presidente não pôde estar presente por uma agenda previamente agendada anteriormente no interior do Estado, e dizer que, enquanto instituição, nós estamos aí para apoiar todo e qualquer projeto que nós entendamos que venha a trazer o desenvolvimento da nossa região. Estamos já em tratativas com o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), com os consórcios, dois consórcios do Estado de Rondônia que já estão vendo a necessidade de apoiar algumas agroindústrias, dentre elas ligadas à castanha, e nós sabemos que com isso nós poderemos contribuir com a regularização, com a sua comercialização, e com isso agregando valor ao produto final.

Então, nos colocamos à disposição e dizer, Deputado, que aquilo que for preciso e possível, através da nossa entidade, a Arom, estaremos à disposição para apoiar toda e qualquer entidade que se fizer necessário.

Muito obrigado pelo convite. E, mais uma vez, parabéns pela propositura, por este importante tema que hoje está sendo debatido aqui nesta plenária.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Muito obrigado ao nosso representante da Arom.

Convido para a palavra o Senhor José Cícero, Secretário Municipal de Agricultura do Município de Nova Mamoré.

O SR. JOSÉ CÍCERO – Bom dia a todos e a todas. Em nome do Excelentíssimo Senhor Deputado Ismael Crispin, quero primeiramente agradecer o convite estendido ao nosso município, à nossa Secretaria Municipal de Agricultura. Quero cumprimentar o Daniel Pereira, nosso Superintendente do Sebrae. Em nome dele, cumprimento todos os colegas postos à Mesa.

Deputado, é de grande importância esta Audiência, não só econômica, para o Estado de Rondônia. Tem um ditado que diz: “É melhor tarde do que nunca.”. Mas não é tarde. Eu acho que chegou no momento certo. Essa cadeia produtiva tem um olhar muito restrito do poder público de Rondônia. E, poucos veem a cadeia produtiva da castanha-do-pará como uma atividade econômica, mas como uma atividade de quando o produtor — principalmente os ribeirinhos, os quilombolas, especialmente os indígenas — precisa de um “troquinho” no bolso, aí vai lá e leva um saco de castanha para a cidade para vender por preço irrisório.

Mas, quero aqui agradecer mais uma vez. Parabenizá-lo por esta tão importante Audiência Pública, e esperar que desta Audiência saia um norte, da qual precisamos. Como o colega falou aqui anteriormente, a maioria da nossa castanha sai pelo país vizinho, pela Bolívia, na minha região. Além de sair ilegal, ela sai com qualidade inferior àquela que o mercado requer. Mas, como estão presentes aqui também o nosso representante da Sefin, da Sedam também, o senhor Antônio Carlos, da Sefin e o Diogo da Sedam, precisamos estar juntos, todas essas entidades aqui presentes, instituições aqui presentes, para que possamos dar um norte e diretrizes aos nossos produtores de castanha-do-pará e no Estado de Rondônia, em especial também no meu município. Em especial

também aos quilombolas, aos ribeirinhos e aos indígenas, que são os maiores baluartes dessa atividade econômica. No mais, muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Muito obrigado. Agora, representando a Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia, convido, para sua breve saudação, o Senhor Antônio Carlos Alencar. Diga-se de passagem, está aqui uma representatividade importante dentro da nossa discussão.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO – Bom dia a todos. Agradecer a deferência do Presidente da Audiência, Deputado Ismael Crispin. Agradecer aqui a acolhida dos demais integrantes desta Mesa; o Ex-Governador Daniel Pereira; Charles, da Arom, em nome do qual eu cumprimento todos os presentes.

Primeiro me apresentar: eu sou Auditor Fiscal de carreira da Sefin desde 2003, antes era da Caixa Econômica. E desde aquele tempo a gente tem uma visão, junto com o nosso Secretário, de estimular as diversas cadeias produtivas e tirar o fisco daquele papel simplesmente repressivo. Isso é uma realidade hoje, é uma construção, onde a gente tem o firme propósito de facilitar.

Então assim, aquele fisco repressivo que o produtor sai assustado porque não tem uma nota, não tem um código, isso acabou. Inclusive, a Assembleia fez uma mudança legislativa na nossa carreira, onde aquela multa, deixar bem claro, a partir de janeiro de 2022, não existe mais multa que signifique produtividade para o Auditor Fiscal. Então, o dever fiscal é para organizar o setor. A gente tem um viés de educação.

Desculpa, Deputado Jair, me perdoe, o senhor estava aí tão atento. Quero cumprimentá-lo também, com todo o respeito que o senhor merece.

Então assim, a gente tem feito algumas ações no sentido de tranquilizar e indicar qual é o caminho mediante treinamento.

Eu gostaria de, inicialmente na minha fala, ressaltar o esforço do colega da Ecoporé em trabalhar os dados, o Dr. Marcelo. E os dados enviados foram enviados de forma bruta. E a gente sabe que as operações comerciais têm a simples remessa, têm o diferimento, que é onde, aqui no Estado de Rondônia no âmbito interno, a saída da castanha destinada ao comércio e à indústria é diferida, ou seja, se tiver imposto, a gente não sabe ainda se ela vai para fora, que é tributada ou para dentro, que ela é isenta. Então, quando a Ecoporé solicitou, a gente mandou todos os dados e isso aí pode resultar em uma dupla contagem.

Então, eu vou dar uma pequena amostra do dado já tratado, só da operação de venda, e colocar à disposição dos órgãos do terceiro setor que, quando requisitarem algum dado, precisem daquele olhar tributário para que a gente esclareça, porque “cada qual na sua praia”.

Então assim, os números reais da produção, só da venda efetiva: em 2017, em torno de 694 toneladas foi a produção registrada de vendas, tanto interna como a saída interestadual; em 2018 subiu 237%, foi para 1 milhão, 646. Isso só o que saiu no radar. A gente sabe — aí eu concordo com ele —, que a gente tem uma produção que não se materializa por documentos fiscais. É aquela que vai, entrega,

ela gira e a gente sabe que isso é muito grande. E mais à frente a gente vai até abordar como o fisco estadual pretende ajudar a resolver isso aí.

Então, de 2017 para 2018, partiu de 694 mil quilos para 1 milhão 646. Em 2019, no radar, ela caiu 61%. Foi 1 milhão e 18 toneladas, 1.018 toneladas. Em 2020 teve um fato que deu um grande salto em trazer para a legalidade boa parte, que foi a indústria de Ji-Paraná, que peticionou que nós facilitássemos a coleta semelhante ao leite. O leite, nem todo mundo tem facilidade no campo, então tem a ordem de coleta, que ao final do mês ele faz a nota em nome daquele entreposto de todos os produtores. E nós fizemos da mesma forma, no dia 15 de janeiro de 2020, o Decreto 24.680, onde se estendeu, é o único setor, por similaridade ao leite, em que o industrial ou o comércio pode fazer, criar o entreposto e coletar. Por isso que no radar aparece muita castanha também em Ji-Paraná, não é? Vocês devem ter visto isso aí. E em 2020 deu um salto de 1 milhão e dezoito, em 2019, para 3 milhões, 891 mil, 243 quilos (3.891.243). Então, quase 4 toneladas apareceram, já, no radar. E em 2021, a gente ainda vai consolidar os dados, mas tende a superar 2020.

O preço médio, uma coisa que eu achei impressionante, é que ele vem ali de R\$ 1,48 ao maior preço de R\$ 1,51. Em 2018, R\$ 1,48; e a R\$ 1,51 em 2019; R\$ 0,91 centavos em 2020 e R\$ 1,50. Então, a gente vê que o crescimento não está acompanhado de uma remuneração mais decente, não é?

Lógico que esses números são os das notas fiscais de coleta, mas a gente vê aí um problema semelhante ao do leite, em termos de remuneração, a quem a gente realmente está lá nos locais das Resex. O Ministério Público Federal já nos colocou, em 2019, um documento para que a gente procurasse aprimorar a fiscalização, tanto com essa que vai para a Bolívia, como para materializar um olhar de conformidade para a coleta. E a gente respondeu que iria criar um projeto — a pandemia atrapalhou um pouco, mas esse projeto já está agora na hora de somar com os parceiros —, que é o seguinte: o fisco estadual está presente em 23 municípios. Nós pretendemos levá-lo aos 52. De que forma? Mediante parcerias.

Na prática, para a castanha, a gente imagina, já com a Sedam, já fica oficializado ali, nós habilitarmos todos os servidores de prefeituras que ela possa dispor de 5 funcionários: um na Seagri do Município, um na Sedam, um na Fazenda. Ali em Nova Mamoré, por exemplo, nós não temos nenhum posto avançado. O produtor das outras culturas tem de se deslocar a Guajará-Mirim. E a gente quer inverter isso aí, fazer um movimento — já expus ao Presidente Charles aqui — a gente pretende, já temos uma equipe treinada com a cartilha, já prontinha para começar a ir a campo, fazer a parceria lá dentro da Resex do Pacaás Novos. Se tiver a Sedam lá dentro, vamos treinar o servidor. Você vai entrar na agência virtual, vai habilitar o extrator. Se ele quiser tirar a nota, ele tira ali na hora, senão, ele vai tirar a ordem de coleta para o comércio que vai lá, mas ele vai poder ter a cidadania dele mediante a inscrição do extrator.

Então, a gente pretende fazer um movimento muito forte de parceria com os órgãos que estão nos entornos das Resex para que ele possa atender. É uma escola rural, é um posto de saúde, onde não tem um fluxo muito grande, então a gente vai habilitar, treinar e colocar nossos técnicos tributários para circular no entorno desses 52 municípios.

Juntei a sala do empreendedor também, do Sebrae, que a gente já conversou até em Cacoal, e em Vilhena, colocar um servidor da prefeitura, tem que ser servidor de órgão público, mas não impede que as entidades, também, do terceiro setor sejam capacitadas para emitir a nota. Imposto não tem, na saída interna, só quando for para fora do Estado. E aí, isso é assim, é o cenário que a gente imagina, não fazer uma fiscalização interna ostensiva, mas no sentido de trazer todo mundo para o radar da materialização da sua inscrição. Isso vai garantir a aposentadoria dele, garantir uma série de benefícios, garante até mesmo escolher para quem ele pode vender o seu produto. Então, em linhas gerais, é esse o cenário que o fisco vê.

Estamos à disposição para fazer todas as parcerias, mandar os nossos técnicos para fazer esse movimento positivo em favor do setor. Muito obrigado a todos. E estou aberto às perguntas.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Muito obrigado, Antônio Carlos.

Com a palavra, o Diretor de Governança Climática e Bioeconomia da Sedam, Diogo Martins.

O SR. DIOGO MARTINS ROSA - Bom dia a todos. Primeiramente, eu queria agradecer ao Deputado Ismael Crispin e a todos que contribuíram para o acontecimento desta Audiência Pública, referente às atividades da cadeia produtiva extrativista da castanha, seu processo de industrialização e comercialização, uma importante ferramenta e atividade da nossa bioeconomia do Estado. Aproveitando, também, para cumprimentar o Deputado Jair Montes; o Excelentíssimo Senhor Daniel Pereira, Superintendente do Sebrae; e a todos aqui da bancada, como todos os participantes da Audiência Pública. Esta Audiência Pública sendo muito importante para o fomento das nossas atividades econômicas, fazendo parte do fortalecimento das nossas cadeias produtivas e do setor de bioeconomia, e hoje com o foco na nossa castanha, castanha-do-brasil ou castanha-do-pará, enfim, uma ampla discussão em relação ao nome, mas poderíamos também falar de castanha-de-rondônia.

Nisso, a Sedam (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental) vem trabalhando forte na questão da sua estruturação a partir da sua Política Estadual de Governança Climática e pagamentos para os serviços ambientais. Ela vem estruturando esse setor de governanças climáticas, serviços ambientais e bioeconomia para atender todo o regramento já aprovado a partir dessa legislação estadual.

Então, trabalhando junto com os outros Estados também, que têm praticamente as mesmas dificuldades, foi elaborado o Plano de Recuperação Verde, o PRV, no Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, onde participam os governadores e secretários de meio ambiente na Amazônia Legal, e onde possui no seu plano, o eixo de bioeconomia, que vem com esse foco de trabalhar as cadeias produtivas.

Como todos devem saber, ocorreu no Pará, pela primeira vez, o Fórum Mundial de Bioeconomia, que tratou especificamente do que estamos discutindo hoje: o fortalecimento das cadeias produtivas. E estavam lá a discussão com cacau, castanha, açaí, plantio de sistemas agroflorestais.

E a Sedam participou desse fórum, como também participa de outros fóruns, como o Fórum de Secretários da Amazônia Legal, que discute essas ferramentas e planos de ação, buscando investimentos para o Estado de Rondônia.

Então, nisso a gente discute, principalmente, o Plano de Gestão e Desenvolvimento Sustentável e de Baixas Emissões do Estado de Rondônia, focado no combate e monitoramento dos lixos ambientais, assim como traz, no eixo estratégico, a questão da bioeconomia; e aí, lógico, para todas as cadeias produtivas do Estado, focado na questão da comercialização e industrialização e de projetos sustentáveis.

Nisso, para estruturação da lei, como o Dr. Marcelo Ferronato colocou, da Ecoporé, temos que regulamentar essa lei. Então, a partir do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas, que já foi criado, há possibilidade da discussão da cadeia produtiva da castanha, assim como outras atividades da nossa bioeconomia. Para quê? Para que possamos elaborar planos e projetos na captação de recursos e na execução dos recursos do Estado a partir da Secretaria.

Nisso, a Sedam também vem trabalhando junto com outros parceiros, tanto do Estado como o próprio Ministério do Meio Ambiente, que vem instituindo o Programa Floresta+, que como vocês sabem, ele se desmembra em Floresta+ de pagamento de serviços ambientais, Floresta+ e Bioeconomia e Floresta+ Carbono. Rondônia tem dois projetos de carbono n:— vamos dizer assim, do mercado voluntário de carbono — na Resex do Rio Cautário, na Resex do Rio Preto e Jacundá, que não impede a questão da produção e comercialização da castanha-do-pará. Pelo contrário, ele fortalece essas cadeias produtivas, fazendo com que o Estado busque a estruturação dessas cadeias produtivas nessas reservas extrativistas. Onde? Em Rondônia tem essas unidades de conservações estaduais, atualmente 49, isso vamos trabalhar com a questão dos Planos de Gestão dessas unidades, incluindo a bioeconomia, incluindo toda a cadeia produtiva que é possível — e estudar —, como foi dito aqui pelos nossos colegas, conhecer. Quer dizer, a gente precisa ter esses dados, conhecer, realizar esses levantamentos, como também são realizados nos projetos de carbono.

A cadeia produtiva, principalmente onde a Sedam atua, é nas comunidades tradicionais a partir das Reservas Extrativistas, que é a principal, onde há esse fomento e essa análise.

Agradecendo, também, ao representante da Receita Estadual da Sefin, o Antônio, pela dica dessa possibilidade de habilitar os servidores no trabalho de fomento e possibilidade de fiscalização dessa cadeia produtiva. A Sedam vai se estruturando, assim como seus parceiros e outros órgãos competentes, para que tenha mais fortalecimento das atividades sustentáveis no Estado de Rondônia, como instruiu o Selo Verde para boas práticas em Unidades de Conservação. Então, aquele empreendimento, aquela atividade que tenha, a sua atividade está dentro do parâmetro sustentável, dentro dessa Portaria, dentro desse regramento dessa Portaria da Sedam, ela recebe o Selo Verde de boas práticas em unidade de conservação ou em sua proximidade. Então, temos esses eixos estruturantes que, pelo nosso cenário, principalmente dentro da nossa Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais, e vem muito mais forte agora com a

questão do Fórum Mundial de Bioeconomia, a Conferência Nacional das Nações Unidas de Mudanças Climáticas, nossa estruturação, sendo a nossa lei uma das pioneiras para estruturação do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas, temos a capacidade e o comprometimento de executar os recursos e também captar esses recursos estrangeiros. Trabalhando assim para que, com essa estruturação que eu mencionei no começo, o Estado possa trabalhar melhor as suas cadeias produtivas dentro do setor de bioeconomia, que faz parte de todos, é um eixo dentro de praticamente todos os planos de governo de desenvolvimento...**(ininteligível)**. Então, a Sedam fica disponível para diálogos, conversas e propostas que possam ser encaminhadas pela população e pelos nossos parceiros, órgãos gestores e todos aqui, e qualquer dúvida eu fico à disposição. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Nosso agradecimento ao Diogo e convido para a palavra, Deputado e 1º Secretário desta Casa, Deputado Jair Montes. Enquanto ele se aproxima da tribuna para fazer uso da fala, quero cumprimentar o pessoal que está acompanhando pela página oficial da Assembleia Legislativa, pela página do *Facebook*, pelo *Youtube*, também pela página do nosso gabinete, o pessoal das pequenas e médias empresas. Saudar o senhor Plácido, que é também da Pacto das Águas, que nos acompanha, infelizmente algumas pessoas não puderam vir. É bom que se diga também que é importante essa participação on-line. Nós estamos em um momento um pouco delicado, o retorno e o avanço da Covid-19, e nós precisamos de fato ter todo respeito, a gente precisa ter uma análise crítica dessa situação. Sabemos que a Covid-19 não tem sido brincadeira mesmo, tem levado parentes e amigos nossos, mas a participação on-line inteira essas pessoas do que está sendo debatido aqui, hoje. Então, a todos eles o nosso abraço.

Com a palavra, Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES – Senhor e amigo, Deputado Ismael Crispin, em seu nome quero cumprimentar esta Casa, os nossos deputados estaduais, e também te parabenizar pela belíssima Audiência Pública que está sendo realizada aqui nesta Casa. Quero também cumprimentar o ex-governador e também Presidente do Sebrae, Daniel Pereira. Tenho certeza que é um grande incentivador dessas matérias, dessas pautas tão importantes, às vezes, lá no cantinho, tem aquele trabalhador, aquela trabalhadora, aquele rondoniense que está esquecido, como é, a gente está conhecendo aqui um pouquinho da história das pessoas que trabalham na cadeia produtiva extrativista da castanha-do-pará, castanha-do-brasil, ficou bonito o nome também, e o seu processo de industrialização e comercialização.

Aqui, em nome do Governo Marcos Rocha, eu quero cumprimentar o nosso Coordenador, Antônio Carlos, que é um homem importantíssimo para essa Audiência, eu quero aqui parabenizá-lo por estar aqui, porque vai precisar muito de você, Antônio Carlos, e a Sefin é muito importante nessa Audiência Pública e também a Sedam.

Eu fico feliz que vejo aqui muitos irmãos indígenas, pessoas que vieram lá de suas tribos e estão aqui conosco e, se vieram aqui, é porque diretamente são impactados e, às

vezes também estão até fora da cadeia, do mercado, que tem que ser colocado. Parabéns a todos vocês que estão aqui, aos nossos irmãos indígenas que estão aqui conosco, também às mulheres – como o Deputado Ismael Crispin falou –, parabéns. As mulheres precisam cada vez mais estar inseridas nesses processos. E eu falo para todo mundo, as mulheres são um elefante que não sabem a sua força e às vezes usam força de formiga. O Parlamento Estadual hoje tem duas mulheres só. Poderia ter muito mais mulheres, nós temos mais de 51, 52% que votam são vocês, é a maioria absoluta. Então, está na hora de as mulheres começarem assumir o seu verdadeiro papel de estar aqui no Parlamento. Eu estive no Pará e lá temos 5 a 6 mulheres deputadas estaduais, muitas mulheres. Aqui em Rondônia nós temos muitas ainda, duas, porque às vezes vocês não souberam ainda buscar verdadeiramente seu espaço aqui nesta Casa, e em outras Casas também. Mas parabéns por estarem aqui abrilhantando essa grande Audiência Pública.

Rossoni com quem eu estive conversando, Rossoni, nós temos aqui um empresário de São Paulo, seja bem-vindo a nossa cidade, Deus abençoe e que possa contribuir com esse Estado tão rico. A gente vem aprendendo, Daniel e também Deputado Ismael Crispin, que a pandemia nos ensinou uma grande lição. A pandemia nos ensinou que nós, seres humanos, somos mortais, nós não somos imortais. Que nós, seres humanos, somos vencíveis, nós não somos invencíveis. E que nós, seres humanos, devemos nos preocupar com a maior riqueza que nós temos, que é o ser humano. O gestor hoje, o político hoje, se ele não tiver esse olhar humano, olhar carinhoso pelas pessoas, ele não merece estar no Parlamento e muito menos merece estar sendo gestor de um Estado, gestor de um País. Porque, descobrimos que tudo é vaidade. E a gente descobriu essa grande frase de Salomão, lá atrás, quando ele foi um grande rei, e ele falava “Vaidade de vaidade. E tudo é vaidade.”. A nossa vida era todo o tempo se preocupando com ganhar dinheiro, trabalhar, viajar, achar que nunca ia acontecer nada conosco. E quando começamos ver que essa pandemia começou a tirar trabalhadores e trabalhadoras, pessoas que trabalhavam ao nosso lado, nossos vizinhos que não estão mais conosco, pessoas que não chegaram a 80, 90 anos, mas que perderam a vida com 30, com 20, com 15, com 18, a gente falou: “meu Deus do Céu, o que eu estou fazendo da minha vida?”.

E o Estado, com essa fala que eu faço, Daniel, o Estado não pode pensar em se locupletar só do recurso que recebe e falar: “eu tenho “x” milhões em conta”. O que adianta eu ter “x” milhões, “x” bilhões em conta se o meu povo não está sendo assistido? Se as pessoas que tanto precisam, que contribuem com o meu Estado, estão passando necessidade, estão passando dificuldade? Então, que nós saíamos aqui dessa Audiência, Deputado Ismael Crispin, já com uma pauta montada daquilo que eu já sei que eles precisam. Eles estão precisando — isso é com você, Sefin —, precisando de incentivo fiscal, como lá o exemplo, botaram para mim aqui o Pará, que quem industrializa paga 2,5% enquanto os demais pagam 12%. Então, nós vamos ter que ser diretos no que nós queremos. É sair daqui com uma comissão montada, juntamente com o Parlamento, que o Deputado Ismael Crispin vai dizer quem são os deputados, juntamente com a Sefin e buscarmos aquilo que vocês precisam. Essa Casa dá a vez e a voz para vocês. Eu

não conhecia o trabalho de vocês. Eu conheço muito bem a castanha-do-pará da qual eu amo, e ela é belíssima, é riquíssima.

Quando eu estive agora no Nordeste, eu vi muitas pessoas falarem assim: "olha, o meu sustento é vender castanha aqui para o Nordeste". E como vende. E você está na praia e ali o modelo mais ainda arcaico, mas está ali. O cidadão com uma sacolinha de plástico, cheia de castanhazinha te vendendo. Agora, quantos benefícios que a castanha traz para muitas pessoas, desde o creme de pele ao perfume e aí vai, ao chocolate, aí vai. É tanta coisa. Mas, nós temos grandes pessoas que têm a cooperativa, que muitas vezes estão trabalhando sozinhas e estão sobrevivendo, porque o Estado não olhou para elas ainda, a Assembleia também não olhou.

Por isso que é importante o Parlamento. A partir de agora vocês terão um tratamento totalmente diferente daquilo que vocês tinham, porque agora vocês vão ser olhados, porque vocês pediram socorro. Vocês vieram no lugar certo e o lugar certo é aqui. E o lugar certo é aqui. E aqui nós temos a obrigação, daquilo que nós estamos ouvindo vocês, encaminhamos ao Executivo e nós damos solução à situação de vocês. E amanhã nós podemos falar assim: "passei pelo Parlamento. Fizemos a nossa parte. Hoje, as pessoas que vivem da castanha têm uma vida muito melhor do que tinham anteriormente." Então, o grande sonho é esse. O grande sonho é esse. Então, é isso que nós temos que fazer.

Quando a gente viaja muito por aí, nós temos maior orgulho de as pessoas falarem assim: "eu amo o açaí". Quem diria, né? O açaí é algo tão local nosso, da região Norte, e hoje o açaí é o Brasil todo, é o mundo. É o mundo. Só que eles não têm o verdadeiro açaí que nós temos aqui - Rondônia, Pará, Amazonas – eles já têm um açaí já lá, açaí cheio de água, só tem o cheiro do açaí. Mas, estão felizes com o açaí, estão muito felizes com o açaí.

Que a nossa castanha, que ela tem o nome que é do Pará, que Deus nos deu. Eu até perguntei: "Como é a castanha, Rossoni?". Ele falou assim: "Foi dádiva de Deus. Deus quando fez o Jardim do Éden colocou lá a castanheira, a castanha, e até hoje está aí." A castanha tem o ciclo da castanha é o que vai dar sobrevivência às pessoas. Agora só precisamos, Antônio Carlos, organizar. Nós damos tanto incentivo fiscal para tanta gente rica nesse País, nesse Estado, que não contribuem com nada. Quando eu cheguei aqui nesta Casa, a primeira coisa que eu bati, a primeira coisa que eu queria fazer era revisão de incentivo fiscal para grandes empresas do Estado, porque não servem para nada. Muitos não servem para nada. Tem um compromisso e não cumprem. E aí recebi uma enxurrada de grandes empresários para cima de muita gente "pelo amor de Deus, segura esse deputado que ele é doido".

Mas, eu tenho isso ainda. O Estado não pode ser apenas um Estado protetor, um Estado "mãezona". O empresário tem que entender o seguinte: se eu te ajudei como Estado e você enriqueceu, agora, é o momento de nós revermos para você ajudar o Estado. O Estado precisa de você. Mas, não. O cidadão tem 85, 95% de incentivo fiscal, se mexer 1% ele chora, ele pula. E tem uns que não tem nada, como vocês que não têm nada. Não é isso? Não tem nada. E como outros também que não têm nada e contribuem muito para esse País, para esse Estado.

No mais, mais uma vez, Deputado Ismael, eu vou ter que ausentar. Eu tenho uma agenda super lotada. Eu estava no Mato Grosso do Sul e aqui nós temos um ex-governador, e nós temos aqui o nosso amigo Deputado Ismael Crispin que vem lutando, é um deputado que grita nessa tribuna e com razão. Às vezes, eu tento ainda segurar o Deputado Ismael, porque eu sou mais bocudo que ele, mas quando ele abre a boca, para segurar, é difícil.

E lá no Mato Grosso eu vi o Governador Azambuja falando uma coisa. Assim, tem hora que eu fico triste, tem hora que me revolta, e por isso que eu sou tão perseguido na vida, porque eu não consigo admitir que os órgãos de fiscalização do meu Estado... E o Poder Executivo do meu Estado às vezes até se acovarda para os órgãos de fiscalização. Tem que acabar com isso. Porque quando você olha o João Paulo totalmente lotado, quando você vê a pandemia, que ela foi, e agora diz que está voltando, com um tal de "ômicron", uma outra cepa, e as pessoas todas apavoradas. Mas quando você olha também e vê pessoas que têm também um ano, seis meses, dois anos, precisando de uma cirurgia eletiva e não conseguem fazer porque o governo tem que lançar o edital com tabela SUS... Quem vai fazer cirurgia com tabela SUS? Quem vai? O nosso ex-Prefeito? Ninguém vai. Quem vai querer ganhar R\$ 100, R\$ 150 numa cirurgia? E ali, quando eu vejo o Governador Azambuja (Mato Grosso do Sul), que fala "sentei com os poderes, sentei com o Ministério Público, sentei com o Tribunal de Contas, eu, Executivo, e a Assembleia Legislativa, definimos em lei uma tabela que eu credencio os hospitais pela tabela SUS, mas eu dou um complemento de mais quatro, cinco, seis, dez, quanto for preciso, eu separei 120 milhões para que nós possamos fazer cirurgia naquele cidadão. Só sabe o que é dor quem sente."

E eu sei o que é uma dor de vesícula, porque eu já tive. Eu já tive que retirar. Eu sei o que é uma dor de rins, porque eu já tive também que tirar pedra no rim. Eu sei o que é uma dor. Dizem que é uma dor muito próxima da de parto de uma mulher. Dizem que é muito próximo. E é muito dolorido. E o homem não aguenta a dor. Vocês aguentam, nós não aguentamos dor. Essa é a realidade.

Então, fica aqui o nosso apelo nesta Audiência Pública: que o Ministério Público do Estado, o Tribunal de Contas, a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado assumam a responsabilidade para que nós possamos tirar o nosso povo lá do João Paulo II que está sofrendo e possamos sim credenciar hospitais particulares para poder fazer as cirurgias que o povo tanto precisa.

No mais, muito obrigado. Mais uma vez, Deputado Ismael Crispin, que Deus te abençoe. Que nesta Audiência nós possamos chegar no tão desejado, naquilo que nós tanto precisamos, que é beneficiar e ajudar as cooperativas, os empresários, as pessoas que trabalham com a castanha. Que Deus abençoe a todos vocês.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Agradeço a deferência do Deputado Jair Montes. Como disse o Deputado, 1º Secretário desta Casa, muito atuante, e um grande defensor dos seres humanos, em especial dos rondonienses. Isso é muito importante.

Quero saudar aqui o Professor Vinícius Silveira, que é professor da Universidade Federal de Rondônia. Seja muito bem-vindo. Terá um momento de fala quando nós abrirmos aqui para a plenária.

Nós temos o último orador: o nosso Superintendente do Sebrae. Após a fala do nosso Superintendente Daniel Pereira, nosso ex-Governador do Estado de Rondônia, nós vamos abrir para a plenária. E aí, já anuncio que vamos abrir ouvindo uma mulher, a Isabela, que representa aqui a Secretaria-Geral, representando a Câmara Setorial do Agroextrativismo do Estado de Rondônia.

Então, após a fala do nosso Superintendente do Sebrae, o Daniel Pereira, nós vamos abrir para a plenária e vamos abrir com a fala da Isabela.

Com a palavra, Daniel Pereira.

O SR. DANIEL PEREIRA - Bom dia a todos, todas. Quero saudar o nosso Deputado Ismael Crispin e o Deputado Jair Montes.

Tem coisa que se a gente combinar não fica tão boa. Eu procurei o Deputado Ismael e o Deputado Jair para tratar sobre dois temas que para nós, do Sebrae, são muito caros neste momento: um deles essa questão da castanha e o outro é a questão do turismo. Para nossa felicidade, os dois fizeram os Requerimentos e coincidiu de as duas atividades serem hoje. Então, quem está participando desta agenda agora já está convidado para participar às 15 horas da agenda do turismo, que aí a Mesa vai estar sendo presidida pelo Deputado Jair. E os dois assuntos se complementam. São ações que você pode construir e trabalhar juntas.

Então, obrigado neste momento ao Deputado Ismael e a toda a Assembleia Legislativa, bem como também ao Deputado Jair, por ter abraçado essa agenda.

Quero saudar aqui o nosso querido Dr. Diogo Martins, Diretor de Governança Climática e Bioeconomia da Sedam. Em nome dele, também o meu amigo Jorge Lourenço, que eu vi por ali, o Coronel Farias, o nosso Secretário, e todos aqueles que fazem o trabalho do dia a dia da Sedam.

Saudar o Dr. Antônio Carlos Alencar, representando a Receita Estadual. Estender a minha saudação do Dr. Luís Fernando, que é o Secretário de Estado da Fazenda. Também o Dr. Franco Ono, Secretário Adjunto. Ao nosso querido amigo Jose Cícero, Secretário Municipal de Agricultura de Nova Mamoré. Agradecer a sua presença e mandar um abraço lá para a dupla de Prefeito e Vice-Prefeito lá de Nova Mamoré. Nosso querido Charles Gomes, nosso hoje Secretário-Geral da AROM, aqui representando a instituição, juntamente com Waltinho Lara, nosso amigo. E mandar um abraço ao nosso Presidente da AROM, o Célio Lang, que faz um grande trabalho, um grande parceiro nosso do Sebrae.

Ao Dr. Marcelo Ferronato, biólogo da Ecoporé, parabéns aqui pela exposição. Fantástica.

Ao nosso querido Sandro de Souza Silva, Presidente da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Rondônia. Obrigado pela sua presença. Estenda aí a nossa saudação a todos os integrantes da entidade.

O Senhor Dielisson Fortunato, Coordenador Técnico do Reca, obrigado pela sua presença e parabéns pelo trabalho lindíssimo que vocês fazem lá no Projeto Reca. O nosso querido

Elielson Suruí, eu não vou falar esse sobrenome dele aqui, que é muito difícil. Quero saudar a ti, saudar o Josias Gavião. Estender a saudação a algumas lideranças indígenas, que eu reputo a duas dessas lideranças, amigos pessoais e uma outra amiga do mundo, que é o Almir Suruí, que eu conheci em 1995 aqui nesta Casa Legislativa, a nossa querida professora Elisângela Suruí, que é Presidente da Coopaiter (Cooperativa de Produção e Desenvolvimento do Povo Indígena Paiter-Suruí), lá de Cacoal, e a nossa hoje universalmente famosa Txai Suruí, cujo tema que levou ao mundo nós estamos, de certa forma, de forma acessória, tratando sobre ele aqui neste momento. E ao meu querido Plácido Gomes, vice-Presidente do Pacto das Águas, e estendendo esse abraço ao Plácido, Presidente da entidade que inclusive conversei com ele vindo para cá hoje, não está bem de saúde, mas se ele estiver vendo peid:los meios digitais, eu tenho certeza que, ao final deste evento, ele vai estar 'beleza', vai estar '10', até porque ele é muito apaixonado por essa causa.

Nós vivemos, neste mundo, neste momento, um dilema sobre a questão a Amazônia. Bate o tempo todo na questão do integrar para não entregar. Na verdade, era mais, tira o povo do Sul do país, que está dando problema, e manda para a Amazônia, porque lá eles vão caçar um jeito de sobreviver, que é o caso da minha família, por exemplo. Mas, valeu como apelo.

E o mundo neste momento vive um dilema. A África — eu até mandei para o Deputado Ismael, está até projetado no fundo ali, se pudessem transmitir aquela imagem do fundo aqui na frente, porque a imagem é elucidativa -, os africanos estão sendo invadidos pelo deserto do Saara. E aí o que eles estão fazendo? Eles estão plantando árvores. Eles estão fazendo 8 mil quilômetros de cinturão verde. E está dando um resultado fantástico.

Por que eu fiz questão de trazer isso aqui? O mundo que é árido está plantando árvore, e o mundo que tem árvore, qual é o desafio nosso? É nos tornar árido ou nos manter arborizado? É algo para se refletir. E essa agenda aqui é muito importante, porque tudo o que nós tratamos sobre a Amazônia é uma questão de modelo de desenvolvimento. Eu pontuei algumas vezes já aqui, há mais de 20 anos como deputado estadual, que a não preservação da Amazônia significava tão apenas você desenvolver um modelo econômico sustentável de forma que a Amazônia possa ser sustentada a partir dos seus produtos. E o Brasil tem uma certa dificuldade. Nós dominamos, às vezes, produtos que são externos, de origem. O café, por exemplo, não é de origem brasileira; a cana-de-açúcar não é de origem brasileira; nós conseguimos dominar bem, mas deixamos, por exemplo, a borracha sair das nossas mãos. A nossa Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que foi construída para viabilizar o comércio de borracha, principalmente da parte da Bolívia, quando foi concluída, já não tinha mais comércio de borracha por uma série de razões histórica que todos nós conhecemos.

E hoje, com relação à castanha, somente três países do mundo produzem castanha. Somente o Brasil, somente a Bolívia e somente o Peru. Somente esses três. Agora, o potencial de produção é fantástico. Quem anda muito pelo Estado de Rondônia, como todos nós andamos, eu, particularmente tenho o privilégio de andar muito, hoje eu já

vi pelo menos umas 200 castanheiras, que eu vim de ônibus à noite de Vilhena. Passei a parte da manhã vindo de Ariquemes para cá, já estava clareando o dia, e a beleza das castanheiras vai se pontuando. E um amigo meu chamado Dionísio Martins, que foi candidato a vice comigo, em Cerejeiras, em 1992, ele dizia o seguinte: "um hectare de castanheira produz muito mais do que um hectare de qualquer outro produto que a gente possa colocar lá". Só que nós nem estamos falando de hectare ainda, nós estamos falando de produção nativa. Então, são alguns desafios que a gente tem.

Mas alguém vai falar: "poxa, mas isso não tem viabilidade econômica." E talvez não tenha mesmo, porque todos os outros produtos que a gente tem, Deputado Ismael, viabilidade econômica, o Estado Brasileiro e a humanidade investiu bilhões nesses produtos, para torná-los viáveis. Isso aconteceu, por exemplo, com a carne bovina. Isso aconteceu com a ave, isso aconteceu com o suíno. De certa forma, há um investimento ainda tímido, mas considerável com relação à psicultura. Isso aconteceu com a soja, aconteceu com o milho. E qual o investimento que o Estado Brasileiro faz no seu grande patrimônio, que é a Amazônia? Até mesmo os organismos ambientais internacionais que têm um discurso que eu acho interessante sobre a preservação da Amazônia, mas de uma certa forma, os empresários deles exploram de forma indevida a Amazônia, porque pegam os nossos produtos aqui, semi-industrializados, ou, às vezes, *in natura*, e levam para processar no país deles. Ora, quem está agindo desse tipo não está tendo compromisso nenhum com a preservação da Amazônia. Porque a gente só vai preservar a Amazônia a hora em que a gente desenvolver um modelo econômico capaz de atender 25 milhões de pessoas que vivem aqui na Amazônia. Então, este evento hoje se faz de grande importância.

Eu quero agradecer aqui, de minha parte, às pessoas que me inspiraram a procurar o Deputado Ismael para fazer esse Requerimento, a começar pelo amigo Rossoni Rodrigues, um empresário. E o Rossoni é de uma história familiar complexa. O irmão dele foi deputado junto comigo e ele já propôs, uma vez, de a gente criar o Dia da Motosserra. Ele queria abater todas as árvores, inclusive as castanheiras. E o Rossoni vem agora, faz o contraponto e fala "não, ele está errado. Nós precisamos das árvores em pé. Precisamos explorá-las de uma forma sustentável", porque o modelo de exploração de árvores, de abater árvores, nós fizemos com o pau-brasil. Alguém conhece uma árvore de pau-brasil? Não tem mais. Acabamos com todas. Alguém conhece o mogno? Um ou outro aí. O Jorge, porque anda lá pelo meio do mato. Porque quem não anda no mato não conhece o mogno, não é? As gerações atuais, a moçada mais urbana, ninguém vê, não sabe onde é que tem um pé de mogno. E alguém conhece uma cerejeira? Eu acho que a última que tinha eu cortei de motosserra na beira do sítio de meu pai, lá em Cerejeiras. Uma cidade que tem o nome de Cerejeiras, você deve achar lá uma meia-dúzia de cerejeiras. Então é um modelo que não se sustenta. E a gente precisa de modelos que eu possa comer hoje, amanhã, depois. É o famoso "ensine a pescar". Evidentemente, desde que você faça com que o rio tenha peixe permanentemente.

Os nossos amigos do Reça, que eu visitei agora recentemente, e eles têm necessidades que a gente precisa tratar aqui. Uma delas é a questão da revisão tributária. Cara,

é imposto zero para você vender soja. Tem Lei Kandir, tem confusão aí nos Estados com o Governo Federal. E o mesmo com relação a bovinocultura. O Deputado Jair Montes muito bem pontuou, não tenho nada contra a bovinocultura. Inclusive, eu tenho alguns bois também, estou perto de 5 mil. O fazendeiro do lado tem 4.900 e eu tenho 100, está todo mundo sobrevivendo ali, não podemos ser hipócritas, mas é uma atividade que o Estado vai lá e estimula. E qual é o estímulo que nós estamos dando? Nós estamos falando aqui de castanha, mas poderíamos estar falando de outros produtos que tenham uma ligação aí com a natureza.

Nossos amigos do Pacto pelas Águas me ensinaram muito sobre castanha. No período em que eu estive como vice-governador, tive o prazer de me aproximar de vocês e construir boas agendas, para aquele momento bastante avançadas, nossos amigos da Ecoporé.

O que é que nós gostaríamos de deixar aqui, deputado, como sugestão para a gente encaminhar? A primeira delas é a questão fiscal. Não é justo que a gente tenha um produto nosso, aqui da Amazônia, e a gente tenha... são duas observações a fazer. Primeiro, a relação de um Estado com o outro. O Rossoni me procurou e falou: "Daniel, nós temos condições de colocar uma indústria aqui em Rondônia para gerar 100 empregos", só que o Pará tem uma lei fiscal mais benéfica que a de Rondônia. E uma empresa, ela vai procurar onde ela tenha melhores resultados. Tem uma preocupação, o Rossoni, embora capixaba de nascimento é rondoniense de coração, mas ele está montando uma empresa, é um negócio. E ele vai montar o negócio dele onde tiver matéria-prima e tiver uma vantagem fiscal. É óbvio. E ele está certo de fazer isso. Então, Dr. Antônio, procurar e comparar com outro Estado. Não precisa ter nada melhor que eles, não. Basta equiparar, não é isso, Rossoni. Deixou igual, a empresa vai ser montada aqui. E isso vai servir, também, para todos os outros sistemas que nós temos já trabalhando.

E a gente tem que levar também o olhar para a questão internacional. Porque nós concorremos com outros países. Poucos deles, que é o caso da Bolívia e o caso do Peru. Agora, eles sistematizam isso muito melhor. Por exemplo, eu fui à Coreia do Sul em 2017. E uma correção, viu, gente, não existe castanha-do-Pará mais; existe castanha-do-Brasil. Lá era *braziliannuts*. Só que o *braziliannuts* era do Pará.

Então, nós temos um potencial fantástico e temos que fazer parte desse mercado. Então a primeira questão é essa: fazer uma revisão tributária ajustada às nossas necessidades. Nós não queremos perder os 100 empregos diretos, mais os indiretos que uma empresa vai trazer. E quantas outras vão ser beneficiadas? O projeto RECA, por exemplo, todo consolidado, um projeto em pé, e que a gente tem que ajudar. É contrassenso a gente falar que tem política de preservação ao meio ambiente, eu incentivo atividade que é, do ponto de vista ambiental, predatória; e não tenho incentivo nenhum para atividade que tem sustentabilidade, não é?

Eu me proponho aqui, Deputado Ezequiel Neiva, desculpa, Deputado Ismael Crispin. (É tanto "el" aqui. Daniel, Ezequiel e assim vai. Gente boníssima, inclusive, o primeiro voto que eu dei para prefeito foi para o pai dele. Seu Adelino Neiva de Carvalho). O Sebrae, neste momento, está trabalhando com 4 produtos que são: o café, o mel, o peixe e

o cacau. Estamos trabalhando com outros, mas esses nós estamos trabalhando a identificação geográfica dos produtos. E aí, deputado, eu queria que o senhor nos ajudasse a coordenar — e eu não citei ainda todas as autoridades aqui, mas nós estamos com o Avenilson, meu conselheiro do Sebrae, que está aqui, inclusive, juntamente com o Doutor Antônio — e a gente fazer para o café, fazer para a castanha o que nós estamos fazendo para o café, mel, peixe e cacau, que é a identificação geográfica. Porque quando eu faço isso, é todo um conjunto de ações que eu tenho que fazer, e eu promovo, eu atribuo um valor, agrego qualidade àquilo que a gente está fazendo. Então a gente fazer isso daí; a gente desenvolver concurso de qualidade. E talvez a gente pudesse fazer o mesmo que nós estamos fazendo com a cadeia do café, com a cadeia do cacau. E as outras cadeias também.

A cadeia do café, nós fizemos um investimento de R\$ 5 milhões. A metade do Governo do Estado, e a metade do Sebrae. Se o Governo do Estado arrumar a metade dele, Jorge Lourenço, eu me viro por dentro do Sebrae para arrumar a metade nossa; porque é tão justo quanto o café, que nós estamos... O sucesso que a gente está fazendo com o café. Por exemplo, eu vejo a mais bonita de todas as bancadas que eu já vi nesta Assembleia Legislativa, que é esse complexo feminino, neste momento, duas mulheres são as campeãs nacionais de cafés fermentados. Em 2020 foi uma mulher de Rondônia que ganhou o prêmio de 1ª colocada; e em 2021, só mudou a mulher, mas continua mulher, inclusive do mesmo município, lá do município de Novo Horizonte. Então, nós poderíamos desenvolver, fazer um trabalho, pegar toda a cadeia, pegar todo mundo, empresário, todo mundo, todo mundo, todo mundo, igual a gente está fazendo com o café, igual nós fizemos com o cacau agora, recentemente — inclusive o evento foi a semana passada — premiando os melhores produtos. Aí você cria uma competição sadia para você melhorar a qualidade e você melhorar quantidade.

E, por fim, eu gostaria de propor aqui uma agenda, Deputado Crispin, e eu, pela passagem em que eu estive no governo, eu adquiri um dom que eu achava que eu não tinha, que é o de ser extremamente cara de pau. E por que isso? "Ah, Rondônia Rural Show é um evento bacana.". É, mas a gente fazia evento para nós. E eu sei que Rondônia é bonita, mas quem tem que descobrir que Rondônia é bonita é quem mora fora de Rondônia. Eu visitei mais de 70 embaixadas nesse período. Pelo menos umas cinquenta delas já vieram a Rondônia, inclusive o embaixador da Alemanha veio quando eu estava governador, participou da Rondônia Rural Show 2018, o embaixador do Peru, o embaixador do Chile e outros. O que que eu proporia aqui? Que a gente construa tudo isso, uma política fiscal, o trabalho para a gente fazer um... coloca o Sebrae à disposição, vou atrás. Não tem um centavo lá no Sebrae hoje, mas eu garanto que a gente arruma o recurso.

Hoje, graças a Deus, o Sebrae está bem pontuado em nível de Sebrae nacional. Inclusive, hoje, 100% das nossas demandas do Sebrae de Rondônia já estão cumpridas. Levando em consideração que nós temos o dobro de atividade dos outros Sebraes que têm o mesmo orçamento nosso, e a gente terminar um mês antes, significa que o nosso povo é muito trabalhador. Então isso dá crédito para a gente junto ao Sebrae nacional.

E aí a gente poderia fazer um trabalho de abordagem com a Alemanha, com a Inglaterra, com a França, com a Noruega e os Estados Unidos. Eles têm um discurso muito legal com relação à preservação da Amazônia. Mas a gente não preserva a Amazônia simplesmente com políticas de: "Ah, não, mas eu sou contra o governo por isso, sou contra o governo por aquilo". Não estou aqui dizendo que o governo do Brasil está adotando a melhor política do ponto de vista ambiental, porque, convenhamos, não está. Mas eu queria ser pragmático. Era nós usarmos dessas ferramentas que nós temos, dessa possibilidade que a gente tem, e a gente ir com eles lá e falar: "Olha, vamos ajudar a gente a financiar os nossos projetos, financiar as nossas indústrias, financiar o nosso meio de produção, mas com um olhar: nada de pegar produto nosso e levar como *commodity* de toneladas em navios, em barcas para industrializar nos seus países". Esse produto tem que ser industrializado lá na Amazônia — nós estamos falando de Rondônia, mas isso se estende ao Acre, se estende ao Amazonas, Roraima, Amapá — a Amazônia como um todo —, parte do Mato Grosso e a parte do Maranhão que faz parte da Amazônia. Porque aí, sim, a gente vai ter um processo integrado de valorização daquilo que a gente tem.

E por fim o que me preocupa é o seguinte: se nós não fizermos um trabalho bem feito com relação à castanha, pode acontecer com a gente o que já aconteceu com a borracha, porque nós estamos falando aqui de produção de castanha silvestre, lá no meio das florestas, na comunidade indígena, reserva extrativista. E eu estou propondo um negócio aqui que é o seguinte: a gente ter a castanha como algo para ser cultivado com as experiências da Embrapa, que faz ela produzir num ciclo menor, e os próprios proprietários rurais nossos, aqui da Amazônia, hoje, a própria Embrapa desenvolveu o sistema agrossilvopastoril que você pode e deve, inclusive, produzir, mesmo onde você tem pastagem, você deve colocar sombra, porque os animais também merecem dignidade. E nada melhor do que a beleza e a sombra de uma castanheira, exceto quando ela está produzindo, porque um ouriço daqueles na cabeça deve doer para caramba.

Então é isso. Deixo aqui meus agradecimentos. E esperamos que a gente, a gente está sempre recomeçando, e que a gente possa sair daqui com uma agenda hiper mega top para ajudar esse segmento que é tão importante. E se alguém quer fazer um discurso objetivo com relação à salvação da Amazônia, do ponto de vista ambiental... Não adianta a gente fazer o discurso do contra: "Ah, porque o cara quer plantar isso, quer plantar aquilo". Não. Vamos pegar aquilo que nós achamos que é benéfico para a Amazônia e vamos incentivar. E entre tantos produtos, sem sombra de dúvida, um dos melhores deles é a castanha.

E fica aqui um convite para os senhores e senhoras para hoje, às quinze horas, nós participarmos da Audiência Pública do turismo. Lá, a gente vai expor alguns trabalhos que já estão sendo feitos. E eu garanto que boa parte do mundo pagaria uma boa grana para tirar uma foto ao lado de uma bela castanheira, inclusive igual àquela que o Rossoni fez uma foto, que está no status dele. Olha que o bicho é graúdo e a castanheira é muito maior do que ele. Boa audiência para todos nós e obrigado pela presença.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Nosso agradecimento aqui ao Superintendente do Sebrae, Daniel Pereira, que acaba de fazer uso da fala. Nós vamos abrir, neste momento, para a nossa plenária. E aí eu já sugiro aqui que a cada fala já façam o encaminhamento. Nós temos aqui a representatividade da Sefin, não é, o Antônio Carlos está aqui, e, hoje, nessa Audiência, fala em nome da Secretaria. Assim como o Diogo também está aqui e fala em nome da nossa Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, a Sedam. Cada representatividade. Aquilo que for pertinente à Assembleia Legislativa, nós vamos acatando aqui os encaminhamentos dos senhores. Então, para ser breve. E queria combinar com vocês, façam um combinado comigo aqui. Muita gente, eu, pelo menos, ainda não almocei. E o Deputado Jair Montes tem uma outra Audiência a :Pública aqui, o nosso Superintendente Daniel Pereira acabou de citar o horário, e nós precisamos liberar o ambiente para que um outro grupo chegue para discutir e aí a discussão será turismo. Então, eu gostaria que aqueles que vão fazer uso da palavra sejam breves, sejam objetivos, para que a gente consiga chegar ao objetivo a que viemos aqui hoje, está bom? Estamos combinados? Então, para abrir a fala da plenária eu passo a palavra à Isabela de Lima, representando a Câmara Setorial do Agroextrativismo. Com a palavra, Isabela.

A SRA. ISABELA DE LIMA – Olá, bom dia. Agradecer a iniciativa do Deputado Ismael e também do Daniel Pereira, estamos juntos aqui, eu sou representante da Câmara Setorial do Agroextrativismo de Rondônia, é uma Câmara nova. Eu coloquei uma apresentação acredito que devam compartilhar.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Só pedir.

A SRA. ISABELA DE LIMA – Essa Câmara possui 13 instituições, desde o Poder Público, instituições de pesquisa e ensino e também da sociedade civil como cooperativas e também ONGs.

(apresentação de slides)

Eu vou apresentar um pouquinho a Câmara porque eu acredito que, por ela ser muito nova, pouca gente saiba que a gente existe. Ela foi instalada em junho de 2019 e foi criada realmente em dezembro de 2020. A nossa missão é viabilizar e comunicar o que a gente vem produzindo no agroextrativismo e que realmente é protagonista do desenvolvimento socioeconômico aqui no Estado. Então, a gente traz como objetivo articular todo esse conhecimento técnico e estratégico para a gente poder também implementar políticas públicas junto a esses atores da cadeia produtiva. A gente tomou como principais produtos da Câmara - prioritários agora nesse primeiro momento - a castanha-da-amazônia, a farinha, o açaí, o babaçu e também a banana, além de sementes florestais, óleos, essências e o artesanato. Próximo.

E para contextualizar um pouco sobre o assunto que a gente está falando, a gente tem que trazer, então, a nossa visão sobre o mercado internacional da castanha-da-amazônia — eu chamo “da Amazônia” porque ela está em diferentes países, mas é nesta região que ela acontece. Esse setor movimenta cerca de 370 milhões de dólares por ano e o Brasil é o maior produtor dessa castanha com casca, representando uma produção de 47% sendo o primeiro, logo abaixo a Bolívia.

Só que quando a gente olha o mercado internacional a coisa muda. A gente observa que as exportações nos deixam no sexto lugar no ranking de castanha beneficiada e a Bolívia, que é a segunda em produção de castanha com casca, passa a ser a primeira maior exportadora mundial.

Então, aí uma coisa vale ressaltar, que essa castanha beneficiada agrega 400% o valor da castanha em relação à castanha com casca. Então, qual é o nosso cenário? O Brasil beneficia pouco, deixamos de ganhar, de valorizar mais o nosso produto e estamos perdendo um mercado que está aí aberto. A Bolívia, a gente sabe que compra da gente, compra de Rondônia, e está agregando valor exportando. Próximo.

Quais são os motivos da perda de mercado? Inicialmente, pela rejeição de tempos atrás, o Brasil já foi o maior exportador de castanha. Hoje, a gente tem uma rejeição internacional pela perda da confiabilidade devido ao passado de a gente ter apresentado um material com contaminação, o que não quer dizer que hoje ainda se repita, já que a nossa castanha é vendida pela Bolívia; a invisibilidade também e a falta de infraestrutura da nossa cadeia produtiva no nosso Estado e na Amazônia em geral; e a redução de oportunidade de mercado, porque quando eu invisto menos em tecnologia, enxergo menos esses atores da cadeia, eu deixo de acessar novos mercados e acesso mais o mercado nacional que é menos exigente.

Qual é o cenário de Rondônia? Eu tenho um alto grau de informalidade, a falta de estatísticas sobre a produção faz com que a gente ache que a floresta é apenas um empecilho para o desenvolvimento na Amazônia. Então, quanto mais a gente conhecer, junto aos diagnósticos, onde a gente tem os membros da Câmara como parceiros, a gente vai conseguir falar que sim, os produtos da floresta geram ativos, movimentam dinheiro no nosso Estado e está aliada à preservação. A gente tem um local que está sendo preservado e que está movimentando dinheiro da mesma forma.

E outra coisa que é característica da nossa região, nessa cadeia, é infelizmente a precariedade e a defasagem tecnológica e de infraestrutura, que é muito o que o colega Suruí comentou. Eles precisam melhorar o sistema de produção, eles estão lá na ponta, eles precisam apresentar um material com maior qualidade e aí chega nessa falta de informação, a insuficiência de estratégia e esforços dos setores.

Eu acho que aqui é um momento ímpar para a cadeia da castanha, onde a gente tem várias lideranças aqui que podem, sim, tocar as suas agendas e eu acho que a gente vai construir muita coisa boa.

E a falta de promoção comercial do nosso produto local, da nossa castanha de Rondônia, nossa castanha-da-amazônia. Próximo.

Dentre as ações da Câmara — nossa Câmara é muito nova —, a gente tem um diagnóstico da cadeia produtiva da castanha-da-amazônia acontecendo e conta com o apoio dos membros da Câmara, especialmente do Pacto das Águas junto com a Ecoporé, onde a gente está investigando os principais locais de produção do nosso Estado, os atores dessa cadeia produtiva e qual é a produção de Rondônia, de fato. Então, a gente está chegando de forma amostral nos quatro atores, que são: produtor, o empreendimento comunitário (as associações e cooperativas), os intermediários e as indústrias.

Ali, a gente tem um mapinha onde mostra a principal localização dos nossos empreendimentos comunitários, onde estão localizados esses produtores que a gente está querendo obter essa informação e das indústrias de Rondônia. Pode passar.

E outra ação, que é um projeto piloto, ele está no Programa de Aceleração Biotech Rondônia, neste momento, é o SAC Castanha, que é uma proposta piloto de Sistema Amazônico de Qualidade da Castanha, que vem, como meta inicial, definir padrões de qualidade para nossa realidade amazônica. Esses padrões já existem no Mapa, em normas, mas a gente precisa ver e colocar na balança boas práticas e mercado justo. E junto com um APP (Áreas de Preservação Permanentes) conseguir, então, fazer a rastreabilidade desses lotes de castanha, garantindo aí - em parceria com a Sedam - um selo de qualidade desse produto. Em que o produtor agrega no valor do seu produto, da castanha; e a indústria, ao beneficiar, ganha esse selo verde, que vem da Sedam, comprovando boas práticas, rastreabilidade, que vem de um lugar protegido. Então, agregação de valor vai acontecer. Além disso, a gente vai ter informações qualificadas. Vamos ter informações sobre, realmente, a produção do Estado. Próximo.

Outras articulações foram junto à Seagri e à Seduc, que é justamente o acesso aos mercados desses produtores, desses empreendimentos comunitários aos PAAs (Programa de Aquisição de Alimentos) e ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para aquisição de alimentos e para alimentação escolar; articulação junto com a Sedam, justamente com estratégias para o Programa de Serviços Ambientais; e articulação junto à Sedi para bioeconomia no Estado.

Gostaria de agradecer. O diagnóstico da castanha está previsto para ser divulgado ano que vem. A gente pretende divulgar um evento onde a gente vai fazer um convite a todos os atores, aqui, da cadeia. A ideia é apresentar e discutir. Precisamos estar juntos, a Câmara tem caráter consultivo e está aqui para, justamente, fazer essa ponte. Obrigada.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Agradecer a Isabela e a cada fala você vai identificando. Parabéns pela belíssima apresentação. A cada fala, você vai identificado, primeiro a grandeza da produtividade que nós temos, a importância desse extrativismo e aí, do ponto de vista que eu trouxe a discussão, eu sempre digo que nós temos uma matéria-prima que está aí; nós temos a mão de obra que também está aí; e nós temos uma dificuldade que é o que nos tira, primeiro, dessa questão da exportação internacional, que é da industrialização, e a tecnologia. Depois nós vamos para a dificuldade das barreiras, porque temos um concorrente muito vizinho aqui, que, apesar de produzir menos que nós, está no cenário internacional em uma exposição muito mais brilhante do que o Brasil. E Rondônia, nós não podemos ficar fora dessa discussão. Obrigado e parabéns.

Convido o Paulo Wadt, pesquisador representante da Embrapa, Doutor Paulo.

O SR. PAULO WADT – Paulo Wadt. Tudo bem?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Só me ensina uma coisa, é porque está V-I-T.

O SR. PAULO WADT – É “W-A-D-T”. É por isso que é difícil.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Perfeito.

O SR. PAULO WADT – Mas tudo bem. Eu estou representando a Embrapa, mas eu não sou da área de castanha. Então, fizeram uma apresentação, se pudesse colocar rapidinho, eu vou tocar bem rápido e fazer os encaminhamentos como foi pedido.

(apresentação de slides)

Então, a Embrapa tem trabalhado há bastante tempo já em nível nacional com castanha e desde 2014/2015 a Embrapa Rondônia passou a ter uma atuação mais forte aqui. Foi quando se constatou que Rondônia tem uma área florestal muito grande, em termos de floresta similares ao Acre, mas a produção de Rondônia é muito inferior à do Acre. Isso se deve à fuga de produtos para a Bolívia. E ainda se constatou também que Rondônia recebe castanha do Amazonas e isso não é contabilizado.

Então, precisaria realmente, avançar na cadeia e começou a articular e criou uma das ações, um dos resultados foi a própria Câmara Setorial, que foi criada com a Seagri.

Próximo, por favor.

Os estudos da Embrapa se focam muito em conhecer a origem da castanha, qual é a diversidade genética, qual é o seu potencial, porque se nós quisermos explorar esse recurso, precisamos conhecê-lo bem. O que aconteceu, que fui citado aí, por exemplo, da seringa, é que vieram aqui e pegaram o nosso material e cultivaram ela fora. Então, se nós não conhecemos nós não conseguimos desenvolver.

Próximo.

E aí, especificamente para a Amazônia, talvez uma coisa importante é o desenvolvimento de materiais clonais. Se esses materiais clonais estão sendo feitos com base em árvores que são monitoradas, por exemplo, Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, Resex do Rio Cautário. Esses materiais clonais têm uma vantagem — viu, Superintendente Daniel Pereira? —, porque são materiais que produzem com três ou quatro anos. E as árvores são baixas. Então, não tem aquele problema de você ter a queda da castanha de muito alto. Tem alguns materiais que já estão florindo no terceiro ano de plantio. Porque, por ser clone, já é uma árvore envelhecida. E isso talvez vá trazer um novo mercado aqui para Rondônia, diferente ao que a gente está vendo o associativismo, porque vai poder entrar nas áreas de LPF (Laboratório de Produtos Florestais). Então, talvez uma ação já encaminhando, uma ação desenvolvendo não apenas a produção de sementes, porque a semente nós não sabemos quem são os pais, quem são as mães, e não sabemos se aquela planta vai ser produtiva. É o que acontecia com o café há 20 anos. O café, quando era de semente, podia ser uma planta boa ou uma planta ruim. Com os clones não. Nós vamos saber qual é o potencial dele, e vai encurtar muito o tempo para a produção. E vai possibilitar então que entre também não só em recuperação de Reserva Legal, mas também em LPF.

Próximo, por favor.

Em relação também as coisas que estão sendo desenvolvidas: há a questão de boas práticas de coletas

sustentáveis da castanha. Um dos problemas da castanha, da má qualidade, é a aflatoxina. Isso aí é uma toxina que está ligada a um fungo, que está presente em todos os solos. A única forma de controlá-lo é o controle pós-colheita. Então, isso é prática de manejo.

Então, a Embrapa desenvolveu uma série de procedimentos que são viáveis de serem utilizados pelo produtor extrativista, não exige grandes tecnologias. Então, isso já é feito bastante no Acre, por exemplo. Por isso que a castanha deles tem melhor qualidade e melhor entrada nos mercados.

A outra coisa são práticas silviculturais. Mesmo sendo uma árvore na floresta, às vezes ela está cheia de cipó, por exemplo. Então, se você faz uma limpeza de cipó, faz a sangria, você consegue aumentar a produção dela. Então, existem algumas técnicas que foram desenvolvidas. E, principalmente, também tem aqui já à disposição, a metodologia para a produção de mudas de castanheiras para o produtor extrativista. Então, para que ele possa produzir as suas mudas, porque ele tem a semente, e tem tudo ali: tem a semente, tem os meios e tem a mão de obra. Então, não precisa comprar essa muda. É só fazer a capacitação.

E aí, por exemplo, talvez uma outra proposta que poderia ser feita é a capacitação em cima dessas práticas, programas de capacitação.

Próximo.

Isso aí eu não vou nem falar, porque eu não conheço quase nada disso, mas são grupos que já são formados aqui: "Coletivo da Castanha", "Semear Castanha", "Diálogos Pró-Castanha", que são, acho que parece que os três primeiros envolvem produtores e técnicos, e último são mais ONGs e técnicos, que são grupos que trabalham com castanha aqui em Rondônia. Eu não conheço muito bem porque não é minha área.

E o próximo então.

Essa é a equipe que trabalha.

E antes de fechar, eu gostaria de fazer outro encaminhamento. Reforçar a fala em relação à identidade geográfica da castanha. Eu quero colocar o seguinte: a castanha da Bolívia é bem vendida, porque foi reconhecida geograficamente como uma castanha segura. A castanha brasileira vem do Pará, do Amapá, do Amazonas, de Rondônia, e nós não sabemos como que é. Aquela castanha que deu problema não foi a castanha daqui. Foi a castanha do Pará, mas não se diferencia isso. Tudo é castanha do Brasil.

Temos que trabalhar com uma marca geográfica ampla. Por exemplo, castanha da Amazônia, mas vindo de Rondônia. E começar a mostrar que a castanha aqui é segura. E existe essa possibilidade de aí, roubar um pouco a *expertise* que tem a Bolívia, que eles trabalham com a nossa castanha. Então, a sua proposta é muito viável, porque nós vamos diferenciar a castanha dessa região daquela da Amazônia ou brasileira que é do Pará, que é do Amapá. Entendeu? E aí você consegue ter então um trabalho de identificação geográfica que vai dar todo o suporte para ter um diferencial de mercado. Então, não é um encaminhamento meu, é de vocês, mas reforçar isso.

Era isso que eu queria falar. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Muito obrigado, Paulo, que representa neste ato aqui a Embrapa. Nós vamos ouvir o senhor Ricardo De Rosa, e na sequência o senhor João

Batista, que é Presidente da Coomade (Cooperativa de Agroextrativismo do Médio e Baixo Madeira). Ele tem um compromisso, mas vamos ouvir antes o Ricardo De Rosa, que representa a Amazon Indústria.

O SR. RICARDO DE ROSA – Bom dia a todos e a todas. Estou muito feliz pelo convite e, principalmente, eu já tenho que agradecer, desde já, ao Deputado Ismael, conhecendo também o Superintendente Daniel Pereira, e ao meu parceiro Rossoni. O Rossoni, conheço ele há um ano e meio, dois anos. Conheci em São Paulo, eu sou de São Paulo. Sou proprietário de uma empresa há 25 anos, só trabalho com castanha praticamente, 80% da nossa empresa. Trabalho em todos os Estados. Conheço e coloquei muitas cooperativas, aprendi muito com o cooperativismo, com os índios, quilombolas. Sou filho de agrônomo e sou muito patriota por causa do meu pai. Então, por quê? Porque meu pai era um agente público e ele não sabe de onde vieram os filhos dele comerciantes.

Mas, aproveitando, eu não sou um castanheiro. Castanheiros são vocês. Eu sou do Estado de São Paulo. A região amazônica riquíssima, mas eu fico abismado como, neste país, a gente não dá valor ao que temos. E não digo só da castanha, não vamos ser redundantes. O que eu penso, e por isso que estou aqui, há algum tempo venho conversando com o Rossoni, ele é uma pessoa extremamente, como você já disse, ele é capixaba, mas ama a floresta, como eu também amo.

E o que eu posso falar para vocês é o seguinte: podemos fazer muito mais. O meu interesse em estar aqui, de tanto conversar, Rossoni realmente fez parte disso, através do deputado, do Daniel, e eu nunca vi um negócio desses em minha vida, em 25 anos. Então, parabéns para vocês. Quero fazer parte, quero ajudar o Estado de Rondônia. Quando eu falo "ajudar", não é uma hipocrisia, porque já estamos fazendo há um ano e meio. Já investi R\$ 1 milhão em transporte, tudo o que foi comentado aqui, a necessidade...

Conheço o nosso amigo ali, o Sávio, do Pacto das Águas, há alguns anos. Tenho interesse sempre em estar fazendo parcerias. O que a gente precisa é saber o que temos nas mãos e o que podemos fazer. Eu acho que juntos, eu sozinho não consegui fazer nada, sempre tentei fazer parcerias. O que falta realmente é o que já está sendo discutido aqui: é ter o comprometimento, sair com algumas coisas daqui hoje para dar sequência. Não é só o interesse do incentivo fiscal: vou abrir bem aqui —, porque o incentivo fiscal hoje eu já tenho. Realmente, a gente no Brasil tem esse grande problema da guerra fiscal, etc., isso é um problema federal. Eu já tenho filial no Pará, já temos filial. Estou abrindo uma aqui em Rondônia, óbvio, esse é o interesse. Já temos no Acre, etc. Só que hoje eu vejo assim, Estado de Goiás, Iporá tem 4 pequenas fábricas. Elas têm um incentivo absurdo, não tem um pé de castanha. Brasília tem uma fábrica. E deram incentivo e fizeram uma fábrica em Brasília. Até no Paraná tem fábrica de castanha. Como que Rondônia, como que Amapá, como que Roraima, eu não posso dizer Amazonas e Pará, porque eles foram os pioneiros, as famílias de lá. O meu conhecimento é dessas regiões. Eu fui representante há muitos anos, no meu início, da maior fábrica de castanha que teve no Brasil. E eu fui pegando paixão, vontade, abertura de mercado.

Eu viajo o mundo hoje através, graças a Deus também — tem que frisar aqui — ao investimento que tem a APEX (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), eu tenho que falar isso também. E hoje eu levei em vários lugares, nunca ninguém foi, por exemplo, participando de feiras, só para vocês entenderem o meu papel. Por isso que eu digo que eu não sou castanheiro, eu sou comerciante. Só que o meu papel, por isso que cada um aqui dentro tem que colocar no papel para fazer a coisa crescer. A gente já foi para o Irã, já foi para a Rússia, já foi para a Coreia, já foi para Estados Unidos, Europa, etc.

Então, é isso que eu quero deixar aqui: temos o interesse de estar no Estado, já estamos no Estado, vejo as necessidades. A cada mês, eu estou vindo para cá. Só que o que acontece? Tudo precisa de união e, lógico, de vontade, não só política, mas de todos nós, senão não vamos chegar a nenhum lugar.

Então, eu quero agradecer novamente. Estou à disposição. Quem quiser conversar comigo, sou sempre aberto. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Obrigado, Ricardo. E nós é que agradecemos. O Estado de Rondônia agradece a boa intenção do empresário, da sua consciência, também, ambiental e da vontade de produzir riquezas aqui no Estado de Rondônia. E quando eu falo de riquezas, eu falo da geração de emprego, falo da geração de renda, isso é muito importante. De tudo que você trouxe aqui, eu acho que talvez a pessoa mais apropriada para poder dar um retorno, já, aqui na fala e a gente já fazer esse bate-bola, é o representante da Sefin. Eu queria, Antônio, que você, aproveitando a fala, já traga, pelo nosso Ricardo, você fizesse aqui um apanhado disso para, na sequência, a gente já ouvir o João Batista.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR – Certo. Como a gente vê que tem dois interesses harmônicos aqui, de quem produz e de quem industrializa e comercializa, quero parabenizar, porque a gente vê que é um momento em que o setor privado precisa apenas que o setor público não atrapalhe e dê uma equiparação de normas. Então, assim, como foi dito antes, os Estados, antes de 2017, estavam posicionados. Como num jogo de bolsa de valores, você comprou uma ação, uma coisa, você está posicionado, você realiza aquilo ali. Então, quando chegou a Lei Complementar 160, de 1997, e o Convênio 190, o Confaz, com participação do Governo Federal, ele disse, “olha, vamos parar com isso aqui”. Quem congelou naquele momento, e o que aconteceu, quem foi mais ousado, só para vocês entenderem, como Goiás, alguns Estados: Minas, até o Pará, estavam posicionados.

O nosso setor produtivo anterior a 1997, como Estado Novo, se posicionou nas demandas que foram mais urgentes. Isso não impede que o desenho construído, ele possa ter alguma modificação. Tem. Quando um benefício fiscal de outro Estado, que estava posicionado, por exemplo, o Pará, está na região norte. Mato Grosso, colado aqui, não está na nossa região. Então, assim, para deixar claro que, às vezes, não é má vontade, mas a regra, ela dá para o gestor público sanções. E já houve casos aí no Mato Grosso de problemas gravíssimos para as pessoas, mas onde é viável, é viável. No caso do Pará, que foi

citada uma alíquota de 2,5% na saída da industrialização para um outro Estado, a gente precisa só pactuar aqui qual o encaminhamento.

Primeiro, o setor, a indústria, o terceiro Setor, tem que se unir e mandar uma documentação modelando o que se quer para a Casa Civil, Sedi (Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação) e Sefin (Secretaria de Estado de Finanças). Então, assim, tem uma coordenação do alcance disso pela Secretaria de Desenvolvimento — mudou o nome, não é, Avenilson? E a Casa Civil, eu falo porque é aquela admissibilidade, a porta de entrada do governo, não é? E a Sedi e Sefin vão modelar. A modelagem é qual? É calcular qual o impacto disso. Eu já mandei fazer, já tem uma turma trabalhando, mandei aqui no zap, o que se recolhe hoje a 12, na venda interestadual, para 12,5, qual a diferença. Botar na LOA 2022, que aí está na governança do deputado, que vai ser ainda votada a versão definitiva, não é, deputado? A Lei aprovada na ALE (Assembleia Legislativa). Qual é a grande diferença depois de feito esse roteiro? Nós vamos comunicar ao Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária). Se fosse diferente do cupuaçu e do açaí, que eu vou citar qual é a diferença, nós temos que pedir ao Confaz para ter a aprovação. Alguns benefícios no açaí, por exemplo, e no cupuaçu, que foi em 1994 o convênio, naquele tempo, cortado na tesourinha ali, era empacotado, congelado, era o máximo em 1994. De lá para cá, agregou-se valor, a RECA, tudo ali. Então, assim, o que se pede é que nós vamos modelar também, para pedir que o Confaz aprove para os derivados. Não está na nossa governança. A vantagem é que são Acre, Rondônia e Amazonas que estão no convênio do açaí e do cupuaçu. Do subproduto, já com um pouco de agregação.

A venda interestadual do açaí e do cupuaçu, a polpa *in natura*, que não agrega valor, ela é isenta interna e externa. E já a da castanha, não é. Então, da castanha, nós vamos fazer esse roteiro. O setor requer, tanto para a Assembleia, como para a Casa Civil — não é, deputado? —, que está encaminhando ali, e eles manifestam o apoio lá e a gente vai modelar, Sedi e Sefin. E vamos fazer um projeto de lei colando o benefício do Pará, que é a cola, e a gente comunica ao Confaz. Já consultei aqui meus assessores e acredito que a gente consegue dar uma resposta no curto prazo se tiver essa objetividade nos encaminhamentos. Então seria isso.

E também temos uma outra coisa que é a Nota Fiscal Fácil, também, para os coletores, que faz até no celular. E depois, assim, esse trabalho miúdo, se os setores quiserem fazer depois uma rodada com a Sefin, com a Sedi, para tratar só da castanha, a gente pode fazer aí um trabalho, uma câmara de trabalho co:— Sefin, Sedi, Seagri, Sedam —, essa questão da inscrição, de como trazer para a legalidade a extração. Então a pauta tem vários pontos, mas, objetivamente, sobre o benefício para redução, é isso aí, deputado. É fazer o roteiro certo. Fazer o pedido, encaminhar para esses três órgãos. Casa Civil, Sedi e Sefin.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Muito obrigado, Antônio Carlos. Já vou fazer, adiantando aqui, dada a urgência que eu entendo que o tema merece, vou pedir o apoio da Sefin, o apoio técnico, para a gente ir pela via correta, porque, às vezes, nós tomamos uma iniciativa aqui na Casa, aí quando chega na Casa Civil, “não, o caminho não é esse, você tem que

voltar lá”, você começa do zero. Então, aproveitando a tua presença, já peço o apoio técnico para a gente trabalhar isso com urgência.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR - À disposição.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Assumindo aqui a responsabilidade, através da Assembleia Legislativa, de, junto com a Sefin e os atores que são os envolvidos nesse processo aí, a gente tomar iniciativa de modo “anteontem”.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR -Eu vou destacar um assessor específico para isso aí. Está bom? Cuidar disso aí.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Perfeito. Perfeito. Perfeito. Já agradecemos.

Vamos passar a palavra ao João Batista, que é Presidente da Coomade (Cooperativa de Agroextrativismo do Médio e Baixo Madeira). Com a palavra.

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO DA SILVA – Então, bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar a Mesa; cumprimentar o Deputado Crispin pela iniciativa. Não o conhecia ainda, mas é uma honra conhecê-lo e saber que você está brigando por esse povo. Quero cumprimentar o Daniel Pereira, nosso Presidente do Sebrae, nosso futuro, não é, depois a gente fala o futuro, não é? Em nome do meu amigo Sandro, eu quero cumprimentar todos os presentes aí da Mesa; em nome da nossa colega Isabela, quero cumprimentar todas as mulheres presentes nesta Casa.

Enfim, quero ser bem breve, que já me contemplo com a fala dos colegas, mas eu vejo que se a gente não começar aqui trabalhando a questão da preservação, nós não teremos castanha no futuro, não é? Falo aqui em nome da Cooperativa do Baixo e Médio Madeira, que foi fundada em 2008, devido à necessidade do primeiro Projeto de Ação à Jusante do Brasil, que é concedido pelo Projeto Hidroelétrico do rio Madeira. Então esta cooperativa tem uma finalidade de também cuidar da preservação florestal. A castanha é um dos nossos produtos que a gente tanto fala e tanto discute e tanto protege. Nós temos uma fábrica que foi entregue pela Energia Jirau, que está situada na comunidade de Aliança, no distrito de São Carlos, no Baixo Madeira, aqui na linha, que chama ramal da Penal.

Esta fábrica foi construída pra processar 260 toneladas de castanha, que é o que temos no Baixo Madeira. Nós falamos da Reserva Extrativista Lago do Cuniã, assim também como estamos situados até 2 de novembro, Rio Preto e assim os afluentes do nosso rio Madeira. Mas a gente percebe que na enchente de 2014, isso é muito visível, que nós perdemos 50% dos nossos castanhais, devido à grande cheia do rio Madeira, que foi impacto, certamente, das usinas. E isso não tira da nossa cabeça que não é responsabilidade dos empreendimentos hidrelétricos, não é, que foi aprovado por esta Casa.

Portanto, eu vejo que a hora oportuna é essa de a gente cuidar desta floresta que ainda resta. E a cooperativa tem uma missão de reflorestar a parte degradada do nosso Baixo Madeira com castanhas. Então, neste primeiro momento, a cooperativa tem, está já no seu radar de reflorestar 40 hectares de SAF. E com isso já estamos em...Um dos produtos

é a castanha. Então eu vejo que a gente precisa combater o desmatamento ilegal. E nisso a gente tem muita preocupação, porque hoje o fogo ilegal no Baixo Madeira é muito grande, o garimpo dá um impacto direto nos castanhais, porque se faz as balsas dos garimpeiros com a madeira, que é a castanheira que é a melhor de se fazer a flutuação. Então a gente se preocupa muito com isso. Então precisamos combater esse desmatamento ilegal, que, infelizmente, está na nossa região. A soja tem avançado para a região do Baixo Madeira e isso tem desmatado muito a nossa floresta. E a gente percebe que é um desmatamento ilegal.

Então, quero aqui dizer que muito em breve nós estaremos já colocando a nossa fábrica de castanha a funcionar com um recurso que estamos aguardando da Sedi (Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação), que é um recurso para revitalização da nossa fábrica de castanha, que está situada no local que acabei de mencionar.

Então é essa a nossa contribuição aqui. Poder dizer que nós estamos atentos a isso. Somos os guardiões da floresta. Estamos ali no Baixo Madeira. Queremos fazer parte desse grupo que está exportando castanha e nossa fábrica é para industrializar a castanha. Ela foi preparada para isso. Infelizmente, ficou num local de difícil aproximação comunitária; infelizmente, alguns equipamentos nossos foram saqueados, mas a gente já está resolvendo isso. Espero que, com esse recurso, o mais breve possível, da Sedi, a gente consiga já resolver o problema da nossa indústria e nós estamos trabalhando para reflorestar o nosso Baixo Madeira com castanha. Essa é a nossa contribuição aqui. Infelizmente, tenho que me ausentar. Vou pedir licença aos demais para sair. Sucesso para todos nós. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Muito obrigado, João, pela sua contribuição e me chamou a atenção a questão do reflorestamento. Salvo engano, acho que o Paulo Wadt foi quem falou dos clones da castanha. Então acho que aí é possível a gente fazer um encontro para poder contribuir nesse sentido. Muito obrigado pela tua participação.

Convido a Keli. Cadê a Keli? Keli Réggiass vai falar pelo Pacto das Águas.

A SRA. KELI RÉGGIASS – Primeiramente, bom dia a todos e a todas. Parabenizo esse evento. Trabalho na Pacto das Águas há aproximadamente 4 anos, sobretudo com a cadeia da castanha e fiquei muito feliz porque é a primeira vez que a gente, de fato, está discutindo a castanha, trazendo diferentes atores que, de uma certa forma, acabam sendo inviabilizados ou invisibilizados, que são os produtores das terras indígenas, reservas extrativistas e, em alguns casos, até da própria agricultura familiar.

Esse ambiente, hoje, traz um leque e também é um convite para a gente pensar a responder uma pequena questão, que eu fiquei pensando desde o começo da Audiência, na verdade: onde é que nós queremos chegar com a castanha de Rondônia? Eu acho que essa pergunta vai nos possibilitar responder e dar alguns encaminhamentos importantes para pensar, de fato, uma estruturação da cadeia da castanha. Nas diferentes falas aqui eu observei que muitos falavam em mercado internacional, levar a castanha para outros países e

muito também relacionado aos nossos colegas da Bolívia que hoje conseguem fazer essa exportação e a gente ainda não consegue. Bom, devido aos trabalhos que a gente vem desenvolvendo há algum tempo, da Pacto das Águas, tem algumas questões que são importantes para a gente pensar se, de fato, a gente quer chegar com a exportação da castanha, a gente precisa realizar algumas coisas internamente e uma delas foi muito bem mencionada pelo Paulo, que diz respeito à qualidade da castanha. Se a gente não controlar a aflatoxina, a gente não vai conseguir exportar, porque já tiveram outras experiências e um dos fatos da Bolívia conseguir exportar é que eles conseguem controlar a aflatoxina.

A aflatoxina, para ser controlada, ela precisa ser, de fato, efetivada às boas práticas em todos os elos da cadeia, seja no processo de coleta, desde lá da floresta, até o processo de industrialização. Então, nisso a gente precisa investir. Pensar em como nós fazemos isso, como nós investimos em qualidade e como é que a gente pode pensar em estrutura de armazenamento, boas práticas na industrialização, boas práticas no processo como um todo.

Também chamou bastante a atenção que a Sefin está aqui, a gente fica muito feliz, porque a gente vem trabalhando bastante isso com os produtores que a gente trabalha que é a formalização da produção. A gente vem tentando, fazendo esforços para regularizar esses produtores para que toda a produção deles saia com nota fiscal. Porém a gente consegue fazer isso muito ainda nas áreas que a gente atua, que hoje são praticamente cinco áreas, dadas as vastas áreas que tem o Estado de Rondônia, ainda é pequeno. Então, esse é um outro ponto de destaque.

E aqui, hoje, a gente se encontra em um ambiente que a gente tem empresas; a gente tem empreendimentos comunitários; a gente tem organização de terceiro setor; a gente tem Sefin, que faz o processo de formalização; e a gente tem governo; e a gente tem esses atores que, penso como encaminhamento é a gente pensar como é que nós podemos pensar um projeto, de fato, estruturante para a cadeia da castanha no Estado de Rondônia. Porque, nós precisamos sair desse espaço muito pequeno e pensar em ações conjuntas desses diferentes atores para que, de fato, nós consigamos unir esforços e chegar àquilo que a gente está pensando, que é o que a gente está debatendo aqui, que é a exportação. Por quê? Porque, com a exportação, a gente tende a agregar mais valor nesse produto e isso vem voltando nos elos para trás. Se agrega na parte comercial, você vem voltando isso para os empreendimentos comunitários, para a indústria. A indústria consegue um retorno financeiro maior, os empreendimentos comunitários também conseguem um retorno maior e isso chega lá na ponta. Porque, hoje, a gente entra em uma safra de castanha que tem um potencial de produção média, não vai ser uma safra muito grande, porém não será uma safra pequena. A gente está falando só das áreas que a gente trabalha — de aproximadamente de 200 toneladas de castanha — e a gente chega para o castanheiro, nas reuniões de planejamento de safra, dizendo para ele que o preço da castanha dele vai custar menos do que um litro de combustível em determinadas áreas.

Então, hoje, nós precisamos achar que um dos pontos de encaminhamento é isso: como é que os diferentes atores podem se unir para, de fato, a gente pensar algo estruturante

para o Estado de Rondônia; que não sejam ações pequenas e isoladas, mas que seja algo coordenado em que esses diferentes atores possam atuar. Também tem alguns pontos que são ações um pouco mais pontuais, mas que somam. Por exemplo, a gente tem o PAA Estadual. Como a gente pode potencializar o PAA Estadual para que ele dê viabilidade para as pequenas cooperativas, associações, esses empreendimentos que também receberam incentivos do Estado para instalação de pequenos agroindústrias?

Então, é um encaminhamento. Como a gente faz isso dentro do Estado? Outro ponto que o pessoal da Sedam sempre vem trazendo, que o Marcelo também trouxe, que é o pagamento dos serviços socioambientais. Quando é que, de fato, a gente vai pensar em colocar isso na prática? A Lei está aí, está criada, mas o que ainda está faltando? E como que cada ator, que está aqui hoje, pode contribuir e pode unir para gente conseguir de fato, colocar isso — vamos dizer assim — para funcionar?

Bom, acredito que trago esses três pontos como encaminhamento e eu acho uma coisa que é muito importante que eu ouvi em uma fala é o seguinte, que a gente acaba olhando muito a castanha como o “inho”, sabe? Aquele pequenininho, onde o produtorzinho vende um quilinho de castanha e isso não é verdade. Nós temos, hoje, mais de 15 mil produtores de castanha no Estado de Rondônia, onde a maioria dos indígenas das reservas extrativistas, sobretudo a renda familiar, vem da coleta da castanha e não é pouca coisa. O Marcelo trouxe. São mais de milhões que são movimentados, fora aquilo que é subnotificado, que a gente sabe que é quase a maior parte, na verdade. Então, assim, eu acho que a castanha e a cadeia precisam e merecem uma atenção maior e nós somos responsáveis para trazer essa atenção maior para a cadeia da castanha. É isso.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – A fala da Keli traz aqui para nós uma reflexão. Acho que na fala do senhor Paulo Renato, Ricardo e outras duas sou três falas que disseram o seguinte: nós nunca nos reunimos aqui, nunca nos reunimos para tratar da nossa produção de castanha. Independente da maneira mais arcaica ou olhando para a industrialização. Nunca houve essa discussão.

Então, hoje, acontece aqui o primeiro passo, porque nós estamos agregando aqui dentro desse ambiente todos os setores, desde o mais primário, àquele que quer industrializar e que quer exportar, o consumidor, tudo isso. E eu fico feliz, Paulo Haddad, por você chegar aqui nessa Audiência. Primeiro, te cumprimentar. Obrigado por estar aqui. O Haddad é Presidente da nossa Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Rondônia, a nossa Fapero. E eu sempre aponto que essa entidade é de uma importância gigantesca para o Estado de Rondônia.

Aqui, hoje, nós tivemos a participação do Vinícius — acho que saiu —, que é da Unir; a participação da Embrapa. E isso é importante, porque o que nós estamos discutindo aqui, diga-se de passagem, nós estamos falando da sobrevivência, inclusive, da nossa produção de castanha. E se não tiver esses segmentos muito envolvidos dentro, olhando para o futuro, infelizmente, daqui a pouco a gente vai olhar para trás — cadê o Rossoni? — e vamos ver só a sua foto em volta de um pé de

castanha. Ele já não existe mais. Então, nós precisamos de fato, e a fala da Kelly traz o seguinte: a necessidade da coordenação, de que todos esses atores, de fato, façam essa discussão como fazem em outro segmento.

O agronegócio se reúne para discutir a produção da soja, do milho, do boi. Aqui, vocês têm essa missão e eu só contribuo por isso, e fico muito feliz de estar dando a minha parcela de contribuição, foi aqui a colega que falou da Câmara Setorial do Agroextrativismo, que é muito novo. Ela colocou: "olha, isso é muito novo. Nós estamos chegando para a discussão agora." Só que agora, nós precisamos firmar nessa discussão que é tão importante. Haddad, muito obrigado e tens aqui uma missão de compor com esse grupo.

O SR. PAULO RENATO HADDAD – Obrigado, Presidente, quero saudá-lo. Deputado Crispin sempre muito preocupado e atento sobretudo às coisas dos pequenos. Eu que venho da Seagri sei o quanto é necessária essa atenção à bioeconomia, que advém da castanha. Vejo com muita alegria o Reca, o Baixo Madeira aqui representados, a Ecoporé, que tem uma atuação bastante significativa no segmento. E muito me alegra também ver o Antônio Carlos aqui, primeiro cumprimentá-lo. E sobretudo lembrar que o Antônio Carlos é sensível a essas questões, é um cara muito atento a isso e sempre disponibiliza estudos e tudo que nós precisarmos em termos de o que afeta a cadeia e acho que esse é um passo importante. Mas, o primeiro e mais importante é o que o senhor deu, Deputado. Parabéns. Obrigado, viu?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Obrigado, Haddad. A Seagri está aqui representada pelo Jorge Lourenço e nós queríamos ouvi-lo também, até porque a nossa Secretaria de Estado de Agricultura de Rondônia não é só café, arroz, soja, boi. Ela é castanha também.

Então, com a palavra, o Jorge Lourenço. Liga no vermelho. Aperta no vermelho. Isso.

O SR. JORGE LOURENÇO – Bom dia. Cumprimento a todos na pessoa do Daniel Pereira, o qual a gente já trabalhou algumas vezes ao longo de muitos anos, 30 e poucos anos. Então, a Seagri, justo, não é só café, cacau, mas a Seagri tem também uma série de outros fomentos lá. Inclusive, hoje, a gente tem castanha, especificamente junto à Sedam, a proposta de desenvolver mudas para distribuição a produtores.

Na Seagri esse projeto, a gente já está em discussão com a Sedam, eram 10 mil toneladas de sementes de castanha, para o nosso tamanho a gente solicitou 2 toneladas da Sedam para produzir castanhas e distribuir setorialmente com produtores. A castanha plantada é a nossa intenção, de acordo com o diagnóstico feito pela própria Sedam de floresta plantada, onde esse diagnóstico de florestas no Estado para produção dessa floresta, tanto nativas quanto exóticas, para o agroextrativismo ou para a produção direta de madeira, são oito microrregiões distribuídas por todo o Estado, levou em consideração desde o sudoeste — Costa Marques, até Guajará-Mirim, Vilhena —, já bem desenvolvida, Ji-Paraná, Ariquemes, Cujubim, e a ideia é que essas mudas sejam produzidas a partir dessas sementes e distribuídas de forma setorial para que a gente crie próximo às indústrias prováveis de castanhas e tenha o castanhal ali.

E a gente sabe que essa produção de castanha vai se desenvolver e começa a criar norte quando a gente vê pesquisa em cima da planta, a planta sendo melhorada. Toda produção, hoje, agrícola que se forma e vai produzir recursos, ela teve um melhoramento em cima da planta. A planta foi sempre melhorada para apressar a produção, torná-la mais forte, mas isso é produção fora das Unidades de Conservação. Produção fora das Unidades de Conservação, por quê? Não vamos colocar uma planta geneticamente modificada dentro de uma Unidade de Conservação. Seria um contrassenso à própria criação da Unidade. Mas, com a produção que hoje existe no Estado, e o Estado..., a gente tem que se preocupar com quem busca a castanha. Eu ouvi fala muito na sanidade da castanha. Os fungos que tanto atrapalham... Mas aquele produtor que hoje está ali — o Estado é o maior produtor de castanha, acho que hoje tem nas suas Reservas Extrativistas, junto com os extrativistas —, mas eles são trabalhados hoje para as boas práticas, para começar a coletar castanha dentro da produção de boas práticas? Quando a gente trabalhou na Reserva Estadual Rio Cautário, junto com o Pacto das Águas, era uma das premissas. Não é isso, Sávio? O Sávio, o Plácido, a gente está sempre muito próximo dos nomes, mas era muito isso. Então, tecnicamente os extrativistas não são agricultores do cotidiano.

Então, eles precisam ser trabalhados sempre para que eles busquem essas boas práticas naturalmente. Porque a tentação é muito grande. Eles têm isso uma vez por ano, esses recursos. Eles têm, a partir de agosto, os bolivianos, atravessando o rio e começando a aliciá-los para vender antecipadamente a castanha, onde eles não têm condições, às vezes, da manutenção diária de comida, de combustível, porque eles trabalham no resto do ano também. Então, de novembro a março, eles estão voltados para a castanha. Mas já começam a sofrer, em relação a isso, lá em agosto.

E a única vez que eles conseguiram vender muita castanha para dentro do Estado foi quando a Sedam, através do Governo do Estado, não permitiu que eles vendessem para os bolivianos sem ser pelos meios legais. O Estado fechou todas as entradas da Unidade de Conservação, e só passava ali com a nota pronta, os tatuísso passavam nas barreiras com a nota pronta, com o destino para onde ia a castanha. Foi quando mais se vendeu castanha para o interior do Estado. Porque o contrário é quando você não está prestando atenção a esse movimento, que ocorre muito na Resex Estadual do Rio Pacaás Novos, muito ocorre no Rio Cautário, mas não acontece de novembro a março. Ocorre a partir de agosto. Eles já contratam os próprios extrativistas para comprarem mais barato do extrativista que está ali. O brasileiro termina sendo o explorador do outro brasileiro produtor. E se o aparato estadual, se o aparato da Sedam que está lá todo dia com eles não começar a trabalhar, o Pacto das Águas faz um trabalho direto ali dentro, com barracões, com mesas de produção, ensinando-os a limpar a castanha. Se isso for feito também em nível financeiro para que ele se mantenha, tenha a comida dele todo dia, ele vai vender sempre.

E daí a gente vai partir sempre do cara, que é o início da cadeia, mal assistido. E o cara, o início da cadeia, mal assistido, sem ter dinheiro para manter-se, ele vai vender para qualquer um que chegar lá primeiro. É só notar, a castanha é

um valor enorme como comércio. Mas e a moradia? Para você ver o tamanho do moço, olha a moradia dele lá. Olha as condições em que ele vive. E daí você vê se ele vai progredir ou não ali dentro.

Aí o outro lado do nosso trabalho hoje é no fomento da planta dentro de LPFs (Laboratório de Produtos Florestais), de SAFs (Sistemas Agroflorestais) para aquele moço que vai ser o agroextrativismo, mas considerando uma forma mais organizada para que você crie e facilite toda a infraestrutura. O aglomerado de castanhas ali dentro daquela região, o acesso mais facilitado, a indústria ali do lado. O Estado se organizou, fez um levantamento, um diagnóstico de onde poderia colocar isso. Definiu 8 microrregiões, e é onde a gente quer trabalhar para a castanha. Mas é onde a gente também quer se organizar e trabalhar para outras produções. Por exemplo, a borracha: há uma lei estadual que dá um incentivo para o produtor de borracha, um subsídio para ele. Porque os preços são muito baixos lá atrás. O comércio tem um leque muito amplo. Para você ter uma ideia, hoje, em nível de floresta plantada, exótica, o carvão foi substituído por lenha de eucalipto. Você quase não vê carvão mais. E é o futuro. Você vai ao mercado, castanha beneficiada, só embalada a vácuo, descascadinha, 10 gramas, 20 gramas, você vende por 12, 15 reais. E o quilo da castanha, você levantou 4 reais. Olha a diferença.

Então, eu vi aqui que a gente tem tudo aqui, um incentivo ali já programado, a tecnologia da planta com a Embrapa ali já trabalhando, o poder político aqui, que define as leis, está pronto para fazer, as entidades trabalhando lá no setor, a Sedam está aqui disposta a não ser aquela Sedam repressora, mas ser aquela Sedam de incentivo, de parceria, de buscar a melhor forma para que todos funcionem dentro da sustentabilidade e aí o menino da Cord:omade, que foi embora, falou muito bem da manutenção da floresta. E, às vezes, a árvore não está mais lá porque nós permitimos que o agente polinizador vá embora, não chegue mais. E só existe ele para a castanha. Aquela abelha bonita, aquele bichinho bonitinho, ele precisa pular de um local para o outro. Não adianta eu deixar as castanhas solteiras, que não vou ter quase produção nelas, ou não vou ter produção. A gente incentiva aqui que o pessoal vá utilizar as nossas mudas de castanhas na sua reserva legal ou nas áreas de proteção, para que a gente faça muitos objetivos com uma coisa só: recuperar a reserva legal, dar ao moço a oportunidade de usar aquela floresta que ele tem. Não temos mais o foco de dentro das unidades de conservação, mas o nosso foco agora é a produção fora das unidades de conservação. Então a Seagri está indo nessa linha. E já tem o incentivo para o PAA para a castanha. O PAA já absorve castanha nessa linha.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Muito obrigado, Jorge, que representa aqui a nossa Seagri. E é bacana que a gente vai encontrando os assuntos, as pontas vão se amarrando aqui. Eu acho que, da minha visão, a Câmara Setorial vai ter muito trabalho daqui para frente, porque ela identifica todos os atores.

Cadê o Josias Gavião? Vamos ouvir. O Josias representa a Associação do Povo Gavião, é indígena. Vamos abrir a palavra a ele.

O SR. JOSIAS GAVIÃO – Senhoras e senhores, bom dia. Primeiro eu quero dizer que é um prazer estar aqui com vocês. Agradeço o convite do deputado.

Quero dizer assim, muitos já falaram que é importante a gente ter este momento. De fato, há muito tempo a gente vem tentando desenvolver um trabalho mais diferenciado, específico à castanha, só que, ao longo do tempo, a gente vem apanhando — não é, Sávio? O pessoal da Pacto é prova viva disso —, vem batalhando, batalhando, porém, as políticas públicas voltadas especificamente para essa atividade não acontecem na prática. Mas, simplesmente de a gente estar aqui hoje debatendo junto com os senhores, senhoras aqui presentes, já é uma coisa que nos dá esperança, de que o trabalho que os povos indígenas, que os extrativistas vêm desenvolvendo não está sendo em vão. Num futuro bem próximo, se Deus quiser, nós vamos estruturar uma cadeia forte de castanha, onde nós possamos ter um trabalho digno para esses povos, porque é um trabalho realmente muito árduo. Quem não conhece pensa que a coleta de castanha é apenas uma atividade isolada por alguns produtores, mas, na verdade, tem todo um contexto por trás disso — um contexto cultural, um contexto educacional, econômico, social, proteção da floresta. Então, é uma coisa muito grande que ainda, infelizmente, não é reconhecida e respeitada. Mas nós estamos aqui para isso. Acredito que todos nós que estamos aqui hoje, nós estamos nos importando com isso. Precisamos realmente buscar uma alternativa que possa solucionar e dar melhores condições de trabalho para os nossos produtores.

Eu gostei muito da fala da Keli — nem conheço a Keli —, em que ela fala de algumas políticas públicas, especialmente do PAA, na qual a gente precisa, realmente, ter um acesso mais, digamos, específico. Tem um PAA aberto, um PAA geral, só que se nós não começarmos a tratar de uma ação mais pontual e específica para essas comunidades, porque tem associações indígenas, tem associações que estão se estruturando, que estão trabalhando. Então nós temos, nós precisamos dar atenção mais especial para essas organizações, para essas comunidades, ajudarmos para eles se estruturarem, porque não adianta a gente falar de ações para uma determinada comunidade, sendo que nós não damos condições para que elas possam trabalhar. Então eu vejo que esta Casa está tendo um olhar muito especial para essa questão agora.

Meus sinceros agradecimentos, deputado, ao senhor, por ter promovido esta audiência, ao nosso eterno governador Daniel Pereira, que abriu as portas, realmente, para essa discussão. Eu lembro que há, não sei se há 5 anos atrás, enquanto o senhor era Vice-Governador, deu essa oportunidade para que nós chegássemos até o Governo para tratar sobre essas questões. Então eu vejo que o senhor abraçou, realmente, a causa. E tenha certeza de que, juntos, nós faremos um trabalho diferenciado e que possamos, realmente, trazer essa demanda para dentro dessa Casa, que possamos institucionalizar isso, levar realmente este trabalho a sério.

Senhores, eu queria só quebrar um pouco de protocolo, aproveitar. Eu falo pouco, mas eu quero aproveitar esse tempo, chamar os meus líderes para simbolizar a nossa gratidão por estar desenvolvendo essa atividade, por estar trazendo esse tema tão importante para dentro desta Casa. Queria simbolizar nossa gratidão ao nosso deputado e ao nosso Daniel Pereira,

se vocês puderem descer aqui. Eu queria quebrar esse protocolo realmente. Por favor.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Bom, almoço garantido, inclusive. Agradecer aqui a generosidade do Josias e seu povo, não é, e o carinho demonstrado pela iniciativa, que nós entendemos que só engrandece o Estado de Rondônia. Vou convidar a Giselle Rossana. Castanha amazônica. Com a palavra.

A SRA. GISELLE ROSSANA – Bom dia a todos. A minha fala vai ser bem breve, é mais agradecimento mesmo. Eu gostaria de agradecer a todos aqui presentes, a contribuição de cada um, em especial, o Deputado Ismael Crispin, pela iniciativa, juntamente com meu pai, Rossoni, e o senhor Ricardo. É uma Audiência de extrema importância e relevância e, eu tenho certeza de que logo em breve nos dará um retorno muito positivo para todos nós que estão aqui presentes e para todos os outros que são direta ou indiretamente relacionados. É isso. Obrigada.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Parabéns, Giselle, pela participação. É bacana ver o Rossoni...

O SR. ROSSONI RODRIGUES REIS - Puxou a beleza da mãe e a eloquência do pai. Parabéns.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - O Rossoni colocando a filha num caminho muito interessante. Parabéns mais uma vez. O Edmar Aruá. Ele está presente aqui? Isso. Vamos abrir. O Edmar é presidente da Associação Indígena Doá Txatô.

O SR. EDMAR ARUÁ – Doá Txatô.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Repete, aí.

O SR. EDMAR ARUÁ – Doá Txatô.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Está dito. Está com a palavra.

O SR. EDMAR ARUÁ - Meu bom dia a todos. Quero agradecer pelo convite de estar presente, Deputado Ismael Crispin, e nesta oportunidade parabenizá-lo por esta iniciativa. A Terra Indígena Rio Branco, nós temos alguns potenciais que estão se destacando também no cenário, dentro do Estado, assim como o café. E a gente tem pessoas voltadas pra isso. E a gente, juntamente com os parceiros, juntamente com o Pacto das Águas, juntamente agora com o pessoal da Unicafe (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), a gente está traçando metas. E a gente tem, desde o tempo lá quando do governo anterior, a gente teve um investimento de uma instalação de uma agroindústria. O Deputado Daniel, até então quando era vice-governador, tem conhecimento disso. E acredito que por falta desse olhar mais de perto a gente tem ficado um pouco paralisado diante disso. E também veio a questão da pandemia, em que os demais parceiros se ausentaram da Terra Indígena Rio Branco.

E aqui, deputado, eu quero ser direto com o senhor, pelo prazer de estar conhecendo, que a gente tem outros parceiros em outras áreas, mas quando se trata da questão "castanha", a gente fica, vamos dizer, a gente está ainda só. Então faço o convite para estar conhecendo de perto a nossa realidade, a Terra Indígena Rio Branco, quanto à extração da castanha. Já produzimos mais de 100 toneladas em um ano, mas aí a gente teve as questões naturais, também, que fizeram cair, mas quando a gente olha para a nossa realidade, juntamente com o trabalho de mapeamento com o pessoal do Pacto das Águas, a gente vê que há um potencial dentro da terra indígena, mas que a gente ainda não conseguiu expandir essa exploração.

Então, hoje, nós temos um município aberto à parceria. E acredito que é possível a gente ampliar a produção, se houver uma parceria em relação à Emenda, para que nós possamos fazer reabertura de castanhais, atingir outras áreas, porque a gente, quando olha para essas apresentações hoje, a gente vê a questão da Bolívia. A gente não quer muitas vezes concorrer, vamos dizer assim, mas se a gente olhar com carinho para a potência que tem dentro das reservas, porque a gente não vai assegurar cem por cento, mas se a gente expandir e aumentar a produção, a gente vai ter um número também maior. Então, a Terra Indígena Rio Branco está de portas abertas. E quando quiser adentrar ali é só nos comunicar.

Então, um dos nossos gargalos, assim como já foi dito, é a questão do capital de giro. Até então, a gente já trabalhou junto ao Pacto a questão do Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Era um recurso que a gente conseguia trabalhar com mais — vamos dizer — segurança, e ofertando uma melhor qualidade ali no trabalho, mas isso parou. Então, eu acredito que essas políticas voltadas para esse ramo vão nos ajudar e fazer com que nós tenhamos mais segurança no nosso trabalho.

E dizer que trabalhar com a castanha, quando a gente olha, não é apenas um trabalho em si, mas para nós, enquanto população tradicional, o trabalho com a castanha faz parte de uma história. E tem tudo a ver com aquilo que nós vivemos ali dentro da floresta. Então a gente está se esforçando, a gente hoje não consegue colocar para os nossos compradores um produto em que não haja qualidade. A gente já fez aquilo que era possível enquanto associação, tanto é que, para sair desse ramo, a gente criou a nossa cooperativa. Nós temos a Copirb (Cooperativa dos Povos Indígenas do Rio Branco) como cooperativa hoje. E é por isso que a gente se uniu à Unicafe, porque a gente quer sair agora, a gente quer ir além, também.

Então eu fico, diante disso, à disposição. E que nós venhamos a formar e formalizar parceria, para que, juntos, a gente possa conseguir crescer mais. E a população indígena vem se destacando hoje, porque o olhar para a Amazônia, não tem como olhar para a Amazônia e esquecer das populações tradicionais. E eu vejo que a Terra Indígena Rio Branco, nós vivemos assim, nós não queremos ir lá fora e falar só da floresta amazônica. Nós queremos ir lá e demonstrar aquilo que nós fazemos por ela. Meu muito obrigado.

O SR. DANIEL PEREIRA - Presidente, só para que o público aqui saiba, diante do que estamos falando, na fala do

Edmar, o povo Aruá, representado pelo Valdir Aruá e família, em dois anos eles ganharam o prêmio de segundo colocado do melhor café de Rondônia. E não é porque é indígena. É um produto que é feito com técnica. Então, você não sabe quem vai ganhar. Então, ele ganha porque é bom mesmo. Eu tive o prazer, em 2018, como governador, pegar o Valdir Aruá e levar juntamente com mais os Tuparis e os Suruís para representar o produto, o café de Rondônia, na Semana Internacional do Café. E, com isso, nasceu o interesse do café Três Corações e hoje tem o café chamado Tribos, que nasceu dessa ação. Então, esse povo Aruá tem muita coisa boa para a gente aprender com eles. E dizem que os rios lá, da Reserva Rio Branco, dizem que são muito bons para pescar também, desde que seja pesca esportiva, porque chega de comer peixe do rio, não é isso? Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Parabéns ao Edmar que representa aqui o povo Aruá. E da fala dele, nós tínhamos convidado — e foi impossível por conta da agenda — o Secretário da Sedi, que eu acho que entra aqui, vai de encontro, dá para a gente amadurecer a ideia, que é a questão do capital de giro. Então, penso que através do Proampe (Programa de Apoio às Micros e Pequenas Empresas e Empreendedores de Pequenos Negócios do Estado de Rondônia), é possível a gente trabalhar alguma coisa e já vou deixar aqui como encaminhamento para gente ir trabalhando isso junto à Secretaria.

Convido para a palavra o Edjales, um amigo de longa data, que representa o povo Kanindé e a Coomade. Com a palavra.

O SR. EDJALES BENÍCIO – Gostei do povo Kanindé. Não, é uma ONG. Mas me sinto representado aqui com todos os povos indígenas. Bom, Deputado Crispin, me permita falar assim, porque somos amigos e companheiros de partido, parabenizá-lo pela iniciativa. Estendo também esses parabéns ao meu amigo Daniel. Tive a honra de ser assessor nos dois mandatos de Deputado Estadual e ter coordenado o PDCA (*Plan, Do, Check, Act* = Planejar, Fazer, Verificar e Agir) na Sedam. E lembrar, Daniel, que foi você que mandou a Mensagem, sancionou a Lei de Governança Climática e Serviços Ambientais, que o Diogo está com a responsabilidade de tocar. E desde já, Diogo, desejo boa sorte. Estamos juntos lá no grupo, no Fórum.

O SR. DANIEL PEREIRA – Coloca a Lei de Recursos Hídricos junto também.

O SR. EDJALES BENÍCIO – Essa eu restava na articulação. Então, vamos lá. Deputado Crispin, primeiro, assim, eu fico feliz em estar vendo essa Audiência e saber que vai ter outra Audiência sobre turismo, porque, infelizmente — e aí eu tenho que registrar, Deputado Crispin —, eu venho participando de algumas pautas aqui na Assembleia, que são pautas duras para quem protege a floresta. São pautas de desafetação de Unidades de Conservação, de redução de Unidades de Conservação, de mudança no Zoneamento econômico-ecológico. Duas delas, infelizmente, não ecoaram no Tribunal de Justiça. Os Desembargadores julgaram pela inconstitucionalidade e uma, eu acredito, que deva caminhar

por mesmo caminho da inconstitucionalidade, que é a mudança no Zoneamento. A forma como o Parlamento, Deputado Crispin, aprovou essas mudanças no Zoneamento — está aí o Marcelinho que compõe a Comissão, representando o terceiro setor —, compromete muito as terras indígenas e as Unidades de Conservação, onde estão localizados os principais açaizeiros e castanhais do nosso Estado. Principalmente, porque fragiliza a Zona Ponto 2, que é a zona de transição. Mas, como o Parlamento aqui aprovou, faz parte do exercício democrático, e agora a briga vai para a esfera jurídica. Fiquei sabendo que o Governador vetou totalmente. Não sei se a Assembleia vai manter o Veto. Espero que mantenha. Já estou pedindo, como companheiro de partido e amigo, que vete. E vamos lá. O mais importante é que tem agora agendas, como o meu amigo Josias falou, que atendem quem, de fato, protege a floresta, que são os povos indígenas, as comunidades tradicionais desse Estado que já deve, há muito tempo, esse Estado colocá-los como estratégico para o desenvolvimento, não apenas no ponto de vista socioambiental, mas no ponto de vista econômico. Esse Estado fez uma opção no seu passado em ter áreas protegidas, mas áreas que também contribuam para o desenvolvimento. O Daniel falou do turismo, da pesca esportiva, mas essas terras têm muito a acrescentar no ponto de vista econômico para a gente, seja na área do ecoturismo, seja na área, principalmente, de fomento à bioeconomia e à sociobiodiversidade neste Estado.

Aliás, a gente está atrás do Acre, porque já tem uma política muito forte de subsídio a produtos da floresta, até porque concorre ali com a Bolívia e com o Peru. O Pará já tem um histórico, inclusive, a ideia pretenciosa da castanha ser no nome deles, sendo que a castanha é da Amazônia. E também o Amazonas, eu tive a informação que o seu centro de bioeconomia da Zona Franca, parece que está do lado da — Isabela, me corrija — tem um case na área de bioeconomia no Estado do Amazonas.

Eu penso assim, tem coisas que a gente tem que copiar quando dão certo - não é? - respeitando, lógico, a realidade local. Teve um evento recente que o Mapa fez com GIZ, que é a Agência de Cooperação da Alemanha, que propôs quatro agendas para estar discutindo e aí eu não vou só utilizar a cadeia da castanha, mas a cadeia da bioeconomia, e da sociobiodiversidade, que eu acho que a gente poderia estar reaplicando, tendo como carro-chefe a Câmara do Agroextrativismo, que eu já vi, pela apresentação, está fazendo um belíssimo trabalho. Mas, são quatro agendas que eu acho extremamente estratégicas:

Primeiro, seria uma agenda sanitária. O colega da Embrapa falou das aflatoxinas, ou seja, tem que focar nesse combate sanitário o mais rápido possível, até que para o nosso produto seja seguro e a gente garanta um diferencial.

O outro, uma agenda de sustentabilidade. E aí eu penso que essa agenda de sustentabilidade tem que estar estruturada no tripé produtivo, se falou aqui em boas práticas, de manejo, de implemento de novas técnicas, de modelos produtivos. Tem o SAF (Sistema Agroflorestal), que é uma referência, o Reca aqui no nosso Estado; mas, podemos também falar de enriquecimento de espécies em áreas de unidade de conservação. Enfim, várias técnicas e vários modelos produtivos.

A outra base do tripé seria agregar valor na parte de processamento, de beneficiamento e de certificação. Se eu não me engano, a castanha dos Suruí é certificada. Então, já é comercializada em dólar, não é isso, Saulo? Se eu estiver errado... Um projeto muito legal com o Ema Flora fazendo isso.

E o outro tripé seria o da comercialização. Aqui se falou dos mercados institucionais, o PAA também, que é a entrada, que talvez é o que salva os nossos produtores pelo valor. Mas, essa proposta de se pensar um PAA específico para a bioeconomia, a sociobiodiversidade, deveria ser levado em consideração, respeitando os trâmites legais. E, obviamente, acessar outros mercados, porque eu estou vendo – e aí a Unicafe (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária) está fazendo um trabalho brilhante, tanto é que a Coomade está filiada à Unicafe, de fomentar o cooperativismo – e quando um produtor entra no cooperativismo é justamente para acessar mercados que, sozinho, ele não consegue.

Então, a ideia é que gente também explore mercados em escala nacional — estou vendo um colega aqui de São Paulo —, mas também em escala internacional, como o povo indígena está começando a fazer com o café. Até o povo da Suíça já está olhando o café nosso. Então, essa agenda de sustentabilidade baseada nesse tripé da produtividade, da agregação de valor e da comercialização, é fundamental.

A outra é a agenda do financiamento. Aqui a gente tem os bancos oficiais, como o Basa, a Caixa Econômica — estou sabendo que a Caixa Econômica vai abrir uma agência aqui em Porto Velho específica, mas, olha a ideia, específica para o agronegócio. E aí nós temos que conversar com esse povo que produtos da sociobiodiversidade deveriam também entrar na prioridade. Tem o Basa, mas, embora, por exemplo, esses bancos devam financiar atividades coletivas de empreendimentos comunitários, a lei fala isso, mas não estão abrindo financiamento para as cooperativas. E aí precisa de uma gestão política junto a esses organismos financeiros para que o cooperativismo seja financiado também por eles, porque a lei garante que seja financiado em todas as linhas se possível do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Graças a Deus, que ainda têm esses fundos de impacto. A Unicafe está com uma parceria legal com a Conexus (Conexões Sustentáveis) que tem um fundo que apoia; tem um PPA (Plataforma Parceiros pela Amazônia), que é uma articulação puxada pelo Idesam (Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia), pelo Icam (Instituto de Conservação da Amazônia) e outras organizações — não é, Marcelinho? — que vem apoiando, a Sitawi, recentemente a Bem-te-vi está entrando também; que estão salvando um pouco as cooperativas, porque eles apoiam os empreendimentos coletivos, empreendimentos comunitários.

Mas os bancos oficiais têm que abrir os olhos também para estar apoiando as cooperativas, e bancos privados também. E algumas cooperativas de crédito, Cresol está avançando aqui no Estado. Para se ter uma ideia, no ano que vem, será instaurada uma agência aqui em Porto Velho. Então, essa agenda de financiamento tem que ser mais acessível para quem protege a floresta.

Outro, uma agenda de informação e governança. Estava conversando aqui com meu amigo Paulinho, o Paulo, a Fapero é estratégica aqui para isso, pelo Estado. Uma Fundação que foi criada para fazer pesquisa e para ajudar esse Estado a desenvolver. E a Seagri, eu penso que, embora esteja essa pauta agregada na gerência de Agricultura Familiar, mas é uma pauta tão relevante que ela deveria ser tratada com um status melhor, ou seja, ter uma gerência, um órgão lá focado em bioeconomia e sociobiodiversidade. Como eu falei, esse Estado aqui tem populações indígenas, tem comunidades quilombolas, tem comunidades ribeirinhas, comunidades extrativistas que precisam ser vistas de forma estratégica e incluídas nesse desenvolvimento.

Então, eu acho que a soma dessas agendas — e aí puxada pode ser pela Câmara de Agroextrativismo ou por criação de um grupo multisetorial — deve ser imediatamente puxada pelo Estado de Rondônia. Até porque, o Estado de Rondônia, o Diogo falou, fez compromissos, a nação brasileira fez compromissos agora na COP (Conferência das Partes). O Estado de Rondônia vai ter que executar esses compromissos e um deles é a proteção da floresta. E só protege a floresta — aí eu queria lembrar da Bertha Becker, uma das grandes pensadoras da Amazônia — a gente só vai valorizar, de fato, a floresta quando ela tiver a mesma equivalência que um hectare de pecuária e de agricultura tem. Senão, é só conversa para fora, gente. Obrigado.

O SR. DANIEL PEREIRA - Edjales, essa grande cientista copiou algo que um deputado estadual disse há 20 anos aqui na Assembleia Legislativa. Registre-se.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Edjales, pela sua participação.

Nós temos dois oradores inscritos, que é o Senhor Adalto Costa, que é da assessoria da Unicafe (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária) e o Rossoni.

Antes, eu queria só ressaltar aqui a presença do Avenilson, que hoje está... Como é o nome da Secretaria nova lá, Avenilson? Me ajuda.

O SR. AVENILSON GOMES DA TRINDADE - Bom dia a todos, ou boa tarde. Agora a Sedi, a partir de 1º de janeiro, se chamará Sedec - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Ótimo.

O SR. AVENILSON GOMES DA TRINDADE - E eu estou aqui em substituição ao Secretário Sérgio, que está numa agenda no interior do Estado, inauguração de um Projeto do Geração Emprego em Ariquemes, e já aproveito a fala rapidinho para colocar o Sedi à disposição. Nós temos vários programas que podem apoiar. Na nova Lei, agora Sedec, nós incluímos os ativos socioambientais, a bioeconomia. Então, nós vamos desenvolver um programa específico para isso.

Mas nós temos também programas na área de inovação. Foi citado aqui o Biominas, temos também o Microcrédito, a atração de investimentos. Então, a Sedi pode

colaborar, se irmana com todos os atores aqui presentes, e até os que não estão presentes, mas estamos juntos. E quero dizer que uma cadeia produtiva forte precisa gerar renda para todos os atores. E, às vezes, a gente fala assim: "ah, a Bolívia está comprando e tudo". Eu acho que o produtor tem que ter opção do melhor preço. Se o melhor preço for o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que seja. Se o melhor preço for o mercado interno, que seja. Se o melhor preço for a Bolívia, que seja também. Agora, isso tem que estar estruturado, formalizado. O produto tem que ter o seu devido registro para que a gente entre como poder público. Com política pública forte, consistente, é preciso que a gente tenha receita desse processo.

Então assim, o incentivo tributário faz parte do processo para estimular a cadeia, mas então também vem uma parte disso como receita. Se a receita não for no caminho da produção, como é o caso do incentivo tributário que a Sedi trabalha, mas a receita vem lá do consumo. Ou seja, nós temos um programa de incentivo tributário que dá o incentivo para a parte do processamento, a indústria. Só que a gente faz uma compensação lá no consumo. Aí você está comparando aqui, por exemplo, eu ouvi várias falas muito pertinentes.

Então, isso demonstra que a nossa cadeia tem muita maturidade. Todos os atores que estão atuando de alguma forma já têm muito *know-how*, muito conhecimento. Então, agora a gente só precisa ajustar do ponto de visto econômico para que ela produza de fato a renda necessária, e transforme essa cadeia produtiva num negócio forte e não só num negócio que tenha uma pegada somente ambiental, a questão histórica, que tem muita relação com a nossa história. Mas uma cadeia produtiva para que ela deixe os seus atores satisfeitos, ela precisa gerar renda e ficar todo mundo feliz acessando o mercado, seja o mercado interno, o mercado externo. Por exemplo, nós temos um programa de atração de investimentos na Sedi, que é "Investe Rondônia".

Então assim, pode ser trabalhado um *player* forte do mercado internacional, ou do mercado local. Quem é o grande *player* nacional do mercado da castanha? Ele pode ser atraído para cá? Então assim, o que move a economia, agora eu falo como economista, é o consumo. Todo produto, se tiver consumo, a indústria surge, a produção surge. E aí, o Paulo Wadt falou da pesquisa que a Embrapa está trabalhando, e a gente passa a ter dois segmentos, ou seja, a castanha de origem plantada e a castanha de origem extrativista. Então, isso vai aumentar a produção, a oferta e consequentemente o consumo. E o que eu vejo como entrave no consumo? O preço final pago no mercado, quando você pega, por exemplo, R\$ 4,00 um quilo pago ao produtor, se você fizer uma projeção disso — eu fiz uma pesquisa rápida: R\$ 14,00 150 gramas. Se a gente projetar isso para 1 quilo, você compra 1 quilo de castanha a R\$ 4,00 do produtor e compra a R\$ 99,00 no mercado. Então assim, qual é o consumidor na área urbana ou fora da área urbana que vai pagar R\$ 99,00 em 1 quilo de castanha? Aí você dificulta no consumo, ela fica restrita. Então, ela atinge só uma faixa de maior renda. Numa faixa de maior renda, então você pode vender caro, vende para poucos, e o atravessador vai pagar pouquinho para o produtor. Então, a gente tem que pensar a cadeia como um todo, e distribuir essa força da renda, senão só vai ganhar quem está na ponta, só quem vende o consumo pronto para o consumo final.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Perfeito. Eu citei a Sedi aqui, Avenilson, até inclusive por conta da fala do Jorge, da Seagri, que ele traz um dado que eu achei interessante e até curioso, que é o fato de o país vizinho começar a assediar os nossos produtores ali no mês de agosto. Aí vai comprar com preço mais barato, porque ele está fazendo um adiantamento. Ele vai acabar comprando esse produto de forma bem abaixo do preço no momento da produção.

E por que isso? Porque, de repente, esse trabalhador lá não tem acesso à renda, neste momento ele está com dificuldade, e acho que a nova Secretaria tem total competência e capacidade para a gente entrar nesse tema, para que esse nosso trabalhador não seja, como nós tivemos uma reportagem, salvo engano, na semana passada, agora recente, de os trabalhadores sendo levados à condição análoga de escravo exatamente na questão da exploração da castanha.

E eu acho que daí, se nós entrarmos nisso, nós vamos sim dar competitividade ao nosso produto. É o Estado chegando e eu acho que essa, a nossa nova... Sedec?

O SR. AVENILSON GOMES DA TRINDADE – Sedec.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Sedec é a Secretaria mais preparada para a gente discutir esse tema aí.

O SR. AVENILSON GOMES DA TRINDADE – Perfeitamente. Acolheremos o tema. E só para fazer um destaque, essa compra antecipada é prevista nos mercados de economia aberta, que é a compra a termo. A China, por exemplo, está comprando carne de 2022 aqui no Brasil, no Mato Grosso, logo isso vai chegar em Rondônia. O que nós precisamos? Nós precisamos ter um caminho legal. Então, se o brasileiro vender a castanha antecipadamente, devidamente formalizada, a Sefin acompanhando, a Receita Federal, não tem nenhum problema. É uma opção chamada "compra a termo". Então, isso acontece na soja, nas *commodities*, nos minérios. Agora, o que eu percebi aqui no debate é que isso está indo informal.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Exatamente.

O SR. AVENILSON GOMES DA TRINDADE – Quando vai informal, se trata como subpreço. Então, o boliviano vê a necessidade do brasileiro, percebe que ele não tem outras opções e paga o preço que deseja. E aí ele formaliza lá na Bolívia. Então, acaba exportando para outros países como castanha boliviana.

Então, nós, brasileiros temos que intervir aí, através do poder público, para poder estruturar melhor esse processo.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Perfeito. O Adalto Costa? Opa, está aqui. É da assessoria da Unicafe. Com a palavra.

O SR. ADALTO COSTA – Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado. Parabéns pelo espaço de debate. A gente fica feliz, pois são momentos nesses que a gente consegue construir cadeias produtivas fortes no Estado de Rondônia.

Quando tinha me colocado à disposição de falar, logo após o Senhor Daniel Pereira relatou um pouco. Eu venho da

cadeia produtiva do café, e não tem como não dimensionar quando você investe na cadeia produtiva com tecnologia e com informações.

Há 5 anos, ou um pouco menos, os outros Estados, os outros locais não queriam comprar o café de Rondônia porque era impuro. E hoje eu faço parte da Lacoop (Cooperativa dos Agricultores Familiares da Amazônia), que é uma cooperativa de cafés especiais. Estamos constantemente bombardeados de compradores querendo comprar os nossos cafés de maneira grandiosa.

Então, a gente fica feliz por isso. Eu acho que já tem uma cadeia produtiva que, em pouco tempo de espaço, conseguiu mudar essa ideia. De fato, de um café ruim para um café de qualidade, que vem conquistando não só o Brasil, mas sim o mundo, e também abrindo mercados em locais onde nem se imaginava. Então a gente já tem uma experiência com relação a isso.

A mesma coisa também do cacau. Está chegando por aí também, que estava um pouco meio esquecido talvez, está retomando novamente esses espaços.

E a gente fica feliz por esse momento, porque, diante de qualquer negociação talvez que se tenha, a gente tem que pensar pelo ganha-ganha. A gente fica feliz pelo espaço onde tem aqueles que estão no processo da coleta, pensando em produzir, tem aquele que comercializa. Porque é um espaço onde um construiu um ganha-ganha para todos. A gente pensa em outras cadeias onde há um embate muito grande, por exemplo, a cadeia produtiva que a gente sempre participa, onde se ouve questionamentos entre quem produz e quem comercializa, que tem uma dificuldade muito grande de se aproximar e dialogar. Eu acho que a oportunidade é esta: sentar e dialogar, e ouvir esses espaços, ouvir todos aqueles atores a serem trabalhados.

Diante dessa situação e dos inúmeros apontamentos que estão aqui, a gente entende que a Audiência é um espaço curto de debater. E eu não sei se aí viria para a Casa ou para a própria Câmara Setorial que debate sobre isso. Eu acho que a gente precisa de espaços com um pouco mais de tempo, com dois, três dias, onde a gente possa debater tudo isso. Por exemplo, essa questão que a Embrapa vem trabalhando, de variedades mais rápidas de produção, de mais fácil acesso. Então, tem muitas questões. A própria questão da comercialização, essa vinda do empresário de São Paulo. A gente tem que conversar, ele quer comprar o produto e como nós devemos produzir, qual a melhor forma, qual a melhor imagem. E só espaços onde nós possamos ter um pouco mais de tempo para dialogar, a gente consegue construir planejamentos a longo prazo.

Então, nesse sentido, a gente deixa aqui essa possibilidade, se vai ter outro momento. Eu até sugeriria que fosse, talvez, um espaço na própria Rondônia Rural Show. Eu acho que é um espaço propício para isso, todo mundo está lá. A gente até faz uma sugestão, se tiver empresas que trabalham com equipamentos, tecnologias voltadas para a castanha, que se convide e venha expor na Rondônia Rural Show, um espaço onde a gente possa conhecer essas novas tecnologias que se tem em nível nacional e até mundial.

Então, um pouco nesse sentido, um pouco meio propositivo, se nós teremos um novo espaço onde nós

possamos sentar com todos esses atores da cadeia produtiva e possamos traçar um planejamento em que cada um, dentro do seu setor, possa contribuir. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Muito obrigado, Adalto. Eu acho que, como eu disse, a Câmara Setorial vai identificando os seus gargalos de situação que ela vai precisar discutir como traz mais para ela.

Haddad.

O SR. PAULO RENATO HADDAD – Só fazer um registro, Presidente. O Idaron tem um técnico especialista em castanha, um dos melhores do Brasil, formado desde “1900 e bolinha”, e ele nunca foi demandado. Nunca. Nós não temos um laboratório de castanha, nós temos um dos melhores técnicos do país e ele nunca foi demandado.

Então só para registrar para que a gente vá pensando essas coisas aí para frente.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Por isso eu volto a registrar a importância deste momento em que nós estamos aqui. É histórico para o setor produtivo, para a cadeia produtiva da castanha esse momento. Porque tu vais acabar identificando várias situações. E aí, eu vou massificar aqui a questão da câmara setorial, que é nova, vai estar discutindo, nesse momento, tudo isso vai desaguar lá com vocês, não é? Porque nós acabamos, Adalto, não tendo todo o tempo. Aqui nós somos um provocador, a gente vai provocar, receber os encaminhamentos e vamos tocar para frente. Mas aqui, como nós debatemos diversos temas, hoje nós estamos falando da cadeia produtiva da castanha, mas nós sentamos aqui para discutir a produção do leite também, que é um gargalo no Estado de Rondônia. Daniel disse que quando ele era deputado, 30 anos atrás, (risos) mas que o tema continua sendo discutido, não é? Situações como trouxe aqui o colega Edjales, da questão ambiental e “n, n, n” propostas. Nós discutimos aqui. Então é importante ir encaminhando isso para os setores que discutem. Como eu disse, a Sedi, nós temos a questão do desenvolvimento, vai desaguar lá, com eles. Eles vão ter mais condições de fazer esse debate. Importante, viu, Haddad, a tua manifestação.

Queria convidar para a fala e último debatedor desta Audiência Pública aqui, da plenária, que também é autor dessa provocação, que conseguiu nos convencer para que nós estivéssemos aqui no dia de hoje: Rossoni, com a palavra.

O SR. ROSSONI RODRIGUES REIS – Boa tarde a todos. Como já foi dito por vários colegas aí, eu serei bem sucinto na minha fala e, primeiramente, gostaria de agradecer ao Deputado Ismael Crispin pela receptividade, pelo apoio; o meu eterno Deputado Daniel Pereira e governador, por ter absorvido com muita facilidade, já era um entendedor do assunto. E vou ser meio rápido no que eu tenho a dizer, mas porque todo mundo falou em coisas que a gente veio à procura.

E a gente — meu nome é Rossoni Rodrigues Reis, minha filha Giselle —, nós temos uma empresa em Rondônia, Porto Velho, que se chama Castanha Amazônica. E quando eu entro no mercado da castanha, eu fui com a minha família para o mato, moro, tenho como sede em Vista Alegre, em Extrema; temos uma sede em Boca do Acre; e compramos

castanha, que eu ouvi a reclamação do irmão índio que disse da dificuldade.

Quando eu fui iniciar na castanha, todo mundo cobrava para levar o castanheiro no mato, cobrava para buscar castanha no mato. Introduzimos uma forma diferente de trabalhar. Receber o castanheiro, tratar bem. Que eu sou oriundo da pasta e introduzi isso. Tratar bem. Hoje temos uma estrutura grande, graças a Deus. Tenho... **(ininteligível)**..., o amigo Ricardo, ao chegar, investiu para que a gente tivesse essa estrutura, porque eu sempre disse: a dificuldade é tirar a matéria-prima.

E fazer uma colocação, não me veja como se eu não me importasse com o castanheiro, porque sem ele eu não vou existir, as empresas não existirão. O castanheiro está muito bem, diga-se de passagem. Hoje uma lata de castanha custa R\$ 55,00. Nós estamos pagando. Porém o castanheiro precisa da associação indígena, das associações organizadas, para ajudá-los a administrar o que ganha; porque um cidadão bom de serviço, os irmãos índios sabem, quebra 10 latas de castanha por dia. A R\$55,00, são 550 contos. Porém, não tem a digestão, não tem administração.

O que eu procuro fazer? Eu e minha família. Quem passar por lá vai ver eu bater lata, ajudar a carregar caminhão. E não é falsa modéstia, não é me valorizando, mas fazemos isso. Assim conquistei o mercado, conquisto as pessoas. Tenho trabalhado dignamente. Trabalhar, pagar com honestidade. O que nós precisamos é que o poder público nos ajude a nos organizar. Nos tragam essas condições. Como eu consegui convencer o empresário, o amigo ali conhece, sabe que o Ricardo é um dos grandes, um dos maiores compradores de castanha, investidor, para vir para cá. Para isso, nós precisamos que o Estado contribua com a gente. Eu ouvi o senhor falando sobre a facilidade de cadastrar. Importantíssimo, para que isso seja tudo regularizado.

O Ricardo não falou, irei, em nome dele dizer: o Ricardo tem uma empresa há 25 anos, no nome dele, da esposa, as empresas que ele está abrindo são filiais, não estão nada diferentes. Então, eu fico grato, estou muito feliz e emocionado também, porque eu acredito que isso não vai acontecer: isso já está acontecendo; não vai dar certo, já deu certo.

Então, nós precisamos dessa união, nós saímos daqui, as associações que têm, as tribos, todo mundo; nós nos unirmos, porque a castanha, o mundo quer a castanha. A dificuldade de tirá-la da floresta não vai acabar. Agora, nós precisamos amenizar. Facilitar o máximo possível, porque o castanheiro está vindo para a cidade e os filhos não estão querendo vir. Hoje fazemos uma campanha. Eu busco onde tiver de buscar, eu digo: quebre, que eu ajudo a tirar. Quebre, que eu ajudo a tirar. Fiz e em todos os anos faço uma premiação. A melhor... A cada 10 latas de castanha, dou um cupom, vai ganhar uma moto. Não baixa preço. O preço é o preço que está. Então, o senhor, que é da Secretaria, quando saímos com a castanha, saímos com ela totalmente legal, declarada. E a gente quer que facilitem, de uma certa forma, que o poder público nos veja, porque nós somos, hoje, invisíveis. É um poder que é muito bom. Marcelo esteve visitando a nossa empresa, viu lá eu e minha filha trabalhando. E eu preciso da castanha, eu preciso da selva, eu preciso que isso continue e preciso que todo mundo esteja bem. Eu preciso que o castanheiro melhore

de vida. Aquele que mora num casebre, ele está faltando gestão, nós precisamos orientá-lo a não gastar o dinheiro, e assim fazem as associações organizadas, faz parte disso.

Então nós estamos à disposição onde estamos. A estrutura que temos hoje é para melhora. O mercado é oferta e procura. O ano que não tiver castanha, o preço vai lá em cima; o ano que tiver muita castanha. Aquele que está comprometido e vive da castanha irá comprar todos os anos. Eu como, bebo, durmo e visto castanha. Então, eu estou muito feliz com o que está acontecendo. Espero que isso seja só o início de nossas intenções, que nós cheguemos ao objetivo. Eu fico muito grato a todos, em nome de minha família, em nome do Ricardo, em nome do deputado, em nome de todos que aqui estão. Muito grato a todos. E são todos convidados, no dia que passarem dentro das estruturas que temos, se fizerem presentes, serão bem-vindos. Muito obrigado a todos, uma boa tarde.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR – Deputado, me dê só a vênha de ...

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Fique à vontade.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR – Do senhor não preciso falar, porque o senhor nos provocou, mas conte com a Receita Estadual, sou do quadro; independentemente de cargo, nós vamos, no tempo que temos ainda, Secretário Luís Fernando tenho certeza que vai assinar embaixo. E nós contamos com a pressão do deputado para gente sair dos gabinetes e ir lá trazer a cidadania para os extratores. Nós vamos contar com a Sedam, que está lá em primeiro plano, dentro das Resex, Seagri e todos os órgãos estaduais e municipais e federais que estejam na temática, nós vamos tirar do papel, deputado. Essa ida a campo com nosso chefe tributário, tá? Mas eu só queria externar que, realmente, é muito emocionante seu depoimento, de quem tem coragem de empreender, e não é fácil não, viu? Nós aqui até, eu como servidor, até estou na covardia, que não fui ser empreendedor, mas a gente tem que reconhecer quem paga nosso salário é quem dá um depoimento desses.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Obrigado. O senhor pediu a palavra.

O SR. ROSSONI RODRIGUES REIS - Obrigado, Senhor Secretário.

O SR. SANDRO SOUZA DA SILVA – É só uma sugestão, deputado, foi uma das questões que vários comentaram aqui, foi sobre acesso a crédito, que é uma das grandes dificuldades que o castanheiro, que o extrativista tem. Então eu quero colocar uma demanda, Daniel, para o Sebrae. O Sebrae, não tem muito tempo que ajudou na constituição de uma SGC (Sociedade Garantidora de Crédito), de fundo garantidor de crédito, e hoje um dos grandes gargalos para o extrativista acessar crédito é garantia. E a SGC pode ser uma oportunidade para operar crédito com comunidades tradicionais, enfim. E, inclusive, Edjales, a Conexsus quer investir. Já fomos procurados para a gente criar um instrumento, uma estrutura dessa. Eu falei: "Olha, nós já temos o Estado com o apoio do Sebrae.

Porque não a Conexsus investir na SGC, que já existe?”, e para isso, Daniel, gostaria que, através, da tua articulação, a gente pudesse fazer isso acontecer. Investir para que indígenas, castanheiros em geral e cooperativas possam acessar crédito e tendo garantia do fundo garantidor.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Perfeito.

O SR. PAULO RENATO HADDAD – Me permite, Presidente? Até mesmo uma intercedência junto às instituições financeiras para que a própria castanheira seja dada em garantia quando necessário e quando possível. Essa é uma reivindicação antiga do RECA, porque reconhecem o gado como garantia, mas não reconhecem os outros itens da floresta, não é?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Perfeito. Eu recebi aqui vários encaminhamentos que vou destinar a cada setor responsável. Queria só reiterar que nós estamos colocando o nosso gabinete à disposição dos senhores. Aqueles que quiserem, “Ah, eu quero fazer de forma oficial”, encaminhe para o nosso gabinete. Nós vamos estar à disposição para poder provocar cada segmento dentro daquilo que nós tratamos aqui hoje. Me colocar à disposição aqui, Isabela, da câmara setorial, porque eu entendo que vão desaguar situações aqui que nós vamos precisar estar conversando junto. Não sei como são os assentos lá nessa câmara, de onde vêm as pessoas para o Conselho, mas é importante também nos encaminhar essa informação para que a gente possa provocar o todo disso aí.

O importante aqui, Rossoni, Ricardo e todos que estiveram participando conosco, nós tivemos aqui uma provocação do Estado de Rondônia que perpassa os nossos limites. E eu vou provar isso para vocês. Com a palavra o nosso Superintendente do Sebrae, o Daniel Pereira.

O SR. DANIEL PEREIRA – Bom, pessoal, enquanto a gente estava ouvindo aqui... Primeiro, nós não tínhamos a pretensão de esgotar todos os temas. Aqui era de começar. Nós tínhamos uma situação que a gente precisava encaminhar, que é essa questão tributária, até pela demanda que o Rossoni nos trouxe e as outras instituições que eu citei. E aí o Dr. Antônio Carlos já apontou o caminho aqui do que a gente fazer, não é?

E vejo que a gente pode e deve fazer um fórum o mais rápido possível pegando todos os temas que foram levantados aqui — e são muitos, não é? Tem uma questão de qualidade, tem uma questão de articulação internacional, tem a questão de crédito, que foi muito bem levantada aqui. O Sebrae, por exemplo, tem Banco do Brasil, Caixa Econômica, Basa e Cooperativas no nosso conselho. A SGC, a que ele se refere aqui, para quem não tem a informação do que é: é uma Sociedade Garantidora de Crédito Rondon. É uma instituição que nasceu para ver essa situação de quem não tem como dar garantias. E ela é a primeira da Amazônia. Já nasce com R\$ 2,5 milhões e ela tem uma capacidade de garantir cada real que você tem, ela tem capacidade de garantir R\$ 10,00. Nós vamos fazer uma agenda com as prefeituras, vê se a gente coloca R\$ 100 mil de cada município. Isso daria R\$ 52 milhões de crédito. Se o Estado colocar mais uns R\$ 10 milhões, dá mais R\$ 100 milhões de crédito. Então, a nossa ideia, nós temos

um estudo que a gente fez quando eu estava no governo, que a gente precisa mais ou menos, R\$ 300 milhões de microcrédito para poder tirar da linha, que estamos abaixo da linha da pobreza no Estado. Não sei se a pandemia agravou isso ou não. Então, são ferramentas muito importantes para você trabalhar isso daqui.

Mas, enquanto a gente conversava aqui, eu fiz um contato internacional. Um contato com o maior empresário do ramo de castanha da atualidade, que é da Bolívia, que é o Dom Augustin Vargas. Esse cara eu conheci em 2017. Nós resgatamos o Tratado de Petrópolis — que todo mundo sabe o que é — é uma relação Brasil-Bolívia para consolidar o território do Acre e a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Só que ela foi construída não para atender as necessidades do Brasil, foi para atender as necessidades da Bolívia, só que o produto da época deixou de existir o interesse econômico, a ferrovia também acabou. Só que em 2017, nós, 50 anos depois que os bolivianos levavam toda a produção deles para qualquer canto do mundo pelo Chile e pelo Peru, nós passamos a fazê-lo novamente aqui pelo Rio Madeira. Tanto com relação à madeira, que é de Guayaramerín, e castanha, que é de Riberalta. E o Augustin Vargas tem interesse, inclusive, já manifestou isso de vir para cá, trazer o *know-how* dele. Eu mandei uma mensagem para ele, pedi para ele mandar uma mensagem de áudio e ele mandou.

E eu lembro da gente falando no Acre, Edjales, eu fui no Acre, a primeira vez em 1996. Eu fui conhecer a cooperativa, em Rio Branco, e fui a Xapuri. Quem conduzia isso na época — eu era Deputado Estadual — e quem conduzia isso lá era um Deputado Estadual chamado Ronald Polanco, que hoje é do Tribunal de Contas do Acre. Nós estamos falando de 1996. Olha o tempo que esses caras estão na frente da gente. Uma vantagem: nós podemos ir lá e modelar, na neurolinguística, podemos modelar o que eles fizeram, sem cometer os erros que eles cometeram. E uma vantagem: o Manuel, que é o Presidente da Cooperativa, lá no Acre, que hoje é uma das maiores autoridade nessa matéria, os caras estão inteiramente à disposição da gente. Muito interessante isso.

Eu queria, então, colocar aqui o áudio do Augustin Vargas.

transcrição do áudio:

“Boa tarde, eu quero agradecer a possibilidade de poder mandar um “alô” para todos vocês aí, pelo encontro que estão tendo para poder falar sobre o tema da castanha. Tem que mencionar que a castanha é um produto único no mundo, porque não é um produto cultivado, é um produto nativo, é um produto silvestre e, como tal, creio que toda a Amazônia da América Latina, especialmente, do Brasil, Bolívia e Peru, tem que ter somente uma forma de falar para poderem fazer um fornecimento dentro do que o mercado internacional, porque ela tem que ser considerado como um produto privilegiado que Deus deu para todos nós. E é assim que nós temos que trabalhar, agora, sem olhar que nós temos uma fronteira, somente que a Amazônia é só uma na América Latina.

Eu quero saudar a todos, dar os parabéns e que Deus ilumine todos, que nós possamos vender o produto, que é um regalo de Deus, porque ninguém plantou, ninguém cuidou, nós só vamos e pegamos o coco da mata. Então, nós temos que ser muito agradecidos por isso. Um abraço, meu querido

amigo, para todos.”. **(áudio em espanhol, traduzido para o português)**

Então, essa é a fala do maior empresário do mundo atualmente com castanha, que é o Augustin Vargas, e esse cara tem uma consciência de que não é um concorrendo com o outro, um destruindo o outro que a gente vai crescer. Muito pelo contrário, a gente precisa de um ajudar o outro. E a gente está conseguindo fazer isso muito bem com o cacau, está conseguindo fazer muito bem isso com o café e com outros produtos também. Acho que a gente já tem, inclusive, um modelo para a gente pegar e seguir. E, diante disso, nós estamos construindo — nós, Sebrae —, estamos construindo com a Bolívia e o Peru, algumas agendas, inclusive uma agenda internacional de turismo. E acredito que nós poderíamos copiar a Semana Internacional do Café e fazer aqui, em Rondônia, o mais rápido possível, a Semana Internacional da Castanha, trazendo a experiência da Bolívia, trazendo a experiência do Peru. Nós iríamos sediar isso, daria destaque internacional, e nós só teríamos a ganhar, porque os melhores do mundo iriam somar junto com a gente aqui e trazer a experiência deles. E aí, quem for esperto, aproveita e copia.

Se quiserem fazer, e não é difícil para fazer, é custo baixo, as próprias empresas se autofinanciam nesse processo. É apenas uma questão de organização. E o Sebrae fica aqui inteiramente à disposição para a gente ajudar nessa agenda. Obrigado, Presidente. E foi um prazer ter estado juntos, aqui, evidentemente, que agora com muito mais responsabilidade, porque antes a gente não sabia que podia. Agora, a gente sabe que pode, e se a gente sabe que pode, a gente tem que agir.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Por fim, eu quero agradecer a todos os senhores que atenderam o chamamento. Agradeço carinhosamente ao Rossoni que foi e teve a felicidade de fazer a provocação; o Ricardo, que saiu lá do Estado de São Paulo e veio mostrar a boa vontade do empresário, do empreendedor e da indústria com o Estado de Rondônia com relação ao tema. Quero agradecer ao Governo do Estado de Rondônia que tem, aqui, na pessoa do Antônio Carlos, do Diogo, do Avenilson, os seus representantes. Tenho certeza que somado a tudo isso, nós, com certeza, iniciamos aqui uma grande caminhada com um passo extraordinário. Dessa forma, recebam a minha gratidão. Mais uma vez coloco o nosso gabinete à disposição. Agradeço a minha equipe que trabalhou para que nós pudéssemos realizar esse evento olhando para o futuro do Estado de Rondônia. Minha gratidão.

Então, invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense agradeço a presença dos componentes da Mesa Diretiva, a presença de todos que acompanharam essa ilustre solenidade, declaro encerrada esta Audiência Pública desejando a todos um excelente dia.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 13 horas e 13 minutos)

12ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE O TURISMO DA “PESCA ESPORTIVA” EM RONDÔNIA

EM: 29.11.2021

INÍCIO: 15h42min

PRESIDENTE: SR. JAIR MONTES

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jair Montes, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para discutir o turismo da pesca esportiva em Rondônia.

Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, no YouTube e pela TV Assembleia, canal 7.2.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jair Montes, 1º Secretário da Assembleia Legislativa e proponente desta Audiência Pública.

Excelentíssimo Senhor Gilvan José Pereira Júnior, Superintendente Estadual de Turismo - Setur.

Excelentíssimo Senhor Daniel Pereira, Superintendente do Sebrae.

Senhor Ricardo Alexandre, Chefe Substituto da Divisão Técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - Ibama.

Senhor Marcos Trindade, Chefe de Fiscalização de Proteção Ambiental, representando a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - Sedam.

Senhor Cláudio Higashi, Conselheiro da Federação do Comércio de Rondônia - Fecomércio.

Senhor Jorge Chaves, Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Bolívia.

Neste momento, Sua Excelência, o Deputado Estadual Jair Montes procederá à abertura desta solenidade.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Boa tarde a todos e a todas. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para discutir o turismo da pesca esportiva em Rondônia.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Neste momento, eu convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Céus de Rondônia (letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Melo e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podeis assentar. Nós também gostaríamos de agradecer a presença nesta Casa de Leis do Senhor João Batista Cordeiro, gerente de pesca da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - Sedam e a Senhora Márcia Dunice, turismóloga da Superintendência Estadual de Turismo - Setur.

Devolvemos a palavra ao Deputado Jair Montes para conduzir a presente Audiência Pública.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Em primeiro lugar, uma boa-tarde a todos, uma boa-tarde a todas. Boa tarde às

peessoas que estão de maneira presencial na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, àquelas que estão de maneira virtual e àquelas que estão nos acompanhando via TV Assembleia e o canal do YouTube da Assembleia Legislativa.

Já deu para notar que não é uma Audiência com bastante público. Mas o que é mais importante aqui, Daniel, é que ela seja produtiva, e aqueles objetivos que ora nós estamos pleiteando, que eles saiam daqui com grande sucesso. Então, isto é o mais importante em uma Audiência Pública: que nós possamos dar o encaminhamento correto e também ter a celeridade e que as ações daquilo que nós propormos, elas possam se concretizar no final.

Eu quero aqui agradecer a todos, em especial ao Daniel Pereira, que foi um dos incentivadores, através dele e pelo Sebrae. Com certeza a demanda é grande, não é, Daniel? Deve ter recebido muitos pedidos. E também é o sonho de nós criarmos o nosso corredor da pesca esportiva, não só no Estado de Rondônia — nós já temos aqui representante até do nosso querido país vizinho, Bolívia —, mas que se estenda, além de Rondônia, que se estenda ao mundo. Com essa pandemia, nós estamos aprendendo muitas coisas. Uma delas é que as pessoas estão consumindo mais. Muitas pessoas, Secretário, guardavam o dinheiro imaginando que eram imortais, não usufruíam da vida com nada. Hoje em dia, você vê as pessoas andando mais, viajando mais, desestressando mais e a pesca esportiva é um ótimo... Então, você tem hoje os países europeus, os americanos... E quando eu estava ali passando por Manaus um tempo, Daniel, antes da pandemia, e ali eu nunca vi tanto japoneses, tanto chineses, americano... Eles vinham fazer o quê? Pesca esportiva ali no Amazonas. Então, por que Rondônia, que tem esse potencial todo, a gente não consegue aproveitar?

Então, este é o momento de nós darmos uma nova guinada a essa modalidade, que por ela, hoje, nós temos muitos turistas vindo de fora para cá. Nós não sabemos quando chegam, quem são, nós sabemos que vêm. Nós não temos esse controle, infelizmente. Então, pensando nisso, a gente propõe essa Audiência Pública para que nós possamos transformar o nosso Estado e também começar por Jaci-Paraná como a Capital Esportiva do Turismo da Pesca Esportiva em Rondônia.

Eu quero aqui agradecer a presença de todos. Aqui tem o jornalista Fábio Camilo, obrigado pela sua presença; Lauriane também, da Associação Comercial; temos aqui o Hércules Góes, parabéns. Por muitos anos fez grandes eventos internacionais. Com esta pandemia deu uma parada, mas vai retornar, com certeza. Seja bem-vindo de novo a Rondônia, você é um grande incentivador do turismo do nosso Estado.

E a gente vai já começar dando aqui a voz e a vez ao Presidente, o nosso anfitrião, que está aqui conosco, Senhor José Chaves, Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Bolívia. O senhor pode usar aí, pode usar a tribuna, o senhor pode ficar à vontade. O senhor tem o tempo necessário daquilo que for necessário. O senhor pode ficar à vontade.

O SR. JOSÉ CHAVES – Boa tarde. Quero saudar o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jair Montes, que preside esta Audiência; o Excelentíssimo Senhor Gilvan José Pereira Júnior, Superintendente Estadual de Turismo; o Excelentíssimo Senhor Daniel Pereira, atual Superintendente

do Sebrae, Ex-Governador de Rondônia e um grande amigo pessoal, também embaixador na Bolívia de maneira honorífica; Senhor Ricardo Alexandre, Chefe Substituto da Divisão Técnica do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente — Ibama; o Senhor Marcos Trindade, Chefe de Fiscalização e Proteção Ambiental, representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental — Sedam; o Senhor Cláudio Higashi, Conselheiro da Federação de Comércio de Rondônia (Fecomércio); e as pessoas que estão assistindo esta Audiência; aos amigos também que conhecemos, que vemos caras conhecidas aqui; e a todos que, ademais, de maneira virtual, estão assistindo este evento.

Eu quero agradecer primeiramente o convite por parte do 1º Secretário, o Excelentíssimo Deputado Estadual; ao mesmo tempo o nosso querido amigo doutor Daniel Pereira.

Para mim, é uma grande honra estar aqui presente diante de vocês. Eu trago as saudações de parte de nossas autoridades da Bolívia, com quem nós tivemos a oportunidade de falar sobre o evento. Em muitos casos, fizemos chegar os convites de parte da Audiência, e algumas autoridades principais do Departamento e do Estado não conseguiram chegar por causa da logística. Hoje, tem muito problema lá na Bolívia para chegar até a fronteira. Mas, socializando a ideia, tem uma abertura por parte da Bolívia para fazer um turismo binacional, integrando, como bem falou o doutor Daniel, um rio que não nos separa, mas nos une, o rio Mamoré, o qual nós temos em comum; e o rio Guaporé, para vocês, e para nós é o rio Iténez, é o mesmo rio com diferente nome, mas tem um grande potencial para unir ainda mais as duas nações irmãs.

Temos falado muito tempo sobre a importância do relacionamento Rondônia-Beni, pois eu mesmo venho acompanhando aproximadamente duas décadas, desde os primeiros comitês de fronteira e os consórcios de integração, as mesas de irmandade, que também o doutor Daniel faz parte, e tudo quanto pode ser um potencial de irmanamento. Para nós, vemos sempre com bons olhos, vemos com muito entusiasmo e alegria o potencial que temos aqui de construir alianças cada vez maiores entre Bolívia e Brasil. E particularmente entre os Estados vizinhos de Rondônia e Beni.

E quando o doutor Daniel foi Governador, se firmaram com o Beni, tanto o Legislativo como o Executivo, entre os governos, que permitiram criar uma aproximação com uma base com sustento jurídico de ambos os países entre as regiões de fronteira. E geralmente, esse irmanamento é feito pelas chancelarias porque é parte das competências constitucionais de ambos os países. Mas, temos muitos assuntos que ficam em segundo e terceiro plano, que não podem ser expostos sempre lá na sede de governo, capitais dos Estados. Este é um deles. Um tema de aproveitar a riqueza natural com que Deus abençoou a região dessa fronteira. Por isso, eu acho importante partirem essas ideias daqui, primeiramente do povo que é fronteiriço, como Rondônia e o Beni, Guajará e Guayaramerín, o rio que faz parte dessa fronteira e permitir depois envolver os governos nacionais de ambos os países.

Eu quero, para não estender muito, primeiro felicitar, doutor, a ideia que já foi bem discutida conosco, inclusive na sua visita lá na Bolívia, sobre esse grande, grande potencial que tem para trazer o turismo e trazer riqueza e irmanar mais os dois países.

Eu quero deixar, também, uma proposta, que também foi discutida com o doutor Daniel com a Assembleia, a última vez que nós estivemos aqui, e eu acho que está sendo muito bem recebida pelos governos regionais e, também, pelo governo nacional da Bolívia. Imagino que vai ser o mesmo, também, com o governo federal. É uma pequena ideia que eu quero que venha tomando o corpo necessário para trazer também, dentro desse mesmo marco, doutor, Presidente, uma riqueza importante no turismo, na aproximação dos povos, no irmanamento. A ideia é a criação da Rota da Borracha. A Rota da Goma, para nós, os bolivianos. Para vocês é a Rota da Borracha. Que isso faz parte da história mesma, das bases mesmas deste Estado e de nosso Departamento, que faz parte da riqueza cultural, histórica, que nós temos em comum. Lá no final do século XIX, início do século XX, a extração da borracha significava a principal fonte de ingresso de riqueza para esta região. Num momento da história, isso nos dividiu. Faz parte da guerra do Acre, também, mas, hoje, isso tem que ser o momento de irmanar, de trabalharem juntos, unidos, e fazer as coisas, deixar uma vida melhor para nossos habitantes, melhorando a qualidade de vida e a dignidade deles nesta região.

Eu quero propor essa Rota da Borracha, Presidente, aqui na Mesa, para que fosse assentado também e possa ser construído entre ambos os Estados, entre ambas as regiões. E a ideia é resgatar a cultura, que nasce lá uma população chamada Cachuela Esperanza, que está a apenas 45 quilômetros perto de Guajará-Mirim, e era a sede, a base, da extração de borracha, da seringa, do industrial boliviano Nicolás Suárez, que para a Bolívia, em um momento da história, significou mais de 70%, 80% dos ingressos fiscais da Bolívia. O imposto que ele pagava, que era perto de 3%, se eu não estou errado, para a Bolívia significava 80% do gasto fiscal de todo o país.

Essa extração saía por aqui. Saía por Rondônia, saía pelo rio Madeira, Amazonas, e hoje temos uma grande oportunidade de dar uma visão turística para tudo isso, trazer o turista estrangeiro: europeu, americano, de todo o lado, para conhecer onde começava a estrada de ferro e onde ela terminava, e qual era o produto que era resgatado pelos grandes vagões que foram utilizados depois da construção da estrada de ferro. Essa construção custou para os Estados que foram envolvidos neles, acho que entre 6 mil e 10 mil vidas. Talvez não tenha um dado muito preciso, mas é hora de dar honra para todos eles e *hermanar* ainda mais os povos da Bolívia e do Brasil.

Eu só quero deixar humildemente essa proposta, permitir, neste evento, neste cenário e nos próximos que poderão ser criados firmar algum convênio para essa construção e fazer essa implantação turística da região. Temos muitos, muitos temas mais seguramente na Bolívia, no Brasil; o sonho da ponte internacional Guayamerín-Guajará-Mirim e muitas outras coisas, mas hoje, neste importante evento, eu quero deixar esse tema diante de vocês, hoje na mesa. Mais uma vez, agradecer muito a todos vocês, Presidente da Audiência, doutor Daniel e as demais pessoas que estão acompanhando a palestra. Muito obrigado por tudo. **(discurso em espanhol, traduzido para o português)**

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, senhor Jorge Chaves. Para nós é uma honra muito grande recebê-lo na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Eu tenho um vídeo aqui, depois vou tentar repassar para vocês.

Eu preciso só, como eu passo pelo WhatsApp, traz o número para mim que eu já mando aí, depois a gente vai passar um vídeo aqui da Cachuela. É isso mesmo? Que é a Cachuela Esperanza, é isso? Cachoeira Esperança, não é? Lá do século XX. Então, se me passar o número do WhatsApp eu já mando para vocês.

Com a palavra o senhor Claudio Higashi, conselheiro da Federação do Comércio de Rondônia – Fecomércio.

O SR. CLAUDIO HIGASHI - Boa tarde a todos. Cumprimos a todos aqui da Mesa de maneira, através do Deputado Estadual Jair Montes e os demais, para a gente ganhar tempo aqui.

Explicar um pouco do Projeto Porto Velho Sport Fishing, que foi criado em 2017, com intervenção aqui, principalmente, do nosso governador, na época, Daniel Pereira. Mas, contar um pouco dessa história, em poucas palavras aqui, quatro anos, mas quatro anos muito intensos. O Projeto já atingiu locais que a gente não esperava que a gente fosse atingir com tanta rapidez. Então, é um projeto que nasceu da intenção de preservação da nossa natureza, da nossa Amazônia e correu para o turismo. Não tem casamento perfeito quando você consegue a sustentabilidade com preservação. Mas, deixar bem claro aqui, como nós estamos tratando de uma Audiência para o futuro desse setor, primeiro vem a preservação, depois a exploração. Então, sempre essa foi a finalidade, esse foi o propósito. Primeiro nós vamos pensar na manutenção, na preservação da natureza. Mas, por que não explorar comercialmente e trazer riqueza para o nosso Estado?

Então, esse é o fundamento principal do Porto Velho Sport Fishing, que vai crescer para Rondônia Sport Fishing. A gente está colhendo devagar, montando um projeto aqui dentro de Porto Velho, que é cercado por diversos rios, para depois alcançar a excelência e, quem sabe, partir para os demais.

Fico contente com a presença aqui da representação da Bolívia. A gente tem um potencial muito grande de pesca na Bolívia. Eu, particularmente, já estive algumas vezes no Guaporé, na região de Vilhena, e, por incrível que pareça, nós temos uma pressão de pesca e, às vezes, até uma predação por conta irresponsável de usuários da pesca, e o peixe se localiza do outro lado. Como nós não temos um tratado hoje, é incrível, mas você está no mesmo rio, do lado brasileiro você tem dificuldade; se você atravessar para o outro lado, tem muito peixe. A gente já não faz isso porque a gente não tem uma parceria regulamentada. Ou seja, o peixe já se esconde do outro lado, porque ele sabe que tem a preservação.

Então, é isso que a gente está preocupado. Nós temos uma perda muito grande no Guaporé, que a gente não conseguiu recuperar devido a gente não ter conseguido cuidar dessa natureza antes de ela sofrer. Então, é o que a gente está tentando fazer aqui em Porto Velho com a criação dessas usinas. Criar alguma área restrita onde a pesca passe a ser somente a pesca esportiva, mas, novamente, de modo algum tirar sustento de ninguém. Então, eu acho que a coisa tem que ser feita a quatro mãos, bem pensada. A intenção é que, realmente,

os pescadores que vivem do rio continuam pescando de maneira regulamentada. Nós já estivemos na Sedam, numa conversa muito boa. Os pescadores tradicionais, aqueles que usam a rede com o chip, usam a tua rede, o teu local apropriado, tem espaço para eles.

O nosso sonho, como já acontece no Jaci, é que aconteça a migração natural, ou seja, esses pescadores artesanais venham para o turismo naturalmente, eles entendam que esse peixe no rio vai render muito mais para ele do que ele capturado. Mas, nada disso vai ser imposto por ninguém. Eu acho que isso vem através de um processo natural de qualificação, o qual nós já começamos. O Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) tem o único curso de condutores de pesca esportiva do Brasil. É um curso regulamentado pelo Senac. Então, nós já temos esse curso aqui, que inclusive está sendo copiado por outras regiões do norte. O Senac é uma entidade nacional e ele tem essa cooperação com outros Estados e nós estamos incentivando que isso aconteça para qualificar e para que a gente tenha, realmente, essa reversão do pescador artesanal, do pescador predador para a pesca esportiva, para que a gente possa ter isso durante muitos e muitos anos, por muitas gerações.

Então, esse é um pouco do projeto que a gente quer implantar, a gente vem implantando com o apoio de todos, inclusive, essa Casa aqui, na época do outro mandato já iniciou essa ajuda com panfletos, com material farto, que a gente usa até hoje. Inclusive, esse material que vocês estão recebendo do Porto Velho Sport Fishing foi através de uma Emenda dessa Casa. Atualmente, o Deputado Alan Queiroz também está nos apoiando com algumas situações e agora o Deputado Jair Montes abrindo essa Audiência Pública.

Então, esta Casa sempre apoiou esse projeto e eu vejo que ele pode trazer muitos benefícios para a nossa cidade. Nós não precisamos de um novo aeroporto, nós não precisamos de uma rede hoteleira, nós não precisamos de novas estradas. Nós precisamos só da divulgação e da preservação da natureza para o pescador chegar aqui. Está tudo pronto. A natureza nos beneficiou, então, nós temos que aproveitar.

Para finalizar, eu gostaria de salientar um outro ponto, que é a Portaria 91, e ela trouxe uma regulamentação para as reservas estaduais e federais. Porto Velho é cercada, Rondônia é cercada de reservas. E essas reservas, com certeza, têm mais peixes, eu conheço algumas, conheço Cuniã. Fomos mês passado no Cuniã. Devido ela estar lá totalmente preservada, elas têm um potencial enorme de turismo, não somente para a pesca, mas para um turismo de passeio, de apreciação, mas a pesca tem um potencial enorme nessas reservas. Então, Rondônia tem tudo isso. Porto Velho, mais ainda e tudo colado na cidade. Essa é uma grande vantagem que Porto Velho tem. Nós estamos colados aqui no aeroporto e, se o turista quiser, em cinco minutos, nós colocamos ele para pescar. Do aeroporto até a beira do rio são cinco minutos. Ele pode vir pronto que a gente coloca ele para pescar. Isso não existe em nenhuma capital do Brasil. Se pescam longe, porque os rios, ao redor, das grandes cidades potenciais de pesca, já estão poluídos, já tiveram muita predação de peixes. Porto Velho ainda tem isso.

Então, essa é a mensagem que eu gostaria de deixar e agradecer essa oportunidade aqui em nome da Fecomércio, do Sistema Fecomércio, Sesc, Senac e todos os apoiadores do projeto Porto Velho Sport Fishing. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, senhor Cláudio. Foi muito importante, por isso que eu falo, pela manhã nós tivemos aqui uma Audiência Pública para tratar do extrativismo da questão da castanha-do-brasil - não é do Pará, é castanha-do-brasil. E foi muito importante, foi muito produtiva. E a gente, Hércules, a gente só sabe o que está acontecendo quando somos procurados. Então, a mesma coisa a pesca esportiva. Então, nós não estamos começando do nada, nós já temos, não é isso, Daniel? Nós já temos já pessoas trabalhando, desenvolvendo e o que o senhor falou é muito importante, coisas que a gente não sabe vai aprender agora. O cidadão, do aeroporto de Porto Velho até a beira do rio são cinco minutos. Interessante demais, muito importante. Então, é para isso que essa Casa é o meio, esse é o caminho que eu falo, nós precisamos, cada vez mais, fomentar. É muito importante, estar aqui o Secretário do Turismo do Estado, porque através dele nós vamos ajudar naquilo que for possível com as nossas Emendas para poder chegar naquilo que nós queremos chegar.

Eu quero aqui parabenizar a visita também e aqui a presença do senhor Rubens Suruí, o Rubens é representante indígena e gerente de Desenvolvimento Sustentável Indígena da Sedam. Seja bem-vindo, Rubens.

Nós estamos preparando os vídeos para, daqui a pouco, passa. Enquanto isso, nós vamos ouvir o senhor Marcos Trindade, Chefe de Fiscalização da Proteção Ambiental, representando a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental, Sedam. Marcos, é com você.

O SR. MARCOS DE SOUZA TRINDADE – Uma boa tarde a todos. Neste momento, eu cumprimento o Deputado Jair Montes, ao qual eu estendo a toda Mesa, aqui presente, ao público, aos técnicos e representantes aqui nesta Casa de Leis.

Recebo o convite, aqui, nesse momento, representando a Sedam, com muita satisfação, uma vez que nós temos um Estado muito promissor ao turismo e é algo que somos muito cobrados, do público, tanto dos ribeirinhos como do pessoal da rede hoteleira; as agências de viagens e turismo; as entidades representativas. Então, a Sedam é muito procurada por esse público, cobrando políticas públicas para que sejam mais enfáticas, para que pudéssemos ou podemos explorar algo que é tão grandioso em nosso Estado. Eu sou uma pessoa que anda muito neste Estado como Chefe da Fiscalização, então, eu tenho a competência de saber, em cada canto do Estado, todos aqueles recursos naturais recaem sobre os nossos ombros. Então, algo que nós damos muito foco é, justamente, ao setor pesqueiro, porque temos hoje algumas espécies ameaçadas de extinção e outras em potencial reprodução em locais que não são tipicamente deles. O ecossistema vem sofrendo ameaças tanto do ser humano, através de uma pesca predatória, como da própria natureza ao ingressarmos, ao inserirmos, na verdade, algumas espécies que não são nativas daquela localidade a exemplo aqui, amplamente discutido, a situação do pirarucu.

Temos alguns vídeos, deputado, aliás, na verdade, um vídeo e algumas imagens das nossas operações. Esse final de semana mesmo estava no Baixo Madeira. Conhecemos todas as bacias hidrográficas do nosso Estado, não digo todos os rios, porque são muitos, mas os principais nós conhecemos.

Nós temos direcionado - a Sedam - temos dado uma atenção especial no combate à pesca predatória, porque é como nós ouvimos muito "se não tem peixe, não vai ter turismo de pesca".

Então, prejudica todo um sistema. São investimentos, são pessoas que vivem daquilo. Então, combatemos massivamente a respeito disso. Agora, no último dia 15 entramos no período de defeso das espécies para reprodução, em que devemos garantir que venham a se reproduzir para que mantenhamos essa ictiofauna, tão robusta que nós temos aqui no Estado de Rondônia.

Deputado, se pudéssemos ver o vídeo, um pouco das nossas ações.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Vamos. O pessoal está organizando e assim que estiver pronto a gente vai passando, primeiro o da Bolívia e depois esse da Sedam. Já tem algum vídeo aí no ponto ou não? Ainda não, né? Então, a gente vai avançando e logo que...

Eu vou, então, ouvir agora o Senhor Ricardo Alexandre. Ele é Chefe Substituto da Divisão Técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – Ibama. E desde já agradecer a visita e a presença dele aqui conosco. Senhor Ricardo Alexandre.

O SR. RICARDO ALEXANDRE – Boa tarde. Quero cumprimentar todos os membros da Mesa na pessoa do Deputado Jair Montes, venho representando o Superintendente do Ibama/Rondônia, Antônio Vicente, ele me repassou essa missão de vir aqui hoje. Recebo com grande satisfação também essa proposta em cima do desenvolvimento de turismo de pesca com finalidade não predatória, que eu acho que é um ganho para o Estado, um ganho ambiental, principalmente.

Acredito muito no incentivo ao turismo, acredito muito na exploração não predatória dos nossos recursos. No caso em pauta, aqui, a gente vai falar de pesca, mas existem outras formas de turismo também, não predatórias, não madeireiros, observação de pássaros... Enfim, há uma série de outros, de turismo de aventura propriamente também.

Mas a gente, o Ibama, tem a missão de proteção ambiental, a gente trabalha com isso. No mundo ideal da fiscalização seria sair a campo e não se constatar ilícito. No mundo ideal a gente espera um dia alcançar isso. Mas, enfim, eu acho que essa discussão é muito válida. Temos todos um ganho. Nós que somos nativos de Rondônia, quem veio para viver em Rondônia e escolheu viver aqui, a gente tem que desenvolver de uma forma que se garanta a perpetuação das espécies, tanto de fauna, como a própria espécie humana que também ocorre na região. Está bom? Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado, Ricardo. Veio representando aqui o Ibama, como Chefe Substituto da Divisão Técnica do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente. Neste momento agora vamos ouvir o nosso Presidente do Sebrae, Ex-Governador do Estado de Rondônia, e também que nos procurou e nos pediu que realizássemos essa Audiência Pública, o senhor Daniel Pereira. Pode ir lá, fique à vontade.

Antes de o Daniel falar, se tiver alguém que está no nosso meio e, logo em seguida, que nós vamos encerrar os nossos convidados. E as pessoas que vieram conosco, se tiver alguém que queira usar a palavra, nós temos a nossa

cerimonialista, do Cerimonial, as mulheres de preto, vocês podem já colocar o nome de vocês para poder a gente dar a vez e voz.

O SR. DANIEL PEREIRA – Boa tarde ao nosso querido Deputado Jair Montes, presidindo esta Sessão, e saudar todos os componentes da Mesa, o Senhor Gilvan José Pereira Júnior, Superintendente Estadual de Turismo; o Senhor Ricardo Alexandre, Chefe Substituto da Divisão Técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – Ibama; o Senhor Marcos Trindade, aqui representando o Setor de Fiscalização da Sedam; o Cláudio Higashi, Conselheiro da Federação do Comércio e grande incentivador da pesca esportiva aqui em Porto Velho, Rondônia; meu amigo Jorge Chaves, muito nos honra a sua presença; e todos os amigos que estão aqui no plenário neste momento; nosso grande Hércules Góes, é uma figura lendária aí no jornalismo, nesse trabalho voltado à questão do turismo e a questão da Amazônia como um todo; nosso amigo Suruí — está diferente o "caboco", mas seja muito bem-vindo; e todos aqueles que estão nos vendo neste momento; o Vanderlei Oriani, que está aqui como Presidente da Associação Comercial de Porto Velho. Então, nós agradecemos inicialmente o Deputado Jair pela iniciativa e de se propor criar uma frente de apoio ao turismo no Estado de Rondônia.

A gente não consegue esgotar todas as possibilidades de turismo que nós temos a desenvolver. Eu quero parabenizar o Secretário Gilvan, inclusive vem fazendo um trabalho bastante interessante, somando com muito esforço; e o Deputado Jair teve a inspiração para fazer essa atividade quando ele aceitou um convite nosso para ir a Jaci-Paraná e conhecer pessoalmente o flutuante Karipuna, que é uma das muitas atividades que a gente tem ali naquela localidade, derivado da construção das usinas, ali com o impacto da usina de Santo Antônio.

Pois bem. O Sebrae, nós temos trabalhado ultimamente uma série de agendas. E essa agenda se dá com um projeto do Sebrae chamado Projeto LÍDER. E esse Projeto LÍDER se compõe de capacitação de lideranças locais. São 30 líderes formados na região de Cacoal e Pimenta Bueno e 30 na região de Ariquemes. Foi na primeira etapa do Projeto. E cada líder desse, cada grupo de líder desse, eles fizeram a opção de definir algumas áreas de atuação. E eles definiram a área de atuação em Governança, Agronegócio, Educação Empreendedora e Turismo, tanto a região de Ariquemes, quanto a região de Cacoal e Pimenta Bueno. E, em função disso, nós realizamos, ainda em 2019, o 1º Encontro Internacional de Turismo, com a presença de pessoas nossas aqui da comunidade, com a representação de uma professora da Universidade lá da Costa Rica, uma representante do Governo do Peru e um representante dos Estados Unidos, que, por curiosidade, quando era adolescente, pescava aqui nos rios de Rondônia. E é tão apaixonado pela terra que é casado com uma rondoniense, inclusive.

E nós fizemos esse Encontro em três etapas. Fizemos ele aqui em Porto Velho, fizemos ele Ariquemes e Cacoal. Então, fortaleceu muito essa agenda do Turismo. E agora este ano, agora recentemente, nós fizemos o primeiro *meeting* de Turismo da Amazônia. E novamente com a presença da Milagros Uchoa, que é a representante do Estado peruano, e a professora Lorena San Ramón, que é da Costa Rica. Por que Peru e por que

Costa Rica? Porque são os dois países que têm a melhor agenda de turismo hoje nos países latinos, são essas duas nações. Dois países com a natureza muito exuberante, mas com o modelo mais próximo daquele tipo de turismo que nós temos condições de desenvolver aqui, que é o turismo ligado às questões da natureza.

E tenho também tido a felicidade, conforme já foi citado aqui pelo Cláudio inclusive, de poder ajudar a trabalhar essas agendas. E eu citaria aqui... evidentemente que a gente tem muito mais potencial do que isso, mas eu acredito piamente que a gente precisa ter um atrativo principal.

Do ponto de vista histórico, a nossa primeira grande construção é o forte Príncipe da Beira, que está lá na divisa com a Bolívia, lá em Costa Marques. Nossa segunda grande construção é a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. E a terceira, acho que, de grande impacto, é a estrada BR-364.

Então, são momentos históricos que a gente tem. Mas convenhamos, eu acho um pouco difícil a gente trazer alguém da Europa só para ver o forte Príncipe da Beira, ou a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, até porque eles têm fortes que eles construíram por lá e estradas de ferro também que eles construíram por lá.

Nós acreditamos que o veículo principal para nós atrairmos turistas aqui são os recursos naturais e principalmente a pesca, que é algo que movimenta muito a economia, e no mundo todo, dos países centrais, das economias mais elevadas, as pessoas são apaixonadas por pesca. E nós temos um recurso e meios muito grandes para isso.

O Cláudio e um grupo de empresários enxergaram essa possibilidade, desenvolveram um produto pronto hoje. A gente tem aí gente do mundo todo. Por exemplo, há poucos dias em Jaci-Paraná, tinha dois australianos pescando. Australiano é especialista em pesca em alto-mar. E vieram buscar aqui na Amazônia pegar o pirarucu, que é o peixe que todo mundo está à procura. Há poucos dias, eu estava ali em Jaci, tinha cinco norte-americanos que vieram para pescar. Ou seja, nós temos potenciais aqui que nós que nascemos aqui ou que adotamos esta terra para morar não conhecemos.

Eu acho que a primeira grande missão nossa é fazer um inventário do que nós temos e como é que a gente pode construir isso.

E, com um pouco da experiência que a gente tem e o convívio com os nossos vizinhos, principalmente da Bolívia e do Peru, hoje a gente trabalha com a seguinte mentalidade: o processo aqui de Porto Velho já é um processo em andamento, já está bastante avançado. E nós acreditamos — inclusive trabalhamos isso nesse *meeting* de turismo que nós fizemos — em duas grandes agendas. Uma delas seria o corredor de pesca esportiva ligando os rios Guaporé, Mamoré e Madeira. O rio Guaporé nasce lá no Mato Grosso. Portanto, ele nasce próximo de outro ambiente famosíssimo no mundo, que é o Pantanal mato-grossense, inclusive muito rico em pesca, conhecido internacionalmente. E ele vai percorrendo até chegar a outro bioma extremamente rico e muito conhecido do mundo chamado Amazônia. E esse corredor, nós poderíamos simplesmente chamá-lo de “o maior corredor de pesca esportiva do mundo”. E se não for, a gente coloca esse nome, não tem problema, vai ser esse o nome, não é, Cláudio? Depois que a gente batizar, não vai aparecer outro.

Pois bem. Só que essa riqueza é compartilhada entre vários Estados brasileiros, e ela é compartilhada, inclusive com outros países. Você não tem como falar em construir uma agenda dessa nos rios Guaporé e Mamoré sem você envolver a Bolívia junto. Inclusive, eu me dei conta da falta de respeito que eu estava cometendo, em uma agenda que a gente fez em Santa Cruz, o Jorge estava presente, e eu levei um vídeo que o nosso governo tinha produzido. Só que eu fui mostrar para os bolivianos algo que não é nosso, brasileiro: é nosso e deles. Aí, a hora em que gente mostrava o vídeo, falavam: “olha, seguinte, do lado direito do rio é brasileiro, e do lado esquerdo do rio é boliviano. Então, um produto dos dois países.”

E quando a gente envolve o Madeira junto, a gente tem o rio Guaporé e o rio Mamoré. O Mamoré nasce lá na Cordilheira dos Andes. E o rio Madeira, um dos seus muitos afluentes é o rio Madre de Dios. Os peruanos inclusive chamam o rio Madeira aqui de rio Madre de Dios.

Então, é uma bacia hidrográfica composta por três países: Brasil, Bolívia e Peru. É muito interessante isso, você construir essas agendas. E ela envolve, aqui do lado nacional nosso, o Estado do Mato Grosso, envolve o Estado de Rondônia, envolve o Estado do Acre e envolve o Estado do Amazonas. Então, a gente já tem feito uma discussão boa com o Amazonas. Inclusive a diretoria do Sebrae Amazonas esteve na semana passada aqui inaugurando a unidade Humaitá, estivemos conversando sobre esse tema. E nós estamos indo até o Mato Grosso para conversar também com o Sebrae do Mato Grosso. Tanto o Sebrae do Mato Grosso quanto o Sebrae do Amazonas têm uma *expertise* de pesca esportiva vários anos à nossa frente. Um processo já antigo, etc. e tal, que não tem por que a gente ponderar aqui. O fato é: eles estão na nossa frente, e a gente não tem que ter nenhum tipo de vergonha de chegar lá e falar, “no que vocês podem ajudar a gente lá no Estado de Rondônia?” Inclusive, o Sebrae do Mato Grosso já se colocou à disposição e o Sebrae do Amazonas também.

E além desse citado corredor de pesca esportiva, que eu digo que é o maior do mundo — e eu espero que todo mundo saia daqui dizendo, porque aí vai se tornar uma verdade —, outro corredor que nós temos, que é pronto, é o rio conhecido... Tem um livro inclusive que trata sobre o rio da Dúvida (rio Roosevelt atualmente), que nada mais é do que uma história fantástica de um presidente americano chamado Theodore Roosevelt, que vem fazer uma viagem na Amazônia, e aí ele se encontra com o Coronel Rondon e eles vão navegar e mapear um rio que nunca tinha sido navegado. Isso, inclusive, em vários livros e vários filmes. Agora, há coisa de um mês, a HBO veiculou uma série de 4 capítulos: o “Hóspede Americano”, lindíssimo, muito bem feito, inclusive, pelo Bruno Barreto, um diretor de cinema brasileiro. Ficou muito bom o material. O papel do Roosevelt é feito pelo Aidan Quinn. E o Chico Díaz, que é ator nosso, de grande renome, faz o Rondon.

Então, o rio Roosevelt, que é um corredor fantástico, envolve o Estado de Rondônia, envolve o Mato Grosso, envolve o Amazonas. Por que eu bato bastante no rio Roosevelt? Primeiro, que ele envolve três municípios nossos, e a gente pode agregar um quarto. Ele envolve Vilhena, que é onde nasce o rio, ele envolve Pimenta Bueno, ele envolve Espigão. Lá nós temos a comunidade Suruí, nós temos a comunidade Cinta

Larga. E nós podemos agregar também a região de Cacoal, fazer um trabalho de aproximação ali. E é um produto pronto, que se você for aos Estados Unidos fazer uma propaganda do nosso potencial de turismo, eu simplesmente vou dizer: “meu amigo, vá fazer a rota que Theodore Roosevelt foi fazer há 100 anos”. Simples assim.

Então, a publicidade já está pronta. Eu coloco lá um vídeo, existem materiais diversos, inclusive um filme que nós ajudamos, o Governo do Estado de Rondônia, no período que nós estávamos no Estado, ajudou a bancar, inclusive, que trata, retrata simplesmente fazendo uma retrospectiva do Rondon e o Roosevelt visitando aqui a região e imaginando como ela é.

Então, a gente tem um potencial muito grande e a gente precisa colocar a mão na massa. E eu acredito que a atividade de turismo vai somar. Primeiro, há a necessidade de a gente fazer um resgate histórico do Estado. Boa parte da nossa população não conhece a riqueza histórica do Estado. A gente precisa conhecer. E a gente precisa conhecer, inclusive, os locais. Tem muita gente que nasceu aqui em Porto Velho e não tem a mínima ideia de onde fica o lago Cuniã, e menos ainda sobre a beleza que aquilo lá tem.

E a isso tudo a gente agrega essas possibilidades. Eu estive agora, acho que menos de 60 dias, qu:— não é, Jorge? —, nós estivemos lá na Bolívia, fomos visitar a Cachuela Esperanza. O que é a Cachuela Esperanza? Um dos empresários mais visionários do planeta, se somou a outro visionário do planeta que era o Dom Nicolas Suarez Calhaú, empresário boliviano e ele tirava, ele usava o rio Madeira para escoar a produção da Bolívia, antes de existir a Estrada de Ferro. Eu não sei como é que ele fazia isso, mas ele fazia. Depois foi construída a estrada de ferro, e, infelizmente, parece que o ciclo foi mais curto do que o período em que ele não tinha a ferrovia. Mas a grandeza dele se demonstra, até nós fizemos questão de deixar um vídeo ali de uns 4, 5 minutos, que é muito interessante a gente conhecer e eu faço um convite a quem está aqui e a quem está em casa, que vá ali à Bolívia, vá a Guayamerín, o Jorge está aqui — não é, Jorge? — como consultor, uns 40, 50 minutos, a estrada é muito boa. Eu já fui lá visitar e você vê a grandeza do trabalho que foi feito. E essa história, ela se junta à nossa história, não é?

Inclusive, nós estamos propondo algumas agendas. Hoje nós tratamos sobre a castanha, e a gente tem uma agenda a construir com a Bolívia e com o Peru. Brasil. O turismo. Então é uma agenda Brasil, Peru, Bolívia. Nós podemos, aí o nosso Secretário Gilvan pode liderar esse processo, fazer por exemplo, um encontro de gastronomia. Antes de ontem, abriu aqui em Porto Velho, inaugurou uma escola de gastronomia. Nós podemos desenvolver a gastronomia local, mas podemos trazer a gastronomia boliviana. Quem é que não gosta de uma saltenha, não é? E a gastronomia também que é fantástica, de primeiro mundo, que é a peruana.

Então são várias agendas, a gente pode construir e entre um almoço e outro, entre uma janta e a outra, a gente começa a fazer negócio. Foi por isso que os peruanos vieram com o Estado peruano, através do Ministério da Indústria e Comércio, vieram para cá em 2015, e nós fomos até a Bolívia em 2017, inclusive eu, vice-governador na época, fomos até o Peru, e 2018 o embaixador peruano à época e todos os cônsules do Brasil vieram e nós passamos, a partir de então, a ter uma

agenda muito próspera e uma agenda muito promissora das relações de negócios Rondônia-Peru.

Então, são algumas ações que estão acontecendo e eu queria deixar aqui, Deputado Jair Montes, duas ideias. Uma já está saindo do papel e outra ainda está no papel. Lá em Vilhena, nesse encontro de gigantes de Rondônia e do... **(ininteligível)**, a comunidade local está organizando para a gente fazer um monumento lá. Lá tem uma estação telegráfica de Rondon, foi recuperada, está bonita, tal, só que a gente quer fazer um monumento lá. Só que nós queremos fazer um monumento em homenagem, de uma foto histórica, inclusive, em homenagem ao Rondon e ao... **(ininteligível)**. Só que nós queremos colocar alguém que já estava na região quando os dois vieram, que é a comunidade indígena, não é? Inclusive, nós já escolhemos o índio Marciano, que era funcionário da Estação Telegráfica e foi treinado pelo Rondon. Então, nós vamos imortalizar os três, lá na comunidade. E aqui, em Guajará-Mirim, meu querido Jorge, depois que a gente conversou lá com você, passamos a ser mais admiradores ainda do trabalho de Nicolas Suarez Calhaú, estamos propondo que a gente construa um monumento em Guajará-Mirim e que ele seja o restabelecimento histórico de quatro grandes personalidades. O Rondon, em qualquer momento, em qualquer atividade que a gente faça ele tem que estar no meio; o Farquhar, que foi o cara que construiu a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. A gente faz muito pouca homenagem a este cidadão e esse cara merece todo o nosso respeito. Pouquíssimas pessoas do planeta teriam condições de fazer o que ele fez há mais de 100 anos, não é? O Nicolas Suarez Calhaú, por permitir esse processo, e, evidentemente, isso tudo tem de estar sob a presença também do nosso querido Barão de Rio Branco, que é o homem que trabalhou tecnicamente, diplomaticamente para a gente pôr fim a um conflito que havia com a Bolívia, e a gente construir, a partir de então, um processo de paz.

Então, são algumas ideias e algumas ações concretas já feitas e algumas no campo das ideias para que a gente possa criar e potencializar uma boa política de turismo. E no mais, enaltecer e agradecer ao Deputado Jair e, Deputado, se a gente não conseguir fazer aquela frente hoje, a gente sai daqui com o propósito de fazê-la. Porque ela é muito importante. A gente tem que reunir todos os vereadores deste Estado, reunir todos os prefeitos, reunir o Governo do Estado, reunir sociedade civil para que a gente possa — não é, Cláudio? —, assim como a gente tem nas outras atividades econômicas, a gente tem o foco voltado para ela, a gente não pode perder esse grande potencial que nós temos que é o potencial do turismo. E principalmente esse turismo voltado à natureza, mas evidentemente agregando os nossos valores históricos junto a eles.

Então, obrigado pela oportunidade dada ao Sebrae, Deputado Jair Montes, e esperamos que a gente consiga, cada dia mais, melhorar as nossas políticas públicas voltadas para a questão do turismo. Assim como nós fomos abraçados e ficamos apaixonados por este Estado, achamos que todo mundo tem o direito de se apaixonar pela Amazônia e principalmente se essa paixão nascer aqui no Estado de Rondônia.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Parabéns ao nosso Superintendente do Sebrae-Rondônia, o nosso ex-governador

Daniel Pereira. E a gente tem que sonhar com algo que Deus nos deixou e só falta nós agora colocarmos em prática. E tenho certeza de que nós vamos conseguir. Já estamos conseguindo, graças a Deus.

Antes de eu dar a palavra aqui ao nosso Secretário Gilvan, vamos ver que vídeo tem já pronto aí, que a gente já dá uma acelerada. Pode soltar. Qual o primeiro deles aí?

O primeiro é da Sedam. Sedam, a proteção, não é? Se o da Sedam quiser ir falando enquanto o vídeo passa, das ações, é até importante.

(apresentação de vídeo)

O SR. MARCOS DE SOUZA TRINDADE - São algumas atividades que nós realizamos, especificamente essa é no rio Guaporé, justamente no período de defeso. Primeiramente, realizamos atividades de conscientização. É claro que em flagrante igual esse aí, nós temos que atuar, não é? Isso aí, deputado, foi justamente uma apreensão que nós fizemos. Infelizmente, um boliviano estava com a embarcação com várias tartarugas, ali naquela região, e é uma das problemáticas que nós temos nesse rio fronteiro. Ali foi a imagem da abordagem. Nós temos muitas atividades, porém pessoas de má índole, que não podem jamais ser confundidas com cidadãos de bem, ali da Bolívia, pescadores que vivem da pesca, deixar aqui bem claro, pessoas essas que praticam de forma predatória a pesca, a captura de animais silvestres, enfim. Então, infelizmente nós nos deparamos muito com isso e, assim, é até uma proposta para que, vindo esse turismo tão sonhado, como muito bem o senhor falou, que façamos mais atividades em conjunto para que nós tenhamos essa ictiofauna nessa região exuberante, mais para mostrarmos e menos imagens iguais a essa.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Muito bem. Tem um outro vídeo? Está sem o áudio?

O SR. DANIEL PEREIRA - Ele tem áudio. Capricha aí, que esse daí é a nossa Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, está totalmente recuperada por um trabalho de parceria com a Santo Antônio e a prefeitura. Então eles estão em licitação e vai ser um local com altíssima capacidade de atração aqui em Porto Velho. Por sinal, muito bem feito.

(Apresentação de vídeo)

Cadê o áudio, meu povo?

Esse vídeo foi o Sebrae que fez. Nós fizemos uma série de vídeos, esse é só um, mais um deles, e tem três que nós fizemos aqui sobre Porto Velho: um é sobre a estrada de ferro, o outro é sobre o rio Verde e o outro é sobre Jaci. São três pontos turísticos. Nós fizemos, mais ou menos, umas quinze localidades, está tudo disponível no site do Sebrae, que dá, inclusive, uma dimensão do que nós temos de potencial turístico aqui no Estado de Rondônia, que às vezes a gente sai pra fazer viagens fora do Estado, às vezes fora até do país, e às vezes a gente deixa de visitar algo equivalente e bem mais acessível e bem mais fácil de chegar aqui dentro do próprio Estado de Rondônia. Começa lá em Cabixi, na Vila Neide, lá na divisa com a Bolívia, e vem aqui, percorre todo o Estado, vindo até aqui em Guajará-Mirim.

Que pena que está sem áudio.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) a:– Pena que está sem áudio. Aquele da Bolívia, que foi colocado, já está aí também?

O SR. DANIEL PEREIRA - Cachuela Esperanza.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Vê se a Cachuela dá sorte.

O SR. DANIEL PEREIRA - Pesca esportiva de Jaci-Paraná. Isso é fantástico esse local.

(Apresentação de vídeo)

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Esse é de onde?

O SR. DANIEL PEREIRA - Jaci.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Jaci, não é? Também está sem áudio.

O SR. DANIEL PEREIRA - Faz favor, Milson.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Esse já foi. Acho que falta só mais um, que é o Cachuela Esperanza, lá da Bolívia. Só falta esse vídeo.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O vídeo da Cachuela Esperanza, está aí? Baixa, que agora a gente vai ouvir o Secretário Gilvan. Baixa só o da Cachuela.

O SR. DANIEL PEREIRA – Enquanto o Milson baixa, Presidente, nós fizemos, para atender as demandas do Governo Federal, você tem a questão dos mapas de turismo, que foi começado lá em 2017. Em 2019, o Secretário Gilvan renovou isso e conseguiu avançar, mas o passo seguinte são os Planos Municipais de Turismo. O Sebrae entregou para Porto Velho agora, recentemente, o primeiro Plano Municipal de Turismo da história do Estado. Este foi entregue para o Prefeito Hildon, para o Presidente da Câmara, então, o Prefeito vai mandar como forma de Projeto de Lei para a Assembleia e o resultado final disso vai ser o Plano Municipal de Turismo de Porto Velho.

Nós estamos já em tratativas também com a prefeitura de Guajará. O Sebrae vai doar também o Plano Municipal lá para a cidade Guajará-Mirim e nós temos 25 municípios hoje que estão no mapa do turismo. Então, a nossa meta é daqui até o final do ano que vem a gente procurar, fazer as articulações necessárias para fazer os Planos Municipais de Turismo de todos esses municípios. Inclusive, a região que está mais, tirando aqui Porto Velho e Guajará, que o Sebrae está doando, a região Sul do Estado, os 7 municípios — Vilhena e os 6 municípios que fazem parte ali —, todos eles já estão pactuados com o Sebrae lá, eles vão pagar 50% do custo e o Sebrae vai pagar os outros 50%. Então, hoje a gente já tem encaminhamento em 8 municípios. Então, ainda fariam 17 municípios para que nós pudéssemos, em 2022, a gente concluir essa leva de municípios que estão no mapa. Isso faria de Rondônia o Estado, pelo menos em termos de planejamento, um Estado com melhores condições dentre os com menor potencial, vamos chamar assim, porque você não pode querer

comparar Rondônia com Natal, com Rio Grande do Norte, com a Bahia, aquele negócio todo, os caras têm um potencial fantástico. Nós temos um potencial diferente, não é nem melhor nem pior, é diferente.

A gente precisa encontrar o nosso nicho e para isso você precisa dos Planos. E esses Planos fazem uma série de levantamentos, levanta todos os locais, levanta todas as exigências e levanta também as atitudes que nós precisamos. Por exemplo, essa questão de pesca predatória dos nossos rios: ou a gente faz turismo ou, então, a gente não faz. Não tem como fazer turismo de pesca esportiva se a gente continuar agindo de forma predatória. Então, o Estado de Rondônia é o maior produtor de peixes nativos do País, aqui não tem — teve um passado que a gente tinha necessidade de, por sobrevivência, ir lá ao rio pegar um peixe. Hoje, nem por isso a gente tem necessidade mais, até porque a gente tem peixes em quantidade suficiente de produção em cativeiro. É muito fácil você pegar e fazer uma produção em cativeiro e é muito mais rico para nós você fazer a exploração disso economicamente de forma sustentável: pega o peixe, devolve para o rio.

Eu lembro, agora, há poucos dias, coisa de 2 ou 3 anos atrás, o então prefeito de Pimenteiras, vieram alguns pescadores para fazer pesca esportiva, de Santa Catarina. Eles ficaram uma semana lá e não pegaram nada. Esses caras nunca mais vão voltar lá na região onde eles estavam pescando. Só que em compensação tinha vindo antes uns camaradas e pegaram mais ou menos 700 quilos de peixe, botaram no freezer e levaram embora. O que valeu esses 700 quilos de peixes lá? Bota lá R\$ 5,00 o quilo, R\$ 3.500,00. Em uma semana, uma equipe de turismo gera muito mais do que isso de divisa lá para a cidade. Então, esses peixes poderiam multiplicar por 10, por 20, por 30 o valor deles lá dentro do rio. Então, é uma consciência que a gente precisa ter.

Além do trabalho institucional, aqui, representado pela Sedam, pelo Batalhão de Polícia Ambiental, mas a gente tem que ter consciência. É humanamente impossível no Estado de Rondônia você ter uma política eficiente para fazer combate desse tipo de crime. Então, cada cidadão de Rondônia tem que ter consciência que isso tem que ser combatido e cada um dar a sua contribuição. Porque, o Estado de Rondônia é muito grande — eu já fui governador desse Estado, sei dos limites que nós temos —, é humanamente impossível, é você pedir demais para a força pública sozinha dar conta de debelar contra isso tudo.

É uma questão de consciência e cada um tem que ser um agente do meio ambiente para a gente acabar com isso, porque a nossa riqueza é a presença dos peixes lá no rio. Sem peixes, não tem turismo. Não adianta a gente fazer projeto, fazer mapa, “fazer o escambau” se não tiver peixes lá dentro do rio. Preservar os peixes é uma questão de sobrevivência para essa fonte econômica tão importante que a gente está deslumbrando, aqui, nessa atividade que estamos fazendo hoje.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Com a palavra o nosso Excelentíssimo Senhor Gilvan José Pereira Júnior, Superintendente Estadual de Turismo – Setur.

O SR. GILVAN JOSÉ PEREIRA JÚNIOR – Boa tarde a todos. Quero agradecer ao nosso Deputado Estadual Jair

Montes, que provocou toda esta reunião, essa Audiência. Agradecer ao nosso Superintendente Daniel Pereira, também eterno governador, pelo trabalho que está fazendo, essa parceria com o turismo, esse homem apaixonado também pelo turismo do Estado de Rondônia. Agradecer ao Marcos Trindade por essa contribuição. Ainda hoje, eu estava fazendo contato com o Secretário Marcílio, firmando a presença da Sedam nessa reunião que é tão importante, nessa Audiência. O Cláudio Higashi, Conselheiro da Fecomércio (Federação do Comércio de Rondônia), que também temos muita consideração pela Fecomércio e pelo trabalho do Cláudio, que tem sido muito relevante para o desenvolvimento do turismo, em especial à pesca esportiva. Agradecer também ao senhor Ricardo Alexandre, Chefe Substituto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, agradecer a presença. Agradecer aqui ao Jorge Chaves, Presidente da Fundação Instituto para Desenvolvimento da Amazônia (Fidesa).

Quero agradecer e falar dessa pauta tão importante do turismo estadual. Falar do turismo nos emociona, temos feito um trabalho intenso. Quero aqui só retornar os agradecimentos também ao nosso Hércules Góes esse ícone da publicidade, e o Rubens Suruí, da comunidade Suruí, parceiro do desenvolvimento da Amazônia — o povo indígena.

Então, falar do nosso Estado, a beleza que nós temos, a grandiosidade, o que encanta, o que nos fascina, o que nos faz se apaixonar pela riqueza natural que nós temos, todo o trabalho que desenvolve, e ainda mais a cultura que nós temos, que é uma cultura fantástica, uma história extraordinária, e a gente tem paixão de falar do que temos aqui dentro do Estado de Rondônia.

Governador Coronel Marcos Rocha — aqui, em nome do Governador, deixo um abraço também a todos os presentes —, falando também desse homem que também é muito apaixonado pelo Estado de Rondônia e as belezas que existem nele, e o desenvolvimento econômico que vem pleiteando, trabalhando ao longo dos anos da sua gestão.

Eu quero aqui deixar e ser bem prático de elaborar, de mostrar aqui o quanto o turismo tem sido importante para essa pauta do desenvolvimento econômico. Fiquei muito feliz com a novidade do corredor, o maior corredor da pesca esportiva do planeta, juntando Rondônia, juntando o Peru e a Bolívia. Mas, assim, a pesca esportiva é uma pauta de gestão pública que junta Estado, município, Governo federal, seus órgãos, e não tem como desenvolver o turismo, em especial a pesca esportiva, se não tivermos com essa pauta bem definida e agregada. E agora, com a participação de países vizinhos, isso fica muito atraente também, para que isso venha se agregar e venha se fortalecer e consolidar.

Eu quero colocar primeiro a nossa pauta. Vou colocar e vou pedir para que a equipe coloque o *slide*. Preparei um *slide* para que fosse apresentado aqui. E esse *slide* mostra a trajetória de trabalhos que temos feito aqui dentro do Governo do Estado, através da Setur.

Primeiramente, Deputado — nosso Deputado que nos convidou aqui para essa Audiência —, Deputado Jair Montes, eu quero colocar que, desde 2019, a Setur vem trabalhando com a pauta bem positiva em relação à pesca. Iniciamos logo no início de 2019, no início da gestão, com a abertura do processo, ali no mês de janeiro ainda, mês de fevereiro, o

Governador Marcos Rocha tinha pedido para que a gente iniciasse um trabalho de pesca, de conservação, de desenvolvimento da pesca esportiva. E aí, nós pegamos o modelo do Mato Grosso ("Cota Zero") e iniciamos aqui a "pesca zero", ou seja, uma pesca que iria trabalhar junto com os órgãos uma conservação dos rios. E foi muito importante, porque a gente uniu a Universidade Federal, foi uma reunião na Casa Civil, fizemos reunião na Sedam. Juntamos também representantes da Assembleia Legislativa. Foi o Ibama também. E, nessa reunião, a gente tratou sobre o desenvolvimento da pesca. Convidamos a colônia de pesca também. E ali fizemos algumas reuniões que foram interessantes, até nos dirigimos ao Cone Sul, onde a gente também viu a necessidade de ouvir as pousadas, aqueles que estão lá na ponta para falar as dificuldades que têm. E daí, nessa pauta, percebemos a necessidade de trocar até o nome também, de colocar a pauta para "pesca legal", em vez de "Cota Zero", que foi um nome forte na época. No outro Estado, em Mato Grosso, não teve tanto impacto, mas aqui ressaltou um pouco forte. Mudamos para "pesca legal", para que pudéssemos desenvolver um projeto atraente e que fizesse uma aproximação com aquilo que os pescadores já vêm fazendo há muito tempo.

E daí houve a necessidade de trabalhar paralelamente com a colônia de pesca, para que a colônia de pesca — a associação — pudesse trabalhar junto com os pescadores ali a parte da pesca esportiva. Nós temos pescadores profissionais, e era interessante que a associação olhasse a necessidade de desenvolver a pesca esportiva. E aí caminhou muito bem. Houve uma apresentação da Universidade Federal quanto à questão pesqueira, o seu estoque pesqueiro. Foi muito interessante. O Senhor Cláudio também ali apresentou todo o trabalho que a pesca desenvolve dentro do Estado ali, em especial Porto Velho. E aí a gente começou a caminhar. Logo em seguida, nós iniciamos um trabalho para a confecção de material gráfico e digital, para que fosse divulgado de uma maneira mais ampla. Eu tenho algumas cartilhas digitais e fizemos uma promoção muito grande de material gráfico e digital também para ser divulgado em todo o Estado e também nas feiras nacionais e internacionais.

O interessante é que logo em seguida nós levamos até representantes, empresários da pesca, para uma das maiores feiras que tem no Brasil, que foi a ABAV Expo (Associação Brasileira de Agências de Viagens). Protocolamos para todos os municípios, para que os municípios levassem para essa feira seus representantes comerciais. Isso, o *stand*, pago pelo próprio Governo do Estado. E fizemos ali uma feira muito interessante, apresentando a pesca esportiva para várias agências de turismo do Brasil. Tivemos muitos resultados, ou seja, hoje Rondônia tem uma representação muito forte da pesca esportiva, onde vêm turistas do Brasil inteiro. Já tive a experiência de conversar com alguns desses turistas. Ali em Cacoal, quando estava hospedado, tive o prazer de conversar com algumas pessoas que estavam ali, de São Paulo e de outros Estados, que tinham prazer de pescar no Guaporé. E foi linkado essa potencialidade do turismo. Mas eu deixo aqui um dos projetos fantásticos, o próximo, que seria o Famtour da pesca esportiva. Em 2019 houve um planejamento, essa união de forças, mas 2020, que seria o ano para a gente fazer os grandes projetos de promoção, que é a grande pegada do turismo, que é promover, tivemos a pandemia, que deu uma recuada em nossos planos. E aí, nós

desenvolvemos o Projeto Famtour para a pesca esportiva, que é trazer influenciadores digitais da pesca esportiva para desenvolver dentro do Estado de Rondônia. Daqui a pouco, eu vou colocar aí o Famtour que nós fizemos na região da Cacoal, Ouro Preto, fizemos aqui em Porto Velho também, que teve um sucesso grandioso. Influenciadores, aqueles blogueiros que chegam até a — um deles — ter mais 100 mil seguidores. Houve uma grande explosão na população do Estado em conhecer as potencialidades turísticas.

Daí, a gente já tem "estartado" para o início do próximo ano. Lógico que deixar passar a fase das chuvas para que esse projeto aconteça com intensidade. Já temos o recurso. E o Projeto Famtour da pesca está previsto no Cone Sul e aqui também em Porto Velho.

Logo depois, nós trabalhamos Emendas Parlamentares. Sabemos que algo que divulga muito, trabalha muito a promoção e fortalece e consolida a pesca são os campeonatos de pesca. E a gente já trabalhou com pautas onde tivemos proposta de Emenda do Deputado Chiquinho também, Deputado Alan Queiroz e o Deputado Dr. Neidson, que colocaram recursos. Tivemos que retornar esses recursos devido à pandemia, mas era ali em Porto Rolim. Tivemos aqui também em Porto Velho, e tivemos na área de Guajará-Mirim e também aqui nessa parte, nessa região aqui próxima a Porto Velho. E essas Emendas iriam fortalecer a promoção do turismo. Inclusive, a Fecomércio, com um projeto que nós temos aqui, é a primeira feira de pesca esportiva que planejamos para este ano. Não foi possível devido a algumas situações, inclusive ainda da pandemia, mas já está reservado recurso para fazermos a primeira feira de pesca esportiva que vai acontecer aqui em Porto Velho, um trabalho em parceria com a Fecomércio. E iríamos também fazer o primeiro campeonato aqui no rio Madeira, que também não foi possível, mas está previsto para se fazer no próximo ano.

Daí, iniciamos agora o projeto de formação, com curso de arrais, para os pescadores profissionais serem habilitados e terem a *expertise* de fazer e serem monitores de pesca esportiva. 80 mil reais do Deputado Alan Queiroz, que foi colocado agora. O curso vai acontecer agora no mês de dezembro. E a gente vai entregar para a população 80 profissionais da pesca esportiva com habilitação para desenvolver esse trabalho.

Fizemos ainda, no ano de 2021, a união dos Estados. Eu estive em Roraima e estive no Pará, e a gente juntou os Estado da região amazônica em uma grande rota que é chamada "Rotas Amazônicas Integradas". É um projeto de iniciativa dos Estados da Região Amazônica. Pela primeira vez os Estados se reúnem, e com a chancela do Ministério do Turismo agora nós apresentando a pesca esportiva. Este ano é o ano da pesca esportiva para as rotas amazônicas integradas e nós estamos apresentando nas feiras, apresentando... Eu estive no Pará, na Feira Internacional Amazônica, que é a FIAM, apresentando a pesca esportiva, onde fui palestrante, também, lá. Foi muito interessante, porque agora os Estados, inclusive, Deputado Jair Montes, nós temos a chancela do Ministério. Todo o *stand* que é pago aí, muitas vezes, 200, 300, 400, até 500 mil *stands* que são pagos dentro dessas feiras nacionais e internacionais, inclusive feiras internacionais em outros países, financiados tanto pela Embratur como

também pelo Ministério do Turismo, mostrando a RAI (Rotas Amazônicas Integradas), que está consolidada, enquanto o ministro do turismo esteve aqui ainda este ano foi muito importante porque o ministro esteve aqui por causa da Rota Amazônia Integrada — um convite do Governo do Estado no qual também houve essa consolidação — e era um projeto de retorno do turismo.

Então, todo esse trabalho vem sendo desenvolvido desde 2019 com projetos e incentivo ao desenvolvimento da pesca esportiva. Eu trouxe o material gráfico que está na mesa dos senhores, para divulgar o trabalho que o Estado está fazendo, o Governo do Estado, em relação ao desenvolver. E em toda tratativa que nós fizemos em reuniões, tivemos algumas observações importantes e eu cito algumas: a primeira é em relação à fiscalização. Não é fácil, de fato, fazer uma fiscalização tão intensa. O trabalho da Sedam está sendo grandioso, um trabalho muito forte, mas a gente sabe que existe de fato um trabalho de consciência da população e com essa iniciativa do Deputado Jair Montes de trabalhar com a pesca esportiva do Estado, tenho certeza de que os deputados também vão estar juntos nessa empreitada para que a gente venha a trabalhar uma legislação e também em pautas interessantes para ampliar, não é, o trabalho de acompanhar a pesca esportiva. E deixo também aqui uma pauta que é em relação a colônia de pesca, que agora, existe, já, alguns projetos para cadastramento, não é? Para que de fato venha a levantar os pescadores que são pescadores esportivos. E esse cadastramento é muito importante para identificar aqueles que são pescadores esportivos e pescadores profissionais, para que a gente venha a *linkar* e trabalhar juntos esse desenvolvimento. Como eu falei, é necessária a força conjunta de todos os poderes públicos para que a pesca venha a se fortalecer dentro do Estado de Rondônia.

Então, eu deixo aqui o nosso agradecimento. A pesca tem sido forte, divulgada em todo o Estado, inclusive hoje, nós mandamos aí capacitação, fazendo trabalho de capacitação porque o Estado hoje está dividido em 7 grandes regiões turísticas. Essas regiões turísticas, cada uma delas, chamado polo turístico, e esses polos, deputado, cada tem uma característica e a característica dos polos da pesca esportiva, uma é em Porto Velho, que une Porto Velho, Candeias, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, e, também, ali no Cone Sul, que é também um outro polo de desenvolvimento onde chama a atenção de Pimenteiras, Cabixi, que é muito forte, também. E um outro polo forte da pesca esportiva é a região dos Fortes, que trabalha com o Costa Marques e São Francisco. Onde tem pousadas também. Inclusive, levamos empresários da pesca esportiva ali de São Francisco e de Cabixi para as Feiras Internacionais nossas. Então eu deixo aqui esse fortalecimento. Fizemos um grande trabalho de regionalização e agora a nossa equipe está trabalhando políticas públicas para fortalecer essa instância de governança. Existe agora um projeto de lei que é para a gente trabalhar a regionalização. Esse projeto de regionalização, Deputado, é para que as instâncias consigam trabalhar de maneira independente, lógico, com todo o apoio do poder público, mas que eles possam fazer uma governança local de desenvolvimento da instância, do seu polo. Essa lei de regionalização trabalha para a busca de recursos para que eles sejam independentes, está bom?

E é uma vitória muito grande do Governo do Estado. Foi a Lei do Turismo que também fortalece a questão da pesca esportiva. Foi aprovada aqui dentro uma proposta de lei do Estado, assinada pelo Governador Marcos Rocha, encaminhada a esta Casa de Leis, onde foi aprovada e hoje o Governo do Estado, pela primeira vez, nós temos uma lei de política pública do Governo do Estado e essa lei, ela traz todas as diretrizes e normativas para conduzir o turismo estadual.

Então eu deixo aqui o meu agradecimento a toda essa iniciativa, esse trabalho. E eu quero colocar aqui, para finalizar, deputado, dois vídeos que é de Famtour, o Famtour que nós vamos fazer da pesca esportiva, que vai ser uma iniciativa também, também que nunca houve antes, um trabalho muito forte e que vai ser uma publicidade grandiosa tanto regional, como nacional, como internacional, esse Famtour, recolhendo turistas e apaixonados pela pesca esportiva. Isso é só um demonstrativo. São dois Famtours que nós fizemos: um em Cacoal, Ouro Preto, e outro em Porto Velho. Por favor.

(apresentação de vídeo)

O SR. GILVAN JOSÉ PEREIRA JÚNIOR - O Governo do Estado tem juntado empresários, (isso é lá em Cacoal, no Selva Parque), reunimos todo o trade turístico, empresários, influenciadores e o Governo do Estado com um trabalho de promoção. Juntamos os municípios de Cacoal, Ouro Preto, Presidente Médici, fortalecendo todo o trabalho de promoção e divulgação. Esse trabalho nós vamos fazer com a pesca esportiva. Trabalho grandioso e de grande divulgação. Tem mais um que a gente fez agora, recentemente, que também tem um significado, aqui em Porto Velho mesmo. Foi muito forte. Juntamos Porto Velho e Candeias do Jamari. Pode passar.

(apresentação de vídeo)

Deputado Jair, nós batemos o recorde de mais de 1 milhão de visualizações com esse segundo Famtour e a meta, agora, com o Famtour da Pesca Esportiva alcance números extremos e a gente venha fazer uma grande promoção junto com todo o Poder Público, todo o empresariado e fazer algo que venha impressionar, impactar e mostrar o Estado de Rondônia e, agora, junto com essa grande parceria dos países vizinhos, agradeço ao Sebrae, à Assembleia Legislativa. Um grande abraço do nosso Governador Coronel Marcos Rocha a todos os órgãos, Fecomércio, Ibama que estão presentes. Um grande abraço.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Parabéns, Secretário. Esse é o poder da rede social. Nós temos que aproveitar isso e está de parabéns. Naquele primeiro momento, eu vi muitas pessoas criticarem, mas não entendiam o verdadeiro sentido, significado dos influenciadores. Hoje está aí, hoje está todo mundo aí. Eu tenho andado muito no Estado e tenho visto muitas pessoas visitando os nossos pontos turísticos, que são muitos, que são belíssimos.

O SR. GILVAN JOSÉ PEREIRA JÚNIOR - Só lembrando aqui, Deputado, a questão de uma crítica que houve na época... a uma questão da crítica que houve na época, foi em relação a achar que os influenciadores estavam, na verdade, sendo patrocinados, recebendo recursos para - a linguagem era - para passear no Estado. Na verdade, o Famtour foi totalmente zero, zerado. O Governo do Estado fez toda a articulação. Houve

uma parceria entre os empresários, onde eles deram toda a hospedagem, alimentação. O Governo do Estado entrou com transporte, com ônibus e nós fizemos essa grande... o Cacoal Selva Park mesmo deu hospedagem, alimentação, dois dias. Isso é uma parceria, porque sem empresariado, Deputado, a gente não alcança o desenvolvimento do turismo no Estado. E agora, a gente vai vir com tudo na pesca esportiva. O senhor vai ver pousadas fazendo um grande evento, juntando todo o :trade para mostrar o Estado de Rondônia.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – E também, Secretário, esta Casa está à disposição, eu também me coloco à disposição. Isso não é gastar, é investimento. O Governo não pode ter medo, nem o senhor, de críticas por investir. Invista. Se tiver que gastar, gaste, que é investimento. E a gente vai vendo o resultado dos frutos sendo colhidos. Eu tive a oportunidade de estar lá no Vale das Cachoeiras, que coisa linda. Fui conhecer, é maravilhoso. Almocei lá com o dono, com o empresário e assim como o Vale das Cachoeiras, nós temos vários e vários pontos turísticos que nós não, o rondoniense não conhece o seu próprio Estado, essa é a realidade. Então, é importante que isso seja divulgado. Isso, quando chega em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, as pessoas ficam loucas, ficam loucas.

O SR. GILVAN JOSÉ PEREIRA JÚNIOR - Deputado, me permita só fazer uma pontuação. Aqui está o nosso representante indígena que é o Suruí. Fizemos uma semana na comunidade Suruí e está previsto também um Fantour dentro da comunidade indígena. Nós vamos levar, eles já sabem, estão alinhados, fizemos reuniões...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – E é importante. Manaus, hoje, é prioridade. quando a gente vai fazer um passeio turístico em Manaus, a gente vai bater... eu até dancei lá. Tem um vídeo meu dançando lá com os meus parentes lá.

O SR. GILVAN JOSÉ PEREIRA JÚNIOR – É consolidado - convido o senhor aqui -, já tem um produto consolidado, ali em Cacoal, e a gente pode marcar, Deputado, a gente fazer uma visita lá, junto com o senhor, junto com o nosso Superintendente Daniel também e outros convidados.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Eu tenho um vídeo já lá da Bolívia. Bota para nós também conhecer as belezas naturais do nosso país vizinho.

(Apresentação de vídeo)

Muito bom. Vamos lá, então. Rapaz, ficou um negócio bem emocionante esse vídeo da cachoeira não é não? Dá vontade de o cabra até chorar, viu?

O SR. DANIEL PEREIRA – Dá vontade de ir ao local.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – E conhecer também, não é?

Nós vamos ouvir, nós temos aqui o senhor Rubens Suruí, nós temos o Suruí e temos o Hércules. Nós vamos ouvir os dois. Vou passar a palavra e deixar o Hércules por último - está bom Hércules?

Vou ouvir agora o senhor Rubens Suruí, representante indígena e Gerente de Desenvolvimento Sustentável Indígena da Sedam. Fique à vontade Rubens. Pode ligar.

O SR. RUBENS SURUI – Boa tarde a todos. Quero aqui cumprimentar todos os presentes aqui - não é Deputado Jair? Meu nome é Rubens, sou Suruí lá de Cacoal e quero também aqui, na oportunidade, cumprimentar o Daniel, Superintendente do Sebrae; o Gilvan, fazendo um belo trabalho na Setur; os demais que compõe a Mesa e todos aqui.

Para mim é muito importante acerca do assunto aqui tratado, porque eu vejo que aqui, dentro do Estado de Rondônia, tem um ponto do turismo que não era muito bem falado, para mim é um ponto super importantíssimo. Então, eu vejo uma grande oportunidade para o desenvolvimento do nosso Estado, acima do turismo, até porque não só as belezas, mas as riquezas, que elas também têm que ser mostradas. Aqui, nós temos o quê? 52, 54, aproximadamente, etnias diferentes, com culturas e conhecimentos diferentes umas das outras, fora os não-indígenas que têm as suas atrações, que isso coloca o Estado de Rondônia lá em cima.

Então, fiquei muito feliz, Gilvan, com a parceria da Setur, juntamente com a Sedam, com a autorização dos dois Secretários — o Marcílio e o Demargli —, que abraçaram essa causa e colocaram a gente à disposição para que a gente pudesse realizar levantamento, especificamente da Terra Indígena Sete de Setembro, onde a gente quer fazer essa experiência também junto com os Suruís, para podermos, nos próximos anos, levar essa experiência dos Suruís, que já existe, que na verdade já iniciou, para outras terras indígenas.

Então, a gente tem esse pensamento também. Então, para nós colocar terras indígenas na rota do turismo é muito importante, não somente para mostrar culturas indígenas. Até porque terras indígenas têm muito a contribuir com o Estado, com os municípios. Então, é super importante que os nossos líderes, como o Prefeito, o Governador, reconhecessem isso. E o nosso próprio Governador reconheceu isso. A gente teve uma reunião com ele aquele dia. Para mim, isso foi muito importante. Então hoje a gente está buscando essa parceria com os municípios, o Estado, para que possamos, assim, contribuir dessa forma com os conhecimentos tradicionais do povo originário daqui. Então, a gente espera trabalharmos juntos.

~Então, o próprio Suruí, desde 2010, se eu não me engano, já tem um plano pronto, um plano de turismo já feito. Então, hoje a gente só precisa implementar esse plano que já existe. Então, a gente conta com o apoio da Sebrae, Daniel, para que possamos só fomentar.

Então, é isso. Fora isso, só quero agradecer aqui. Muito obrigado a todos. É isso.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Obrigado a você. Muito obrigado por você estar aqui conosco e dando para nós essa oportunidade e privilégio.

Eu creio que Rondônia vive um novo momento. E um novo momento é vivido por todos nós rondonienses. Nós temos que aproveitar isso. O homem público tem que saber o momento certo de ouvir as pessoas, ouvir a minoria, principalmente a minoria.

Eu quero aqui parabenizar e agradecer, Daniel Pereira. Muito obrigado. É um presente que me deu. É mais um presente. Eu estive aqui pela manhã participando de Audiência Pública com o Deputado Ismael Crispin, aprendi muito. E hoje também é outro presente que nos dá, porque a pesca esportiva já é... o mundo todo já faz isso. Mas, chega o momento que vai se limitando onde fazer. Rondônia então hoje, vamos dizer assim, é uma criança que está nascendo para o mundo. E o trabalho desta Audiência vai dar muitos frutos pra frente, eu tenho fé em Deus nisso.

Com a palavra, o nobre...

E quando eu falo em turismo, eu olho aqui o nosso amigo Hércules Góes, e o Hércules é um pouco disso, Daniel. É um pouco dessa referência do turismo. É o que levou e leva o nome do Estado para o mundo, lá com a ecossustentabilidade — faz um tempo, não é? —, aqueles seminários que eram feitos para o mundo. E está aqui o Hércules. Aqui é um orgulho hoje de estar conosco aqui. Muito obrigado, Hércules. Abrihantar, fazendo parte desse marco histórico aqui de uma grande conquista para o Estado de Rondônia, que é a nossa pesca esportiva, pela qual estamos trabalhando para que nós possamos alavancar mais ainda o Estado para o mundo.

Então, com a palavra o Presidente da Câmara do Comércio e Indústria Brasil-Bolívia do Estado de Rondônia, o nosso amigo Hércules Góes.

O SR. HÉRCULES GÓES - Boa tarde, Deputado Jair Montes, prezados companheiros, Gilvan, Daniel Pereira, que é um dinamo. Daniel Pereira é dessas figuras aqui espetaculares, um paranaense que veio para cá, começou com origem humilde, ali em Cerejeiras. Família pobre, paupérrima. E fez, se formou professor, humilde, galgou todos os postos. Foi Deputado Estadual. Chegou a Vice-Governador. Chegou a Governador do Estado de Rondônia jovem ainda, e tem uma visão espetacular e amorosa pelo Estado de Rondônia. Não só espetacular, mas ama Rondônia, e é um desses sonhadores que levam...

E precisa ter sonhadores, viu, Gilvan? Independentemente de ideologia. Nós não estamos falando de ideologias político-partidárias, mas precisamos ter sonhadores. Os sonhadores são os que fomentam o planeta. Dizia o fundador da Apple que "o que move o mundo são os sonhos". O Walt Disney é um sonho. É sim um sonho, não é, meu querido companheiro?

Também o dirigente da Fecomércio; os dirigentes da Sedam; o meu amigo Jorge, da Bolívia, meu companheiro, irmão; companheiro do Ibama. Ibama é um Instituto importantíssimo, não se faz meio ambiente e turismo sem o Ibama, e o Chico Mendes, os dois estão ali meio que atrelados.

Bom, para mim, é uma benção de Deus essa oportunidade histórica na minha vida, porque eu cheguei aqui há quase 40 anos neste Estado, e com dois filhos paulistas e um nascido aqui. Eu tenho o terceiro filho meu nascido aqui em Rondônia, que é o Martin Augusto, nascido em Porto Velho, no hospital de Base. Então, eu tenho vínculo permanente com o Estado de Rondônia. Além de amar Rondônia, tenho um filho nascido aqui. Aliás, no início — viu, Daniel? —, ele dizia: "mas, pai, meus irmãos são todos paulistas" — que eu sou de Santos —, "e eu sou rondoniense". Naquela época que ainda tinha um preconceitozinho em ser rondoniense. E hoje ele tem orgulho.

E quis a benção do destino que ele tivesse um namoro com uma gaúcha, essa gaúcha é bisneta do Getúlio Dornelles Vargas, e o filho dele, o Valentin, que é meu neto, é tataraneto do Getúlio Dornelles Vargas, que está em toda história de Rondônia. Você vê só como é o mundo. Ele que fazia uma rejeição, o filho dele vem ser da linha direta de Getúlio Dornelles Vargas, que está em tudo aqui em Rondônia.

O SR. DANIEL PEREIRA – Que, aliás, deu uma 'peia' nos paulistas em 1932.

O SR. HÉRCULES GÓES – Deu uma 'peia' em nós. É verdade. Você vê, deu uma 'peia' em nós, isso mesmo. Eu sou paulista, apanhei do tataravô do meu neto, que é o Getúlio Dornelles Vargas. Então, eu fico feliz porque, depois de tanto tempo, eu reencontro esse negócio.

Quando nós fundamos em 1991, Gilvan, o Jornal e Revista Ecoturismo, alguns sonhadores diziam: "mas é uma maluquice". Em 1991, quando chegou essa questão de ecologia no Brasil, diziam: "mas é maluco. O que é ecologia?" Ninguém sabia o que era ecologia. E nós fundamos o Jornal Ecoturismo visionariamente, eu também nem imaginava que o negócio ia pegar assim, viu, Suruí? E junto com ele fundamos a Fundação SOS Vale do Guaporé. Eu e uma dessas destemperadas, que é a Erondina Barbosa de Oliveira, paraibana que mora aqui há muitos anos, fomos à Eco-92. Olha só que loucura. Eco-92. E nós não sabíamos, Daniel, por isso que eu pedi que Vossa Excelência ficasse um pouquinho mais aqui, que nós estávamos fazendo história.

Fomos para a Eco-92 de ônibus, "sem lenço, sem documento". Sem nada. Com recurso do bolso, um jornal e mais aquele sonho. E lá participamos da maior conferência ambiental do planeta, que foi a Eco-92. Com Jean Jacques Cousteau, com Bush, com Regina Duarte, com aquele Dalai Lama. E nós assinamos a Carta da Terra. A Carta da Terra é um documento, Daniel Pereira, que emoldura todos esses documentos da ONU, ou seja, ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da ONU), está tudo pautado na Carta da Terra. E nós jovens, eu tinha 30 anos mais ou menos naquela época, trinta e poucos anos, Suruí, não sabíamos que nós estávamos fazendo história. Inclusive o cacique famoso do Mato Grosso q:— esqueci o nome dele agora — também assinou conosco.

O SR. DANIEL PEREIRA – Raoni.

O SR. HÉRCULES GÓES – Raoni. Cacique Raoni assinou conosco aquela Carta da Terra. Gilvan, nós estávamos assinando um documento para os próximos 100 anos, da Eco-92. Uma das coisas que eu tenho satisfação é de ser signatário da Carta da Terra. Isso eu vou bater no mundo inteiro, Carta da Terra, da Eco-92. Depois fomos à COP-15, na Dinamarca; fomos à Rio+20, no Rio de Janeiro; depois fomos à COP-20, no Peru; COP-21, em Paris. E agora, eu vejo com alegria... Eu não fui a essa COP-26, em Glasgow, estava programado para ir, não deu para ir, porque eu fiquei em Rondônia, convidado para o Programa TV 8, e eu vejo quem? A Txai Suruí. Independentemente de ideologia, gente, vamos tirar a ideologia de lado, mas é um orgulho que nós temos para o Estado de Rondônia termos uma figura como a Txai Suruí, que é prima

dele. Prima do Suruí, filha do Almir Suruí, de Cacoal, e da Neidinha Bandeira, aqui de Rondônia. É gente nossa aqui. E ela está no meu livro. Eu tenho 22 livros publicados e ela está no meu livro "Arqueologia Tridimensional da Amazônia", quando ela tinha 3 aninhos, estava na contracapa. Imaginava que aquela menina ia ser... É hoje a maior celebridade brasileira de 2021: é a Txai Suruí, de 24 anos, estudante da UNIR aqui, da Universidade de Rondônia, cacoalense de nascimento. E eu acho que é orgulho para Rondônia sim, independentemente de ideologia, se é esquerda ou direita, não é ideologia, mas é orgulho para Rondônia.

Esse ano, Deputado Jair Montes, Daniel, o ano em que Rondônia bate todos os recordes. Olha, nós somos campeões este ano — e eu tenho orgulho de dizer isso aqui —, somos campeões no tambaqui, campeões no café, campeões no cacau.

O SR. DANIEL PEREIRA - No queijo.

O SR. HÉRCULES GÓES – No queijo, no leite. Nós somos hoje um dos maiores rebanhos bovinos do Brasil. Talvez o 7º do Brasil.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Uma das melhores carnes do Brasil e do mundo.

O SR. HÉRCULES GÓES – Uma das melhores carnes do Brasil, com grandes exportadores, inclusive a Minerva Foods, que está ali em Rolim de Moura comprando de outras grandes empresas. Só Porto Velho tem 1,5 milhões de cabeça de gado, ou seja, quase a população de Rondônia só aqui neste município de Porto Velho, e 15 milhões no Estado todo. Quer dizer, exportando...

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – E um dos maiores de soja.

O SR. HÉRCULES GÓES – E soja também, um crescimento.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – E o café também, não esqueça.

O SR. HÉRCULES GÓES – E o café também. Então, gente, esse é o ano — o de 2021 — de Rondônia. Nunca Rondônia teve tanta notícia boa e, ainda de quebra, o que faz? O Deputado Redano, Presidente da Casa, acaba de ser eleito agora o Presidente de todos os deputados estaduais do Brasil, da Unale. Olha só. Tudo. Mesmo no ano da pandemia. Nós estamos vivendo em plena pandemia, ainda não cessou. Eu espero que diminua bem, mas estamos vivendo. Mas, graças a Deus, este é o ano de Rondônia.

Então, eu queria lançar algumas propostas aqui, por isso que eu pedi para que o ex-Deputado e ex-Governador Daniel Pereira ficasse aqui mais um pouquinho, para colocar alguns projetos. Como eu sou meio fora da caixinha e eu não me importo em ser assim chamado, alguns projetos importantes que eu acho relevante para, modestamente, contribuir nesta Audiência Pública.

Primeiro. Nós temos que levar a marca Rondônia. Eu digo isso porque eu participo de conferências do mundo inteiro, de turismo e meio ambiente. Nós temos que levar a marca Rondônia

agregada com um carimbo: floresta amazônica Rondônia. Não tem jeito. Rondônia, até nós fazermos ela ficar conhecida no mundo, vai levar uns anos. Mas a floresta amazônica, Deputado e Daniel Pereira, já está pronta. Quando você fala nos Estados Unidos, na Ásia, Japão, você fala: *Amazon Rainforest*, todo mundo conhece. Aliás, a maior empresa do planeta é a Amazon, que leva a marca amazônica. Amazon, do Jeff Bezos. Então, eu já disse em várias reuniões aí no Governo, que, em primeiro lugar, temos de cunhar a marca. Floresta Amazônica. Já tenho até a ideia. Uma árvore, uma... **(ininteligível)**... Deputado Jair Montes, Floresta Amazônica: Rondônia. Carimbar. Floresta Amazônica. E em inglês: *Amazon Rainforest Rondônia*. Em francês, em espanhol, em todas as línguas e nós vendemos esse produto que já está pronto. Não vamos estar roubando nada, porque Rondônia é Amazônia. Só que Rondônia é pouco conhecida e vamos levar a marca pronta. Então, *number one*, a minha modesta contribuição: agregar a floresta amazônica a Rondônia. Isso eu dou de coração para o nosso Estado de Rondônia. As autoridades e governo levarem.

Segundo: Rondônia ganhou outro presente este ano. Saiu um filme chamado "Jungle Cruise" estrelado pelo Dwayne "The Rock" Johnson, que é simplesmente, o maior ator de Hollywood, hoje. Dwayne "The Rock" Johnson. Ele filmou aqui. Quer dizer, a resenha seria passada aqui. Ele e mais uma atriz, a Emily Blunt. Lindíssima. Falando de Porto Velho, Rondônia. Eu bati palmas, lá no filme. Vi o filme lá em Estância, na minha cidade. Quando eu vi, eu falei: eu não acredito que Rondônia está no cinema mundial! Estava lá: Porto Velho. Aliás, ele não falou de Rondônia. Só Porto Velho. Não escreveu a palavra Rondônia. Percebi isso. No letreiro, só Porto Velho. Omitiram Rondônia. Aí na hora em que eu saí do cinema, eu já liguei, falei: segundo ou terceiro filme tem de ser filmado aqui. Eu vi lá, fiquei até o fim. Eu sou daqueles chatos. Fiquei até o fim. Foi filmado no Havaí. Aquela floresta lá é havaiana. Como se fosse Rondônia. Então, projeto *number two*: "Jungle Cruise" para Disney, lá em Hollywood. Filmar, nem que seja 5 minutos. Não tem problema. Eles vão fazer o 2 e o 3 porque arrecadou 200 milhões de dólares. E eles vão querer, lógico, fazer o 2, o 3 e o 4. Dwayne "The Rock" Johnson, do Velozes e Furiosos, lógico que ele vai fazer o 2, o 3 e o 4. O 2 ou 3, levar, filmar aqui. Com três ícones. Secretário Gilvan e Deputado Jair Montes: três ícones.

Number one: Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. É um ícone sim, famosíssimo que levou, aí, milhares de pessoas no Mad Maria e a Ferrovia do Diabo, conhecida no mundo todo. É um ícone. E eu já estou incorporando mais um projeto: criação da Universidade Internacional Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Britânica, americana e brasileira, com o nome: Quinn Elisabeth II e Philip II, seu marido recentemente falecido. Nome dela. Ela está encerrando o reinado dela. 70 anos de reinado. O nome dela. 70 anos de reinado. Quando eu nasci, ela já era rainha. Eu estou com 77. Ela já era rainha da Inglaterra. E eu estive com o filho dela, o Príncipe Charles, há uns 30 anos, aqui na Amazônia. Se ela não puder vir, que talvez não possa vir, mas vem o Charles, ou vem o Willian, o neto, para inaugurar aqui. Eu já estou sonhando aqui. Uma placa aqui na Estrada de Ferro Madeira Mamoré, da Quinn Elisabeth II. Aqui. Ela, William, aqui nessa Estrada que eu já pedi há 20 anos, para transformar em Patrimônio da Humanidade, da Unesco. Eu

pedi. Como eu pedi o Forte Príncipe da Beira, também. Os dois, eu pedi. E o Forte Príncipe da Beira já está na lista da Unesco, que vai abrir um leque deste tamanho para o turismo, Gilvan.

A segunda universidade lá, Universidade Internacional Real Forte da Beira Rei Philip II. Por que, Rei Philip II? Porque foi o rei que na União Ibérica foi o rei de Portugal, Espanha... **(ininteligível)**. Então, o nome dele. Quem vai ser o atual chanceler? O rei da Espanha, mais o presidente de Portugal, Presidente do Brasil, Presidente do Peru e Bolívia. De quebra, a gente põe Mato Grosso, Rondônia e Acre e está tudo integrado. Essa universidade, o que é que faz: bilíngue. Já é obrigatório, pela lei de Rondônia, estudo de espanhol nas escolas. Um estudante de Rondônia, Deputado Jair Montes, poderá estudar, por exemplo, lá na Universidade de Madrid, Sevilha. E vice-versa. Eles vêm para cá para conhecer a nossa floresta amazônica também. *Amazon Forest*. Aqui, estudante aqui pode estudar em Oxford, Harvard. Por que não? Não é um convênio? De onde pode se integrar ao IFRO (Instituição Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia), Universidade Federal e outros. Agora, a condição. Eu, como curador dessa ideia: tem que ser gente pobre, Daniel; não pode ser para a gente que tem condições de gastar R\$ 10 mil na faculdade. Tem que ser para gente pobre. Pobre de grana, de dinheiro, de recurso. Tudo bem? Vão entrar, então, pessoas com 3, 4, 5 filhos, que jamais sonhariam um filho estudar em Harvard. É um sonho, não é? Coisa demais. Pode estudar, é possível num ... Quem seriam os financiadores? Primeiro, Ministério da Educação; Jeff Bezos, ele está pondo um bilhão de dólares para ir para a lua. Estão competindo, ele e o Elon Musk, quem põe mais dinheiro pra ir para o espaço, não para a lua, para o espaço. Pode pôr um bilhão na educação aqui, de dólar, que não é nada pra eles; eles perdem um bilhão por semana na bolsa; o Zuckerberg, o Jeff Bezos e o Elon Musk perdem um bilhão, perde e ganha, Ciani. O Saveirinho também, que é brasileiro, também. O Jorge Paulo Lemann, da educação, investir na educação para o futuro. Aí nós temos dois ícones rondonienses com as universidades. E de quebra, vamos colocar quem? O rio da Dúvida, do Theodore Roosevelt, porque o americano gosta de evocar o seu patriotismo.

Então, pôr um presidente americano, que tem até um filme dele, é o Uma Noite no Museu, é do Roosevelt. Muita gente já viu, Uma Noite no Museu 1, 2, 3 e 4 é do Roosevelt, que foi o presidente mais jovem dos Estados Unidos. Então, terceiro ícone, lá, o rio da Dúvida, que hoje é rio Roosevelt. Então nós temos aqui, Porto Velho, com a Madeira-Mamoré; lá, Real Forte Príncipe da Beira; e, *tchum*, Espigão d'Oeste e Pimenta Bueno, fazemos o rio da Dúvida, o Roosevelt. Nós vamos atrair muito turista. E a pesca esportiva no meio. Por que não? A pesca esportiva embutida nesse projeto. Fica um negócio espetacular. Mas nós podemos fazer mais, Deputado Jair Montes. Nós vamos convidar a Duquesa de Sussex, que é atriz de cinema, a casada com o príncipe Harry, para ser uma das figurantes do filme. Nem que seja "*two minutes*", representando uma barbadiana. Ela tem o perfil da barbadiana. Até isso já deu o papel para ela. Nem que ela cobre um milhão de dólares, até nós podemos dar para as causas dela de vacinação, mas ela vir filmar aqui no rio Madeira. E é lindo, não é, gente? O rio Madeira, vamos

convir, o rio Madeira é lindo. Esse fim de tarde aqui no rio Madeira é uma das coisas mais... Gilvan, eu poria aqui: pôr-do-sol do rio Madeira, não perde nada para nenhuma das belezas do Brasil todo em turismo. Nada, nem para aquela valsa lá de João Pessoa, na Paraíba. Não perde. Você imagina um pôr-do-sol desse rio Madeira aqui, do lado de nós, até com violino, valsa e tal. Coisa maravilhosa.

Nós já temos o cenário pronto. Jorge, mas não fique triste não, que também vai sobrar para a Bolívia aqui. A Cachuela Esperanza. Eu estive na cachoeira. A Cachuela Esperanza, aqui do Nicolas Soares, é um cenário de cinema pronto. Pronto, já está tudo lá, é só remontar, Hollywood vai filmar. E tem o neto dele lá, que eu falei com ele; o neto de Nicolas Soares mora lá; e falei para ele: "Se prepara que eu vou colocar você em Hollywood", já falei com ele, que o professor que é secretário de turismo lá da cultura, que é o padre de Guayaramerín me apresentou lá, que ele nasceu lá, ele nasceu lá em Cachuela Esperanza.

Então, olha só o alcance das grandes possibilidades de turismo e esporte. E eu, de leve, vou fazer mais um livro agora: A Madeira-Mamoré, patrimônio da humanidade. Chegou, cinco minutos, estou acabando, eu sei que você está com pressa, deputado, mas é rápido. O que eu vou fazer? Vou fazer uma expedição agora para a América do Norte, para Hollywood. Gostaria de levar as marcas, pesca esportiva, Sebrae, Café Cacoal. Será bem-vindo. Eu vou divulgar isso pela televisão do mundo todo, porque eu vou fazer mídia mesmo, já estou na TV hoje e vou fazer mídia, agora, integrada para todo o planeta, levando as marcas em Rondônia. Estou y: à disposição desde já para ter, Fecomércio, Assembleia Legislativa, Governo de Rondônia, mas só adesivar e os livros que eu vou levar. Vou levar uns três, quatro mil livros bilíngues, também, para gente ir vendendo essa proposta em toda América do Norte, Central e do Sul. É uma coisa de louco. Pessoal faz de moto, viu? Mas nós vamos fazer de carro. Às vezes, já cruzava aqui pelo Pacífico, aqui por cima, vamos lá cruzar Colômbia, Panamá, América do Sul; na Central, vamos até México e Estados Unidos. Vai ser em janeiro, já vamos começar já. No quê? Nos 40 anos de Rondônia, comemorando 40 anos, que vai fazer agora em 2022; duzentos anos da independência do Brasil, a marca de 200 anos; copa do mundo do Catar, pode levar também junto, que são eventos que mexem com o planeta inteiro. E nós levamos a bandeira de Rondônia. A Txai Suruí é uma bandeira, eu vou levar a marca dela. Vou levar. Txai Suruí. Txai Suruí é coisa nossa. Não tinha... É coisa nossa. Txai Suruí. Nossa. Que ela já tem as mudanças climáticas, o crédito de carbono, é uma mídia que o planeta já está investindo. Então essa questão dos povos indígenas tem que colocar na pauta, sim. Las Vegas é feita pelos indígenas. Os indígenas que são os donos daqueles cassinos todos em Las Vegas, os Navajos e todos. E aqui nós podemos isso, os Suruís, os Karipunas, pegar uns 40, 50 povos que você falou, não é, mais ou menos, não é? Quantos nós temos? Beleza. Os indígenas são nossos irmãos. Não tem que fazer brigas a eles. Os índios somos nós. Todos nós somos filhos ou netos de índios. Não tem essa "eles, índios; nós..."

não. Indígenas, europeus e a negritude é uma coisa só. Correto? Por isso que todo brasileiro é neto ou bisneto de indígena. Aliás, o Rondon foi o grande craque do indígena. Ele era neto de Bororó. Por isso que ele dizia: "Morrer se for preciso. Matar, nunca". Rondon foi o maior exemplo de dignidade com relação ao povo indígena, que é o nosso povo, não são eles lá não, viu, Daniel. Os indígenas somos nós. Nós somos indígenas. Como nós somos europeus e nós somos africanos, eu e o Gilvan que estamos mais próximos da africanidade. Mas é uma coisa... aqui, é o único lugar do mundo onde o judeu e o israelita se dão bem, japonês, chinês, aqui, só no Brasil que está essa miscelânea toda e dá muito certo. Vou ter que terminar essa revista de turismo, TV 8, a partir desse domingo e nós vamos fazer com chave de outro esse projeto. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Eu vou ter que interromper... A gente até entende a empolgação do Hércules.

O SR. HÉRCULES GÓES – Ah, eu sou apaixonado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Eu era um menininho ainda, eu já estou na tua idade, você está ficando é mais novo; eu estou ficando velho, não sei o que está acontecendo, não... Era menino quando eu acompanhava o Programa do Hércules Góes... O nosso maior objetivo, aqui, e a gente quer fazer, ter um ponto de partida, e aproveitar o Secretário do Turismo do Estado de Rondônia, pena que a Secretária do Turismo de Porto Velho não veio. Mas, nós vamos fazer via Secretaria do Turismo, viu Gilvan, o nosso maior intuito, que é um sonho de todos, inclusive, eu quero que bota a foto aí, traz as fotos do portal que nós temos ali, que é para Jaci-Paraná, que tem os peixes. Nós queremos transformar Jaci-Paraná na Capital Nacional da Pesca Esportiva, começar por lá e depois fazer todo o corredor. Então, vocês podem olhar aqui, nós temos aqui, nós temos dois portais, não é Daniel, eu acho que ficava bonito a gente fazer um lançamento, um lançamento, não, uma pesquisa, uma votação do que a população escolheria. O que você acha?

O SR. DANIEL PEREIRA – Acho que o Cláudio podia dar a opinião. **(fora do microfone).**

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Gilvan.

O SR. DANIEL PEREIRA – O Cláudio que é o pai dessa ideia aí... está correndo atrás para tentar viabilizar.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – O Cláudio, cadê o Cláudio, o que você fala?

O SR. CLÁUDIO HIGASHI – A ideia é excelente.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Pelo Turismo do Estado, pelo Gilvan.

O SR. HÉRCULES GÓES – A gente pode fazer, a gente provoca também a população que fomenta. A TV 8, o meu canal, pode provocar isso também, a mídia.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) I : – Pois é, eu estou, a minha intenção é de colocar uma Emenda parlamentar e eu coloco essa Emenda via Setur. E a Setur fica responsável por fazer esse portal para nós. Nós só temos que trabalhar com o DNIT, não é Daniel, para a questão...

O SR. DANIEL PEREIRA – Para você fazer com aquele modelo, ali, tem que ter autorização do DNIT.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Mas, aí é o Governo em ação, aí é o DNIT para poder fazer esse recapeamento da BR ali, para poder fazer essa pintura.

O SR. DANIEL PEREIRA – Também é fácil fazer.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Para deixar um negócio bonito como está ali. Como está ali e a gente fazer um grande lançamento quando for, porque, Jaci está recebendo tantos turistas que ninguém nem sabe da onde vem. Sabe que eles estão chegando aí. É impressionante o que ali o proprietário do flutuante fala "olha, eu recebo aqui ligação. O cidadão já faz o pacote, aqui..."; já faz o pacote, vem da Austrália, dos Estados Unidos, do Brasil mesmo... e eles vêm aqui e já tem ali uma lancha que eles alugam e vão embora, ali para dentro de Jaci-Paraná, do riozão de Jaci, que ficou um lago muito bonito. E ali vão fazer as suas pescas esportivas, três ou quatro dias para dentro. Então, são coisas que estão acontecendo no Estado que ninguém tem ideia do que está acontecendo, mas está acontecendo. E o nosso intuito, aqui, é criar uma Frente Parlamentar tanto como deputados, quanto vereadores, vamos estender esse nosso convite aos vereadores da capital — foi estendido, não vieram —, mas, estender a quem tem afinidade para fazer parte conosco. De maneira alguma, pode morrer um projeto como esse. Isso aí vai ficar maravilhoso, um portal desses ali, na entrada de Jaci, vai ficar maravilhoso. Maravilhoso.

O SR. HÉRCULES GÓES – Pode ser até duas, na entrada e na saída. Espetacular ideia.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Sem dúvida.

O SR. HÉRCULES GÓES – O Programa Hércules Góes compra isso, TV 8 vamos assumir essa bandeira já domingo na nossa estreia, 9 horas da manhã. Assumimos. E eu quero todos esses vídeos já para colocar.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Pois é. Então, isso é um compromisso nosso como parlamentar. Agradecer aqui o Daniel, em nome do Sebrae; também a Secretaria de Turismo

do Estado de Rondônia, ao Governador Marcos Rocha; a quem veio aqui conosco, Fecomércio, o Ibama, os nossos representantes da Bolívia. Então, assim, aquilo que eu falo, Audiência, o público é pequeno aqui, mas o que tem que sair daqui é solução. Nós estamos focados aqui no resultado. O mais importante é o resultado. Não adianta fazer uma Audiência Pública e passou da porta para fora e já esqueceu tudo e não sai nada. Nós temos que fazer, Daniel, é ter resultados. Então, o meu papel, aqui, é buscar o recurso para colocar, recursos meus e de algum outro deputado, e colocar para a gente fazer logo esse primeiro projeto com Jaci-Paraná, a Capital Nacional da Pesca Esportiva do Brasil. Esse é o nosso projeto.

O SR. HÉRCULES GÓES – Parabéns.

O SR. DANIEL PEREIRA – Deputado, só agradecer e lembrando que esse, para chegar nessas propostas de antes, nós convidamos um grupo de empresas, o Cláudio, foi com a gente com um grupo de empresários, nós fomos lá no Jaci, depois, a gente foi com o Deputado Jair, nada melhor do que a pessoa ir pessoalmente lá. Inclusive, Secretário Gilvan, eu conversei com o pessoal, tanto da Santo Antônio quanto da Girau, e eles têm intenção em ajudar. Às vezes, a gente é que precisa pegar, mostrar, levar uma proposta para eles. Inclusive hoje, por uma série de atropelos a gente acabou não fazendo, mas a gente pode fazer isso no começo do ano que vem. Existem umas experiências pelo Brasil afora de turismo envolvendo usinas de áreas impactadas. Ilha Solteira em São Paulo, por exemplo é uma delas. Eu acho que hoje, por uma série de motivos aí, há de convir que a sociedade civil, tirando o Rubens que também está como agente público, acho que o Hércules é o único representante da sociedade civil hoje.

O SR. HÉRCULES GÓES – É. É pouca gente.

O SR. DANIEL PEREIRA – É muito forte, mas nós teríamos que reorganizar. Acho que a gente pode fazer essa atividade, retomá-la, para que a gente possa, dentro dessa linha de criar uma frente. Porque nós temos, Rondônia tem um potencial fantástico, não precisa de um projeto completo, porque às vezes a gente tem muitas ações isoladas. O governo tem ações que são muito boas de um lado, nós temos por aqui, a comunidade indígena tem por lá, o município “A”, “B” tem, mas nós precisamos é criar um todo nisso daí. Fazer o que nós estamos fazendo com o café, fazendo com o cacau e com outros produtos que a gente está ganhando escala, inclusive, internacional.

Você viu o cacau, o café, nós começamos um projeto em 2015. Esse ano, lá na Semana Internacional do Café nós levamos 12 produtores, colocamos 7 no cenário nacional e dos 7, 5 foram premiados. Uma categoria nós ganhamos o 3º, 2º e o 1º colocado, ou seja, fomos bronze, prata e ouro. E dentro dessa linha, a gente não pode esquecer que, o ano que vem a gente comemora 200 anos de independência. Ninguém está falando sobre isso, ninguém.

O SR. HÉRCULES GÓES – Eu acabei de falar agora.

O SR. DANIEL PEREIRA – Mas, ninguém institucionalmente falando. Ou nós estamos muito desanimados com a nossa história ou, então, a gente está passando em branco com relação ao o que nós temos de produção. E eu, por exemplo, acho que nós poderíamos explorar um fato: a primeira grande construção que foi feita aqui não fomos nós, brasileiros, que fizemos. Foi para brasileiros e bolivianos, mas foi feita pelo mundo, 50 nacionalidades diferentes transitaram por aqui. Eu acho, Secretário Gilvan, que a gente poderia pegar o Governo do Estado, as Prefeituras de Porto Velho e Guajará, e a gente criar alguma coisa que significasse a presença desses 50 países diferentes.

O SR. HÉRCULES GÓES – Um memorial, não é? Um memorial à humanidade.

O SR. DANIEL PEREIRA – E aí com bandeiras, livros, enfim, com vários elementos da cultura e a gente fazer isso, Hércules, inaugurando com a presença desses 50. Dentro desses 50 tem inglês, tem americano, tem alemão, tem coreano, tem japonês, tem gente de alguns países que nem sequer existem mais. Mas, boa parte dos países ainda que estão na vanguarda da economia do planeta fazem parte desses 50.

Então, na verdade, nós íamos - olha só a esperteza - é a gente fazer um evento para homenagear, mas na verdade a homenagem é para o homenageado. Ou seja, é uma forma de você trazer essas pessoas para cá e começar a mostrar para elas. Por exemplo: como é que eu vou trazer o Embaixador dos Estados Unidos a Rondônia? Fala para ele “olha, vocês fizeram uma ferrovia lá a 100 anos atrás e nós queremos prestar uma homenagem aos Estados Unidos”. Como é que eu vou trazer a Inglaterra aqui? “Olha, apesar de não ter sido bem sucedido, ficou na história a iniciativa do Coronel Church de fazer uma ferrovia. Então, vamos lá os ingleses celebrar com a gente”. Os sul-coreanos, quando eu fui na Coreia em 2017, eu agradei os sul-coreanos por eles terem chegado aqui primeiro do que eu. Tem uma foto lá em um livro - acho que a foto era de 1965 -, nos livros que eu levei, para cada autoridade sul-coreana que eu encontrei eu entreguei um livro para ele. Eu falava “olha” e mostrava a foto para eles. Pronto. Estava feita a empatia entre a gente e o Sul-coreano.

O SR. HÉRCULES GÓES – O Memorial do Holocausto é o Madeira Mamoré, não é?

O SR. DANIEL PEREIRA – E, para concluir, dia 04 agora, meu querido deputado, senhores e senhoras que estão aqui, a Mesa presente, quem está nos vendo em casa, o Sebrae vai estar fazendo a última atividade da região Sul. Nós vamos estar lá em Pimenteiras e a agenda vai ser turismo. Nós estamos levando dois empresários, um empresário da Bav para se reunir

com 10 pousadas que tem lá na região sul, porque a pegada nossa vai ser “agentes de viagens de Rondônia, parem de vender viagens de turismo internacional para o nosso pessoal. Vamos fazer os caras de fora vim para cá conhecer a terra Suruí, conhecer Rust, conhecer os nossos espaços.” Mas, aí falam: “não, eu preciso de produto pronto”. Eu falei: “então, faz o seguinte, vamos lá.” Já levei um desses empresários aqui no Jaci, e estamos levando eles lá, porque na região de Pimenteiras e Cabixi nós temos 10 pousadas que têm capacidade de atender, todo dia, pelo menos 350 pessoas. E isso está em funcionamento. A gente, aqui, nem tem muita notícia disso por aqui, está muito distante do que eles estão fazendo lá. Mas, o que o mundo já está conhecendo, Hércules, nós rondonienses ainda não conhecemos direito. Então, a ideia é fazer esse intercâmbio. E aí, meu querido Secretário, nós ficaremos muito felizes se pudéssemos estar juntos lá na barranca do rio Guaporé — o rio mais lindo do mundo — lá em Pimenteiras, no próximo sábado e na quarta-feira.

Meu deputado, já te encontrei lá em Costa Marques, estou te convidando para estar mais uns 400 km para baixo, lá em Pimenteiras. Obrigado pela oportunidade e vamos tocar para frente algumas ideias que nós... Hércules, todas as suas ideias não dão para tocar, meu filho. Mas umas duas ou três nós vamos aproveitar, já anotei aqui. Abraço.

O SR. HÉRCULES GÓES – Excelente. Muito obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) – Vamos ouvir o nosso irmão da Bolívia.

O SR. JORGE CHAVES – Deputado, eu só quero colocar à disposição aqui de vocês também, do Sebrae, da Secretaria de Turismo, do Secretário Pereira também, nós temos meios de comunicação lá na Bolívia que estão na fronteira, e qualquer coisa que vocês precisem para difundir o turismo dentro de Rondônia, contem conosco. O Daniel já foi um convidado de honra na mídia lá. Temos canal de televisão — dois canais —, emissoras de rádio e meios digitais, que... Secretário Pereira, eles também alcançaram um bom *ranking* de difusão. Nós temos algumas publicações com mais de 1 milhão de reproduções.

E eu quero também convidar vocês, deputado também, no momento em que o senhor tiver tempo, para chegar lá onde o Daniel já chegou, em Cachuela Esperanza, comer uma jatuarana com vocês.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Olha aí. Agora falou o meu fraco.

O SR. JORGE CHAVES - E o Governador do Beni colocou à disposição para fazer esse evento lá e comemorar o tema da Estrada de Ferro do outro extremo, onde saía a borracha também do lado da Bolívia. Quero colocar isso também à disposição de vocês. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Muito obrigado. Viu, Daniel? Já fica salvo aí para organizar para a gente ir ano que vem lá. Já pegar aqui o Doutor Hélder, que conhece muito bem a região para a gente ir lá. O Presidente ama a Bolívia, o Presidente da Assembleia, o Deputado Alex Redano. Não sai da Bolívia o homem.

Todos já ok? Alguém quer dar alguma pincelada final, para a gente encerrar? Vamos seguir, então?

O SR. CLÁUDIO HIGASHI - Gostaria de agradecer aqui essa oportunidade para discutir sobre a pesca esportiva. Enaltecer a iniciativa do Deputado Jair Montes.

E colocar à disposição, Deputado, quando vocês necessitarem, como um apaixonado pela pesca, apaixonado por Rondônia, o que vocês precisarem de ajuda, a gente vai estar à disposição na Fecomércio, com o nosso corpo técnico, para colaborar para que esse projeto vá adiante o mais rápido possível. Eu acredito que se, em 1991, o Hércules tivesse conseguido um pouquinho mais de atenção, o nosso Guaporé seria muito diferente do que é hoje. Eu não quero que isso aconteça aqui em Porto Velho. Nós temos capacidade para salvar ainda esse rio Madeira e esses afluentes riquíssimos.

Então, eu acho que a atenção tem que ser agora. E eu gostaria de colocar essa pauta de a gente construir em muitas mãos um projeto, que a gente consiga preservar esse rio com sustentabilidade, sem deixar ninguém com necessidade na beira do rio, e que nos deixe essa riqueza aqui por muitas e muitas décadas, de preferência eternamente, não é, Hércules?

O SR. HÉRCULES GÓES - É verdade.

O SR. CLÁUDIO HIGASHI - Então, gostaria só de colocar esse ponto e agradecer novamente. Muito obrigado, Deputado.

O SR. JAIR MONTES (Presidente) - Obrigado. Obrigado a todos vocês. Obrigado, mais uma vez, aqui a todos que compareceram a esta Audiência, que contribuíram muito.

Se não me falhe a memória, semana que vem, faço outra Audiência, mas esta Audiência é sobre o pescador. Nós temos aqui um grupo de mais de 2 mil pessoas, que me procuraram, Daniel — é incrível —, de pescadores que pescavam quando as usinas vieram para cá, recebiam acho que 4 ou 5 salários mínimos, e agora estão recebendo 1 salário.

Então, a gente vai tratar sobre a pesca também. Tem a pesca esportiva, agora a pesca profissional desses trabalhadores que ficaram sem. Então, nós estaremos aqui. Encaminhamos o convite para vocês participarem conosco dessa Audiência.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva e a presença de todos que acompanharam esta ilustre solenidade. Declaro encerrada esta Audiência Pública, desejando uma excelente noite a todos. Que Deus nos abençoe. Boa noite a todos.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18 horas e 09 minutos)

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATO Nº 020 SG-SPO/2021

Abre no Orçamento-Programa Anual da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida no art. 8º, § 1º, da Lei nº 4.938, de 30 de dezembro de 2020, Lei Orçamentária Anual e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar para atendimento de despesas de capital, conforme discriminação abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
REDUZ				
01.001.01.126.1006.2405	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA POTENCIALIZAR A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	449040	0100	100.000,00
TOTAL				100.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
SUPLEMENTA				
01.001.01.131.2126.2665	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REALIZAR AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	449052	0100	100.000,00
TOTAL				100.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária no montante acima especificado.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 07 de dezembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Processo Administrativo nº 006431/2020-20 – TCDF 2865/2020

Pregão Eletrônico nº 022/2021/CPP/ALE/RO - 2ª repetição

Em atendimento ao disposto no inciso XXII do Art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002 HOMOLOGO o procedimento da licitação supracitada que tem por finalidade a **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTAL DE DETECTOR DE METAL**, a pedido da **SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**, para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, em que se sagrou vencedora do certame a empresa **RADD COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA – CNPJ: 37.894.624/0001-00**, por estar em conformidade com as normas legais, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93, conforme consta nos autos do processo supracitado, a saber:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VLR-UNIT	VLR-TOT
1	Portal fixo Detector de Metal - Dimensões Mínimas e Máximas: Largura mínima interna de 70 cm; Largura máxima externa de 90 cm; Altura mínima interna de 200 cm; Altura máxima externa de 230 cm. Peso máximo até 100 kg; A alimentação Bivolt (100 a 240Vca - 50/60Hz; 30VA). No mínimo 15 zonas.	2	19.900,00	39.800,00
2	Portal com Rodizio de Detector de Metal - Dimensões Mínimas e Máximas: Largura mínima interna de 70 cm; Largura máxima externa de 90 cm; Altura mínima interna de 200 cm; Altura máxima externa de 230 cm. Peso máximo até 100 kg; A alimentação Bivolt (100 a 240Vca - 50/60Hz; 30VA). No mínimo 15 zonas.	2	21.000,00	42.000,00
VALOR TOTAL =>				81.800,00

Porto Velho/RO, 07 de dezembro de 2021.

Marcos Oliveira de Matos
SECRETÁRIO GERAL - ALE/RO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº 38356/2021-e

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – ALE/RO torna público aos interessados, que nos termos do inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 alterado pelo Decreto Federal nº. 9.412/2018, contratará por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** a empresa **TELEMIDIA PUBLICIDADE EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.159.582/0001-30, com endereço na Rua Padre Messias, 916 – Bairro Agenor de Carvalho – CEP: 76.820-296, Porto Velho/RO, objetivando a **aquisição de móveis e objetos de decoração para composição de cenário de entrevista do estúdio de Rádio e TV desta Casa de Leis**, no valor total de R\$ 17.517,00 (dezessete mil, quinhentos e dezessete reais) conforme abaixo especificado:

LOTE I					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Poltrona decorativa, modelo clean, sala e recepção em Tressê Isabella, Suede bege - LxAxP 76x87x66cm Peso 20KG.	UND	4	2.225,00	8.900,00
2	Mesinha lateral, Cor Branca, pés em madeira, modelo Tóquio, tampo em MDF 15mm com acabamento laqueado, pés 20mm e Base 15mm em madeira pinus maciça reflorestada com acabamento em verniz. AxLxP 50x50x50cm.	UND	2	398,00	796,00
3	Tapete redondo Milan Debrum Shine HAX, material polipropileno, com marfim, perfil do pelo: curto Medida 3x3m.	UND	1	2.608,00	2.608,00
4	Mesa centro Fratello DJ'Pilar, off white, laterais chanfradas, pés em metal dourado, tampo em espelho AxLxP 315mmx914mmx 490mm.	UND	1	2.178,00	2.178,00
VALOR TOTAL =>					14.482,00

LOTE II					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Palmeira 1.2 Phoenix com vaso. Acompanha pedras brancas decorativas. Altura total planta e vaso 90cm Altura/planta 60cm Altura/vaso 30cm.	UND	1	1.540,00	1.540,00
2	Flores c/ visteria X175 5/ flores artificial Wisteria floribunda ou Glicínia. Flores de seda artificial. Em Haste de 99cm, com 175mm.	UND	8	109,00	872,00
3	Vaso alto boca pequena GG premium, fibra estilo vietnamita. AxLxP 75cmx20cmx75cm - cor Marrom.	UND	1	623,00	623,00
VALOR TOTAL =>					3.035,00

Porto Velho/RO, 08 de dezembro de 2021.

Marcos Oliveira de Matos
SECRETÁRIO GERAL - ALE/RO